



CADERNOS
TERRAS QUENTES 14

CATÁLOGO

50 SÉCULOS DE HISTÓRIA
DE
MACEDO DE CAVALEIROS

MAIO 2017

EDIÇÕES:
REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO
ARQUEOLÓGICO DO CONCELHO DE
MACEDO DE CAVALEIROS "TERRAS QUENTES" E
CÂMARA MUNICIPAL DE CAVALEIROS MACEDO



CADERNOS
TERRAS QUENTES 14

CATÁLOGO

50 SÉCULOS DE HISTÓRIA
DE
MACEDO DE CAVALEIROS

MAIO 2017

Ficha técnica do Caderno

Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros «Terras Quentes»

Editor e propriedade

Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros «Terras Quentes»
Rua D. Maria Mascarenhas – escola do “trinta”, apartado 110
5340-306 Macedo de Cavaleiros
Tel. 278 448 007

Endereços electrónicos

E-mail: administração@terrasquentes.com.pt
E-mail: arqueologia@terrasquentes.com.pt
E-mail: patrimónioartístico@terrasquentes.com.pt
E-mail: restauro@terrasquentes.com.pt
E-mail: antropologia@terrasquentes.com.pt
Site: www.terrasquentes.com.pt

Director

Carlos Alberto Santos Mendes

Conselho de redacção

João Carlos Senna-Martinez
Carlos Alberto Santos Mendes
Elsa Luís

Colaboraram neste número

João Carlos Senna-Martinez – Pré-História
Carlos Alberto Santos Mendes – Romano-Medieval
Elsa Luís – Pré-História
Luís Miranda Pereira – Coronel Albino Pereira Lopo

Na capa

Fragmento da fíbula zoomórfica em bronze (cavalinho)
– Terronha de Pinhovelo. Créditos: Carlos Mendes
Pendente com cabeça de cavalo gravado em pedra
– Fraga dos Corvos. Créditos: Vítor S. Gonçalves

Na contracapa

Diorama da cabana da Idade do bronze. Créditos: Elsa Luís
Diorama da casa Zela. Créditos: Carlos Mendes

Design e grafismo

Carlos Mendes
José Rocha

Impressão

VRI – Impressores S.A.

Depósito legal

N.º 212756/17

Edição

N.º 14, Maio 2017

**Ficha Técnica do Museu Municipal de Arqueologia
Coronel Albino Pereira Lopo****Comissão de honra**

Secretário de Estado da Cultura
Directora Regional da Cultura do Norte
Director Regional da Agricultura e Pescas do Norte
Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros
EDP – Eletricidade de Portugal, S.A.
Destaque, Associação de Desenvolvimento da Terra Quente Transmontana
Centro de Arqueologia (Uniarq) da Universidade de Lisboa
Dr. Luis Miranda Pereira
Associação de Defesa do Património de Macedo de Cavaleiros “Terras Quentes”

Comissão científica

Prof. Doutor João Carlos de Senna-Martinez
Mestre Carlos Alberto Santos Mendes
Mestre José Ventura
Doutora Elsa Luís

Equipa técnica e montagem da exposição

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros
Prof. Doutor João Carlos de Senna-Martinez
Mestre Carlos Alberto Santos Mendes
Mestre José Ventura
Doutora Elsa Luís
Oficina de Restauro da Associação Terras Quentes
Dr.ª Maria Adelaide Martinez
D. Maria Belmira Cordeiro Mendes
Dr. Alejandro Martinez
Dr. Filipe Coelho
Dr.ª Catarina Fernandes
Dr.ª Telma Ribeiro

ÍNDICE

Sala de entrada do Museu	9
O patrono do Museu, Coronel Albino Pereira Lopo.	11
Arqueologia em Macedo de Cavaleiros e a Associação Terras Quentes	26
50 Séculos de História de Macedo de Cavaleiros.	31
Geografia e Ambiente do Concelho de Macedo de Cavaleiros	35
Os primeiros camponeses.O Neolítico - c. 5500-2750 a.C.	36
Forno da Velha.	38
Fraga da Pegada	39
Mamoia de Santo Ambrósio	40
Materiais em exposição.	41
Um primeiro povoamento estável : O calcolítico – c.2750-2250 a.C.	48
Povoado de Xaires.	51
Alto da Madorra	53
Materiais em exposição.	55
O nascimento de uma - simbólica do poder - o Bronze Inicial - c. 2250-1750 a. C.	74
As alabardas - Armas e simbólica de poder	75
Diorama	77
A Área de Fundição da Fraga dos Corvos (Bronze Médio - c. 1750-1250 a.C.)	77
Expositor	79
Caixa de areia original da - cabana 4 - do Sector A da Fraga dos Corvos (Bronze Médio - c. 1750-1250 a.C.)	79
Um primeiro povoamento permanente? O Bronze Médio - c. 1750-1250 a. C.	80
Fraga dos Corvos (Sector A)	81
Materiais em exposição.	84
Mudança e continuidade: O Bronze Final – c. 1250-500 a.C.	105
Fraga dos Corvos (Sector M e Abrigo 2)	107
Materiais em exposição	109
Romanização e domínio romano em Trás-os-Montes Oriental - breve síntese	139
Os Zelas	140

Povoado Mineiro Romanizado e local de mineração do Bovinho	146
Povoado Romanizado do Cramanchão	152
Povoado Romanizado da Terronha de Pinhovelo.....	155
2.ª Idade do Ferro	160
Forno Romano de tradição Gálica	162
Materiais em exposição.....	168
Via Augusta XVII (Braga-Astorga) - As estradas romanas em Trás-os-Montes Oriental	169
O trajecto da via romana XVII que passa em Lamalonga, concelho de Macedo de Cavaleiros	170
Cerâmica Comum - Período Romano.....	176
Cerâmica de Importação	183
Cerâmicas Industriais.....	195
Metalurgia	201
Metais e peças de adorno.....	203
Instrumentos musicais	217
Caixas de selo de correio Imperial	219
Metais Industriais	221
Lazer	225
Vidros	229
Estela Funerária.....	235
Numismática	236
Diorama: A Casa "Zela"	244
As necrópoles medievais	249
Necrópole do Sobreirinho	254
Materiais em exposição.....	268
Prado de Cavaleiros	269
Fornos da Cal de Vale da Porca e Salselas.....	271
Forno do Pradinho	279
Santuário de Nossa Senhora do Campo	296
Real Filatório de Chacim	302
Referências Bibliográficas.....	305

RECEPÇÃO

SALA DE ENTRADA DO MUSEU



Lápida descerrada no dia da inauguração

Asala de entrada do museu, para além do objectivo primeiro, servir de recepção às pessoas que nos visitam é, em grande parte, dedicada ao patrono do museu; Coronel Albino Pereira Lopo.

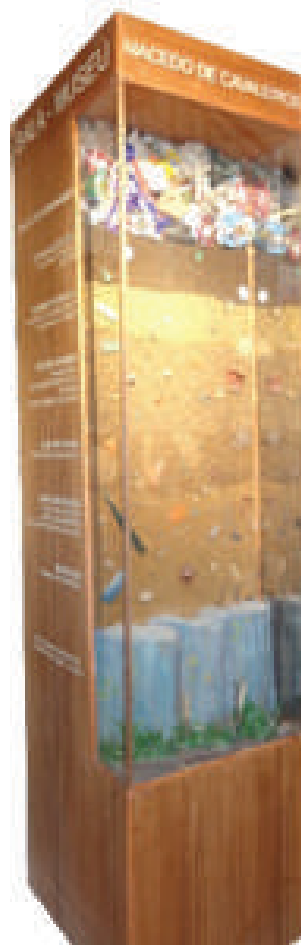


Para além de todo o espólio bibliográfico, a sua família, na pessoa do seu bisneto, Dr. Luís Pereira Miranda, associado da Associação Terras Quentes, disponibilizou ao Museu as suas condecoração e dragonas do seu fardamento militar.



O visitante encontra também em exposição toda a produção bibliográfica produzida pelos colaboradores da Instituição; Livros e títulos dos Cadernos Terras Quentes publicados.

Para além de um grande painel onde se visualizam os principais arqueossítios inter-vencionados, o visitante poderá apreciar uma maquete com funções pedagógicas dedicada ao “lixo” encontrado, de forma cronológica, desde o neolítico ao período contemporâneo.



O PATRONO DO MUSEU, CORONEL ALBINO PEREIRA LOPO

O Coronel Albino dos Santos Pereira Lopo foi um militar, com enorme orgulho nas suas origens, na sua carreira e na afirmação pública dos Lopos, dos Estevais, a pequena e isolada aldeia de Mogadouro de onde ele e os seus provinham de famílias tradicionais, católicas, de proprietários rurais com importância local, e dos quais, sem ninguém ignorar, sublinhava com especial relevo o seu tio Cônego, que o educou e muito apoiou, e o seu Irmão magistrado.

A vida de meu Bisavô foi dedicada às raízes e aos seus, mas sobretudo à carreira militar e ao seu sonho de descoberta e compreensão dos sinais que o passado nos legara e que o amor pátrio, a curiosidade científica e a atitude romântica dos fins do séc. XIX acicatara em alguns dos nossos melhores.

O Coronel Albino Lopo foi isso mesmo, na sua dimensão humana com fragilidades e defeitos, um dos nossos melhores, numa época de redescoberta e ressurgimento dos valores pátrios. Um Homem com uma vida plena de realizações, mas com um fim de vida amargurado e só.

Albino Lopo, antes do mais, era um militar, com o rigor da atitude, exigência para consigo e para com os outros, culto da disciplina, capacidade de iniciativa e liderança e é esse culto de virtudes militares que o leva a uma carreira distinta desde a conclusão do curso de infantaria em 1884, começando, em Bragança, como Aspirante, depois Tenente em Caçadores 3, capitão em Infantaria 30, major em 1911, comandando, como Tenente-coronel, o 6.º Grupo de Metralhadoras e, por fim, Coronel, o Regimento de Infantaria 30. Cria, organiza e dirige a carreira de tiro de Bragança. Passa à reserva em 1916. Para além de outras distinções, é-lhe concedido em 1899 o grau de Cavaleiro da Real Ordem Militar de S. Bento de Avis.



É esse espírito militar integrante da sua idiossincrasia que marca também a sua obra de investigação em geral e o desempenho das funções de Inspetor dos Monumentos Militares do Norte, atividade que menos se conhece (há um manuscrito que está desaparecido, com o resultado da sua ação neste domínio), e de vogal da Comissão Nacional dos Monumentos Nacionais, para que foi nomeado em 1902, qualidade em que, designadamente, faz a proposta de classificação como monumento nacional da hoje chamada *Domus Municipalis* de Bragança.

A noção militar de exato posicionamento e orientação espacial no terreno, do levantamento de posições e do seu valor estratégico, da indicação de pontos de referência, marcam a descrição dos seus achados e são preciosíssimo elemento de referência para quem hoje lhe segue as pisadas.

Para se tentar compreender o Homem, importa, em breves pinceladas, enquadrá-lo no tempo em que viveu, de 1860, quando nasce, a 1933, ano da morte, mas, especialmente, no período, desde 1884, finda a formação académica aos 24 anos, quando inicia a carreira militar e abraça a atividade arqueológica, até aos dez anos antes da sua morte.

Estamos na última metade e fins do séc. XIX, princípios do séc. XX e primeiros anos do Estado Novo. Albino Lopo cresce e vive em Monarquia, sente os efeitos da Conferência Colonial de Berlim, vive as emoções do ultimato inglês, o início dos comboios, vê a mudança de século, acompanha as notícias da Exposição Mundial de Paris e vive o fim da Monarquia, tem 50 anos de idade na implantação da República, passa pelas bancarotas do fim da monarquia e da 1.ª república, assiste à primeira grande guerra, à revolução russa e ao advento do comunismo, como assiste ao fim da primeira república. Morre na véspera de Natal, escassos nove meses passados sobre a entrada em vigor da constituição de 33.

Basta este resumo para se perceber quão complexos foram aqueles tempos para quem vivia no nosso Portugal, mas não podemos esquecer, para além do contexto internacional onde tudo se inseria, com particular relevo para a noção de império e da questão ultramarina e as tensões dela decorrentes, a soma de realidades regionais e locais que formavam o complexo do todo português continental.

O fantástico mundo da globalização a que os portugueses deram início com a sua saga e que, hoje, nos coloca perante uma mudança total de tempos e paradigmas de vida e ação, não tinha no tempo de Albino Lopo tradução dentro da vida confinada pelas nossas fronteiras continentais metropolitanas. Nem os primeiros passos da comunicação à distância, que os pombos, as réguas e bandeiras maioritariamente garantiam, nem a rede viária ou os meios de transporte permitiam o tipo de vida que hoje conhecemos – os primeiros automóveis em Bragança, que o meu Bisavô deve ter aplaudido, terão aí circulado nos primeiros anos do séc. XX, um deles quase lhe causando a morte em 1915.

O interior do país particularmente de Trás-os-Montes, pelo seu extremo isolamento, regia-se por lógicas de mercado e produção económica muito em circuito fechado onde se produzia quase tudo, ou muitas vezes só o mínimo necessário, para a subsistência dos habitantes locais, interior transmontano em que, para além do aglomerado rural das aldeias, o ambiente das vilas e cidades era eminentemente não só rural mas pequeno-burguês.

A vida social, as elites, os grupos, eram paroquiais mesmo quando regendo-se por lógicas ou eventuais ditames nacionais. As notícias demoravam dias a chegar. O tempo de Lisboa e o de Bragança eram diferentes.

Hierarquias religiosas e militares com o peso das respetivas instituições, designadamente, seminários e quartéis, instituições e representantes da Justiça, da banca e do ensino, os poucos médicos, constituíam a nata social pequeno burguesa, a quem, por último mas não com menos importância, por vezes pertencendo a mais de um dos grupos anteriores, se juntavam médios e grandes proprietários (grandeza a medir pelos parâmetros transmontanos), muitos deles representantes de uma pequena aristocracia rural, em geral, de extração liberal, senhores das casas grandes de que dependiam o emprego e economia de muitas aldeias, e alguns entre estes, pelos serviços prestados, titulares e fidalgos da Casa Real.

Dessa elite saíam os políticos locais de maior ou menor importância pública nacional, não só ao serviço da monarquia mas também, depois, da república e, por fim, do Estado Novo.



É neste contexto e com essas elites que Bragança, como muitas urbes do interior, desenvolvia e mantinha uma vida social e cultural própria que dava ao interior a capacidade de influenciar e ter voz no contexto nacional, havendo muitas vezes tensão entre Bragança e o governo central, vida social e cultural que necessariamente também conformou a vida do pioneiro militar-arqueólogo, para o bem e para o mal.

A ação de grupos maçons e anticlericais marca também a sociedade brigantina do fim da monarquia, do início da república e dos tempos que se lhe seguem.

A instauração da república é, na realidade pequeno-burguesa de Bragança, um momento de ajustes de contas e de reposicionamentos sociais no contexto de uma luta mais ou menos aberta que marcou o fim da monarquia e a luta entre os principais partidos republicanos já em República e em que o ódio jacobino à religião e à influência da Igreja dos grupos ativistas teve papel preponderante.

Um pequeno episódio, registado na memória da história familiar, passado com um cunhado de Albino Lopo e meu tio-bisavô, o Coronel António Sebastião do Valle, que era responsável pela junta de recrutamento militar, é ilustrativo das tensões e diferenças da época. Implantada a República todos os padres e bispos em idade de inspeção, que antes eram dispensados do serviço militar, foram mandados apresentar à junta de recrutamento para se submeterem à inspeção. O Bispo de Bragança de então, D. José Alves Mariz, que era um homem alto e de grande nível intelectual, teve de apresentar-se à junta presidida pelo Coronel Valle. Esta, por decisão do meu Tio-bisavô, dispensou-o do serviço militar com o argumento de “de se tratar de pessoa de elevada estatura”. A formulação da decisão custou ao Coronel Valle o ser passado à reserva no dia seguinte. O Bispo, como outros membros do clero em todo o país, foi, em 1912, perseguido e desterrado e no desterro morre um ano depois.

Há muitas perguntas para que não tenho resposta sobre o meu Bisavô e faltam-me minha Avó e minha Mãe que a algumas dariam, por certo, resposta. Sem referir as muitas que me vêm ao espírito relativamente às relações familiares, interessaria saber:

- Como nasceu no jovem Albino Lopo a veia do arqueólogo pioneiro? Quem o poderá ter influenciado?
- Quem o apoiou e quem o deixou cair, se assim se pode sintetizar a realidade?
- Terá tido envolvimento na política partidária do tempo, antes e depois da república?

A última pergunta penso ter a resposta de que, como militar, o envolvimento direto com a política não existia, mas as duas primeiras dariam a perceber melhor o início e o fim da vida do Coronel.

Militar ao serviço do poder legitimado o Coronel Albino Lopo serviu a República como havia servido a Monarquia até deixar o exército e o comando de Infantaria 30, creio que no início do novo regime.

Pela sua educação católica – ainda hoje por sua vontade tem o retrato na que foi a sua Capela de Nossa Senhora da Alegria, do séc. XVIII, capela sita em terreno autónomo de uma quinta que lhe pertenceu nos Estevais, e que continua a ser preservada e venerada como património comum da família – e também pelas raízes familiares assentes na monarquia, dificilmente seria um republicano idealista, ou irmão de qualquer loja, mas, pela sua modernidade e dedicação ao espírito científico estava perto de muitos e correspondia-se com muitos, com quem partilhava a pertença às mesmas instituições científicas, que foram importantes defensores e representantes dos ideais republicanos. Percebe-se nos seus escritos, que depositava fortes esperanças na mudança que se anunciava com a República. Mas também isso poderia ser acicate para as intrigas e acintes locais.



As realizações e momentos mais relevantes da atividade de meu Bisavô como investigador arqueológico aconteceram antes do virar do século, preparava-se já o fim da monarquia. Nos seus livros – escreve a primeira monografia existente sobre Bragança – coloca o resultado das suas investigações e achados mas também muito do seu pensamento e sentimentos sobre variados temas. É o seu legado espiritual materializado na escrita.

Como obra física e projeto de uma vida, resultado essencial e continuidade necessária de uma ação devotada e contínua em favor da descoberta e estudo de objetos e sítios arqueológicos, a realização maior do Coronel Lopo é a criação do Museu Municipal.

O Museu nasce em 1896 e é inaugurado no ano seguinte.

Mas é uma ideia que durante mais de dez anos antes, o meu Bisavô havia, publicamente, acalentado e defendido, o que levou o Município, em 96, à decisão fundacional e, em 97, à nomeação de Albino Lopo como diretor.

O então capitão organizou prontamente uma subscrição pública para a aquisição e doação de peças museológicas com o apoio da elite da cidade o que, com o apoio financeiro inicial da Câmara e os achados arqueológicos que já reunira, foi a base de arranque do Museu. Depois, este é dirigido e financiado, quase totalmente a expensas próprias, por Albino Lopo, até 1915, durante praticamente 20 anos.

Saído da antiga casa da câmara, onde nascera e fora ajudado a crescer pelo apoio da intelectualidade bragançana e do clero, dinamizado pelo entusiasmo cultural do seu Bispo Alves Mariz, autor de exemplares mensagens pastorais neste contexto, o Museu Municipal estava já instalado, em 1912, no antigo Paço Episcopal, para onde foram transferidos vários serviços, edifício que nesse mesmo ano havia sido confiscado pelo governo republicano à Igreja, após a expulsão do bispo, e onde hoje permanece o Museu Abade de Baçal.

Em Junho de 1915, meu Bisavô sofre uma grave queda do cavalo, que se espantou à passagem de um automóvel. Fica à morte e demora a recuperar. Como ele próprio conta, o Senado, aproveitando a circunstância, substituiu-o na Direção do Museu, “por um indivíduo que só tinha que o recomendasse para tal cargo a necessidade de o socorrerem com 240 reis diários”.

Depois disso parece ter havido uma retratação da Câmara e um pedido para voltar.

Cinco meses passados depois do que se relatou, por decreto lei de 13 de Novembro de 1915, dentro da política de criar em todos os distritos museus regionais, e, por influência de José de Figueiredo, muito para enquadrar e salvar parte do espólio do paço episcopal, foi criado um reinventado museu em Bragança, sob a designação de *Museu Regional de Obras de Arte, Peças Arqueológicas e Numismática de Bragança*, museu que assumiria, segundo o Decreto, o conteúdo do Museu Municipal como acervo inicial. É nomeado diretor Álvaro Carneiro, jornalista, com envolvimento partidário ativo. Ora, até que este morre, em 1925, não se dá pela sua ação nem o museu funciona, fruto das desavenças entre Câmara e governo e os partidos respetivos, não deixando a Câmara que se extinguisse o Museu Municipal e as peças deste fossem integradas na recriada instituição. Salvo esporádicas e raras visitas também o Museu Municipal passou a estar fechado.

Só após doze anos de limbo abre ao público, já depois de integrar o espólio do espoliado Paço e o acervo do Museu Municipal e nestes se basear fundamentalmente. A República tenta, como por vezes ainda hoje se faz, com uma mudança de nome, apropriar-se do que já existia e aproveitando o Museu criar outro, aparentemente, de âmbito mais lato, como se coisa da sua iniciativa e mérito fosse.

Passados dez anos, em 25, quem é nomeado para dirigir o novo museu, que abre em 27, é alguém que era tratado como amigo por Albino Lopo que com ele tinha relação próxima assente nos interesses comuns e que, durante anos de contatos e colaboração muito com ele aprendera: o Abade de Baçal, Francisco Manuel Alves, mais novo do que o Coronel cinco anos, que esteve à frente deste reinventado museu até 1935 e que, ao reformar-se, lhe vê dar o seu nome, o que, com justiça, perdura até aos nossos dias.



Como curiosidade, refiro o teor de um esclarecimento assinado por Albino Lopo no O Archeologo Português, em 1898, que me parece revelador da relação com o Abade e do nível de rigor e exigência com que Albino Lopo tratava as coisas do Museu e da arqueologia, diz:

“No vol. IV, pag. 155 d O Archeologo Português, vem transcripta do jornal local O Norte Transmontano a inscrição de uma lapide funerária que o meu amigo e protector do Museu, abbade de Baçal, P.e Francisco Manuel Alves, lhe offereceu e que tinha sido encontrada no Castro de Sacoias.

Razão tem o meu amigo Leite de Vasconcellos para duvidar da exactidão da cópia da referida inscrição, que a imprensa local publicou sem lhe ligar toda a importância e atenção devidas.

Segue-se a reprodução correta da inscrição.”

O Abade, embora nem sempre de forma clara, fez justiça e homenagem a meu Bisavô em escritos seus, designadamente e já em 1910, no vol. II das “Memórias – Arqueológicas” onde elogia o museu municipal como “já notável nesse tempo”. Aliás, nunca, claramente, em escrito que conheça, o Abade separou o Museu de Albino Lopo da génese e essência do renomeado museu que vem a dirigir.

Aparentemente o novo arranque do Museu teve inauguração formal em 26 de Agosto de 1928, a fazer fé no discurso que possuo, escrito pelo meu Bisavô para a cerimónia de inauguração. Discurso interessantíssimo pelo evitar de comentários acres, mas que põe a tónica num registo pro memória do que fora a sua obra fundacional que ali estava presente. A consideração pelo Coronel dos então responsáveis, consubstanciada no convite, ganha confirmação num cartão-de-visita de Raul Teixeira, datado de 31 de Dezembro do mesmo ano de 28, em que este, com protestos de consideração e amizade, diz: “Meu Ex.mo Amigo, Amanhã, pela uma hora da tarde, irei a sua casa procura-lo, para o acompanhar na sua prometida visita ao Museu”. O reconhecimento do papel de Albino Lopo por quem foi, creio poder afirmar-se, o maior responsável pelo posterior desenvolvimento do Museu, parece claro.

Mas, de facto, o Museu Municipal foi sendo naturalmente erradicado da memória museológica e cultural de Bragança, como se foi relegando também para o esquecimento o seu fundador.

No entanto, no Museu Abade de Baçal durante dezenas de anos o nome do Coronel Albino Lopo constou discreta e unicamente na secção de epigrafia. Daí desapareceu na última reforma do museu, para ser referido, em primeiro lugar, numa visível placa que é a única pista para uma leitura integrada de toda a história do Museu, ao identificar, designadamente, os que o edificaram desde 1897.

Essa história, assente em factos documentáveis, está, hoje, feita com objetividade e isenção, graças, entre outros, aos estudos patrocinados e publicados pela Câmara Municipal, em especial, a obra de Hirondino Fernandes e a obra coletiva “Bragança na época contemporânea (1820/2012)”, bem como no texto sobre o Museu Municipal de Bragança de João Manuel Neto Jacob em publicação anterior “In honorem de Belarmino Afonso”.

No entanto, se se visitar o sítio oficial do Museu, da responsabilidade deste e da Secretaria de Estado da Cultura, é notório que a esponja foi de novo passada sobre o fundador do Museu Municipal e sobre todo o espólio deste, que foi transferido para o Museu Abade de Baçal e lhe serviu de base.

Ali se diz que o museu foi fundado por decreto-lei 2119, de Dezembro de 1915, e só.

De facto, o museu regional nada criou de novo em relação ao municipal e foi neste que teve o suporte para o seu início. A designação de Municipal nada mais queria dizer do que criado pela Câmara e não se contrapunha a regional. O Museu Municipal aceitava e solicitava peças de toda a região transmontana.

Foi mais um episódio da tensão dialética entre o poder central e local. Ontem como hoje...



O defender que a génese do museu é um decreto, passando-se em claro o contexto do mesmo e a realidade histórica material é, a meu ver, uma lamentável falta de rigor quando se parece preferir, ao relato dos factos, o recuperar da intenção republicana de 1915. Falta de rigor que é indesculpável, passados que estão mais de cem anos sobre o início da 1.ª República.

Porque se insere, então, na placa do atual Museu atrás referida, o nome de Albino Lopo se este nada parece ter tido a ver com a criação do mesmo? Ou, ainda, se é referido no sítio oficial corretamente o relevante papel de Raul Teixeira no desenvolvimento do museu após o Abade, porque se ignora o papel fundacional de Albino Lopo, antes do Abade?

Assim, quando se pretende celebrar cem anos do Museu de Bragança, que hoje se chama Abade de Baçal, o que se celebra são os cem anos de um decreto da 1.ª República e não do primeiro museu de Bragança, que existe desde 1886.

Isto, para além de se ignorarem os esforços, no sentido de contar toda a história, feitos, nos últimos anos, pela cidade de Bragança, que, nos fins dos anos 80, deu o nome do Coronel Albino Lopo a uma praça perto do Museu, bem como assumiu e tem publicado texto objetivo sobre o Museu Abade de Baçal; o edifício onde está alojado; o ser o Museu Municipal a base do atual Museu e o papel do meu Bisavô na sua criação e desenvolvimento; reconciliando-se, assim, Bragança, com a memória de um dos seus filhos que a honram.

E nem podem as autoridades da cultura invocar ignorância que não têm. Trata-se de uma opção de contar a história, opção sem dúvida discutível e a necessitar de explicação que não seja só jurídico-formal.

Dos relatos e da constante atitude de minha Avó, retive a sua continuada e intransigente defesa da memória do Pai, que sentia ter sido por muito tempo intencionalmente ignorada por uma certa Bragança herdeira dos grupos e influências da transição para a república e do início desta que, na teia de poderes claros e ocultos da época, isolaram e por vezes combateram alguém que era essencialmente um militar, que se movia nesse meio e que, fora dele, vivia mergulhado na investigação e no descobrir dos sinais da edificação da nossa história primeira. O meu Bisavô era, talvez por isso e, provavelmente também, pelo feitio que tinha, que sempre ouvi dizer não era dos mais fáceis, um desenquadrado, sem pertença nem dependência relativamente aos grupos sociais e políticos que se tentavam impor na Bragança da época e, por isso, um homem de caminhada e obra solitária.

Proprietário, nos Estevais e em Bragança, sem a dimensão económica que lhe garantisse rendimentos de grande peso, os seus proventos vinham principalmente do salário como militar, que era em grande parte gasto com o museu e com as expedições arqueológicas, que fazia nas folgas do serviço militar e que custeava do seu bolso. Contava minha Avó que a Mãe tinha um estojo de colheres de prata que com alguma frequência eram penhoradas para sustentar os jantares que meu Bisavô dava a amigos e camaradas, sem perguntar se, para a confeção dos mesmos, havia os meios necessários...

Espartano em muitos dos seus hábitos, seguidor dos princípios da Higiene da época, praticante das lições de ginástica sueca, dormia invariavelmente, mesmo no inverno, de janela aberta, hábito que minha Avó, a filha mais velha, seguia. Levantavam-se ambos muito cedo para as deslocações para os sítios em estudo, em que minha Avó secretariava o Pai, escrevia notas, fazia desenhos e auxiliava na fotografia, passava depois a limpo os escritos do pai que ilustrava com rigor quase fotográfico.

Sempre percebi a enorme cumplicidade de pai e filha em que esta era a assistente permanente que punha ao serviço do Pai a enorme qualidade cultural e sensibilidade estética que, desde cedo, revelou.

Por volta de 1920, tinha minha Avó 28 anos, o equilíbrio familiar até aí mantido, desfaz-se. Tenho fotos na quinta da Penha de Águia em Bragança, anos antes, em que se percebe ser aquele um período de bem-estar familiar. Como os relatos das estadas em Lamalonga, Macedo de Cavaleiros, em casa do sogro, General Miranda, que com ele colaborou em descobertas e registo das mesmas.

Mais tarde, no entanto, questões várias, doenças da minha Bisavó e sobretudo desentendimentos com o sogro, meu Trisavô, levaram a uma separação do casal, facto que a Filha carregou sempre com enorme mágoa.

A última colaboração do meu Bisavô no Archeologo Português; está no volume 24, datado de 1919/1920.

Grave acidente, afastamento do Museu, final da carreira militar, separação familiar, tudo acontece num período de poucos anos e assim uma vida intensa de atividade e realizações muda completamente e marca o final da vida de um Homem, que se apaga nos últimos dez anos de vida e que morre só, numa véspera de Natal, depois de ter vivido intensamente e tudo ter dado pela sua visão da Pátria Mãe onde nascera.

Ficou a obra e o testemunho do empenho e entusiasmo pioneiro, da abordagem empírica e do rigor científico, do espírito de iniciativa e criação, do empenho pela causa abraçada sem olhar a custos pessoais. Ficaram os escritos e ficou o Museu, chame-se municipal, regional ou Abade de Baçal.

Bem-haja a Sociedade de Geografia por hoje querer lembrar o sócio que era meu Bisavô e que é figura de relevo de Bragança, das terras transmontanas e da Arqueologia portuguesa.

Versão, com algumas atualizações posteriores, do texto apresentado na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 17 de Março de 2015, pelo bisneto do Sr. Coronel Albino Pereira Lopo, Exm.º Sr. Dr. Luís Manuel de Oliveira de Miranda Pereira, Associado n.º 73 da Associação Terras Quentes.

Bibliografia do Coronel Albino Pereira Lopo:

- LOPO, Albino dos Santos Pereira, “Os meus amores da Quinta da Penha D’aguia, junto ao rio sabor em Bragança”. Escrito em 1913 editado pela Tipografia Adriano Rodrigues, Bragança, 1919 com 44 Páginas. “Em memória de seu tio Dr. José Maria Pereira Lopo, cónego da Sé de Bragança. Dedicado também à sua filha Clarisse, que escreveu o manuscrito e ao seu genro Bernardino” (nota manuscrita pelo autor).
- LOPO, Albin dos Santos Pereira, Bragança e Benquerença, Edição fac-similada datada de 1900, extraída do Boletim da Sociedade de Geografia, n.º 3 e 4 de 1898-1899. Editada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa 1983.
- LOPO, Albino dos Santos Pereira, A Quinta de Benquerença ou a cidade de Bragança – Benquerença e Bragança 1897 – A partir do Manuscrito original.
- LOPO, Albino dos Santos Pereira, Apontamentos Arqueológicos, Instituto Português do Património Cultural, composta e impressa na Silva Pereira, Braga, Julho de 1987.

No Arqueólogo Português:

- Inscrição de uma casa em Bragança. Volume 2, 1896, pp. 287-288.
- Uma lápide do Castelo de Oleiros da Bemposta. Volume 3, 1897, pp. 72-73.
- Uma lápide romana. Volume 3, 1897, pág. 192.
- Museu Municipal de Bragança. Volume 3, 1897, pp. 48-49.
- As ruínas da Devesa de Vila Nova. Volume 3, 1897, pp. 127-128.
- Miranda Arqueológica. Volume 3, 1897, pp. 212-213.
- Lápide Romana de Babe. Volume 3, 1897, pp. 223-224.
- Noticias de Lamalonga – Vestígios e tradições das pedras. Volume 3, 1897, pp. 287-288.
- O “Castelo” de Rebordãos – Ruínas antigas-Lendas populares-Beleza natural do sítio. Volume 3, 1897, pp. 117-155.
- A torre de Menagem de Bragança. Volume 3, 1897, pp. 125-126.
- O Túmulo do Conde de Ansiães. Volume 3, 1897, pp. 182-187.
- Duas povoações mortas. Volume 3, 1897, pp. 145-149.
- A Brigantia, Volume 3, 1897, pp. 245-247.
- Castro de Sacóias (Bragança). Volume 4, 1898, pp. 47-48.
- As fortificações de Rabal (Bragança). Volume 4, 1899, pp. 87-88.
- Vestígios arqueológicos de Babe. Volume 4, 1898, pp. 340-343.
- Cimo de Vila da Castanheira (Concelho de Chaves). Volume 4, 1898, pp. 312-314.

- O castro de Samil e as cavernas de S. Lourenço. Volume 5, 1899-1900, pp. 105-107.
- Picote (Miranda do Douro). Volume 5, 1899-1900, pp. 143-145.
- Museu Municipal de Bragança. Volume 5, 1899-1900, pág. 336 em co-autoria com Leite de Vasconcelos.
- Elementos para a solução de um problema arqueológico. Volume 5, 1899-1900 pp. 184-187.
- Estevais do Mogadouro. Volume 5, 1899-1900, pp. 249-253.
- Arqueologia Transmontana, Volume 5, 1899-1900, pp. 290-295.
- Gimonde. Ruínas – Um marco Miliário. Volume 5, 1899-1900, pp. 136-138.
- Aula de Arqueologia no Seminário Diocesano de Bragança, Volume 5, 1899-1900, pp. 44-46.
- Museu Municipal de Bragança. Volume 6, 1901, pp. 95-98.
- Arqueologia Bragançana, Volume 6, 1901, pp. 146-156.
- Notas e considerações sobre Bragança. Volume 7, 1902, pp. 14-17.
- Picote (Miranda do Douro). Volume 5, 1899-1900, pág. 57.
- S. Jusenda. Volume 5, 1899-1900, pp. 114-115.
- Torre de D. Chama, Ruínas de S. Brás. Volume 5, 1899-1900, pp. 279-280.
- O Alto do Carocado ou Carrocedo, Volume 7, 1902, pp. 70-74.
- O cerro de Penhas Juntas. Volume 7, 1902, pp. 101-102.
- Arqueologia do Distrito de Bragança, Volume 8, 1903, pp. 248-250.
- Archeologo Português. Volume 8, 1903, pág. 326.
- Fraga da Moura em Vila Nova da Torre de D. Chama. Volume 10, 1905, pp. 239-241.
- Vestígios romanos em Bragança. Volume 11, 1906, pp. 83-84.
- Dois Miliários inéditos. Volume 12, 1907, pp. 162-164.
- Antigualhas Transmontanas, Volume 12, 1907, pp. 307-310.
- Archeologo Português. Volume 12, 1907, pág. 310.
- Antigualhas Transmontana, Volume 13, 1908, pp. 248-252.
- Vila Nova de S. Jorge (Bragança). Volume 13, 1908, pp. 313-314.
- Archeologo Portugues. Volume 13, 1908, pág. 403.
- As Ruínas da Devesa de Vila Nova. Volume 14, 1909, pp. 51-55.
- Notas arqueológicas e lendárias das margens do sabor. Volume 15, 1910, pp. 317-321.
- Uma jornada arqueológica. Volume 15, 1910, pp. 328-333.
- Uma excursão arqueológica a Roios. Volume 16, 1911 pp. 48-51.
- Uma estação arqueológica em Mirandela. Volume 16, 1911, pp. 96-100.
- Monumento funerário de Pinhovelo. Volume 24, 1919-1920, pp. 240-241.

Outras publicações e citações:

Revista Portugália, Porto:

- Inscrições Brigantinas. Volume 2, 1908, pág. 127.
- Inscrição de Miranda do Douro. Volume 2, 1908, pág. 289.
- Instituto de Archeologia do Porto, Portugália. Volume 26, pág. 99.
- Boletim Architectonica e d'archeologia. Volume 4, Pág. 2.
- Boletim Architectonica e d'archeologia. Volume 10, Pág. 601.
- Revista de História. Volume 1, Empresa Literária Fluminense, 1921, pág. 52.
- Estudos de Philologia Mirandense. Volume 2, 1901, pág. 7.
- The Geographical Journal. Volume 17 – Royal Geographical Society, 1901, pág. 207.
- O Instituto – Revista científica e literária, Volume 78, 1929, pág. 593.
- História Orgânica e política do exército português. Volume 2, Imprensa nacional, 1898, pág. 358.
- Origens – Imprensa Nacional, 1898, pág. 358.
- Revista Guimarães. Volume 73, 1963, pág. 142.
- Revista do Instituto de Archeologia da FLUP. 1910, pp. 328-333.
- Boletim do Grupo “Amigos de Bragança n.ºs 3, 5, 7, 8, 13.

No artigo “Para a História da Arqueologia Portuguesa” de Francisco Sande Lemos, diz o autor na pág. 19:

- O coronel Albino Lopo foi o mais profícuo colaborador transmontano de “O Arqueólogo Português”. Assinou 52 textos entre 1896 até 1911 com regular assiduidade, embora o último artigo date do número de 1919/1920.
- Ao todo, estes estudiosos publicaram na 1.ª série do Arqueólogo Português entre 1895 e 1916 cerca de 80 artigos – quase dois terços foram assinados por Albino Pereira Lopo.

Não publicada:

- Monumentos Militares do Norte (Manuscrito propriedade da família).

ARQUEOLOGIA EM MACEDO DE CAVALEIROS E A ASSOCIAÇÃO TERRAS QUENTES

A «Terras Quentes», Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros, foi fundada por escritura pública no dia 20 de Dezembro do ano de 2002.

Em Agosto de 2005, foi aprovado por unanimidade, em Sessão de Câmara de Macedo de Cavaleiros, o Interesse Público Municipal da Associação Terras Quentes.

Em Setembro de 2005 solicitou-se à Presidência do Conselho de Ministros o reconhecimento do Interesse Público da Associação Terras Quentes. Reconhecimento que chegou em Dezembro do mesmo ano, pelo Ministério da Cultura e pela Presidência do Conselho de Ministros, a outorga da utilidade pública, ao abrigo do decreto-lei 460/77.

Relacionamento Institucional:

- Membro da Comissão Cinegética Municipal.
- Associado da Associação de Desenvolvimento da Terra Quente – Desteque.
- Sócio Fundador do Geoparque “Terras de Cavaleiros”.
- 62 Protocolos celebrados com entidades públicas e privadas.

No verão do ano de 2003 iniciaram-se as intervenções arqueológicas no concelho, rotina que se tem mostrado sólida. Para isso tem contribuído de forma fundamental a ajuda financeira que a instituição tem recebido anualmente por parte da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. Bem hajam os edis que nos têm possibilitado essas intervenções.

Como demonstração são 52 as campanhas arqueológicas levadas a cabo em 20 arqueossítios diferentes, incorporando 18 arqueólogos seniores e cerca de 1.500 voluntários de várias universidades do País (Lisboa, Nova de Lisboa, Porto, Coimbra, Minho, Vila Real, Évora e Universidade Católica Portuguesa) e do estrangeiro (Universidade de Vigo, Valladolid, Zamora, Complutense, S. Paulo, Louisville) e da escola secundária de Macedo de Cavaleiros assim como vários trabalhadores de arregimentação local.

1. Fraga Corvos (Vilar Monte); Senna-Martinez, Elsa Luís, Jessica Reprezas. (2003 a 2016 – 14 Campanhas).
2. Fraga dos Corvos – Abrigo 2 (Vilar do Monte); José Ventura e Hélder Carvalho. (2003 a 2007 – 5 campanhas).
3. Terronha de Pinhovelo (Pinhovelo); Carlos Mendes, João Tereso, Helena Barranhão Lúcia Miguel. (2004 a 2006 – 3 campanhas).
4. Cramanchão (Cortiços); Carlos Mendes, Miriam Arranz, João Tereso, Helena Barranhão. (2003, 2004 e 2006 – 3 campanhas).
5. Fraga da Pegada (St.^a Combinha); Carlos Mendes, Sofia Figueiredo, Fátima Bento. (2006 – 1 campanha).
6. Mamoa St.^o Ambrósio (V. Porca) Hélder Carvalho. (2003 a 2005 – 3 campanha).
7. Bovinho (Edroso); Carlos Mendes, João Tereso, Helena Barranhão, Miriam Arranz. (2003 e 2005 – 2 campanhas).
8. Necrópole Sobreirinho (Comunhas); Carlos Mendes e Nathalie Ferreira. (2003, 2004 e 2006 – 3 campanhas).
9. Senhora do Campo (Lamas); Carlos Mendes e Senna-Martinez. (2003 – 1 campanha).
10. Forno Romano, (Salselas); Carlos Mendes. (2003 – 1 campanha).
11. Cabeço da Anta, (Salselas); Carlos Mendes. (2003 e 2004 – 2 campanhas).
12. Xaires (Talthas); José Ventura, Hélder Carvalho, Patrícia Pinheiro. (2008 a 2010 – 3 campanhas).
13. Forno Pradinho (Salselas); Carlos Mendes. (2003 – 1 campanha).
14. Prado Cavaleiros (M Cavaleiros); Carlos Mendes, Liliana Pereira. (2007 – 1 campanha).
15. Real Filatório (Chacim); João Tereso, Helena Barranhão, Lúcia Miguel. (2006 – 1 campanha).

16. Vias Augustas (Lamalonga); Carlos Mendes, João Tereso, Lúcia Miguel, José Rodrigues e Helena Barranhão. (2006 – 1 campanha).
17. Campo Pereiro (Castelãos); Carlos Mendes, Hélder Carvalho, João Nunes, Raquel Henriques. (2007 a 2009 – 3 campanhas).
18. Azenha da Marta (Fornos Ledra); Carlos Mendes. (2007 – 1 campanha).
19. Fornos da Cal (V. Porca e Salselas); Carlos Mendes. (2005 e 2006 – 2 campanhas).
20. Forno da Velha (Lagoa); Hélder Carvalho, José Ventura. (2006 – 1 campanha).

Classificação de arqueossítios

No ano de 2007 foram preparados, com justificação técnica e científica, dez dossiês de arqueossítios existentes no Concelho de Macedo de Cavaleiros, com o intuito de serem remetidos à tutela ministerial a fim de se habilitarem ao processo de classificação/protecção. Foram propostos: A Terronha de Pinhovelo (povoado romanizado) sito em Pinhovelo freguesia da Amendoeira; povoado romanizado do Cramanchão na freguesia dos Cortiços; Forno Romano e Forno de Telha do Pradinho freguesia de Salselas; Necrópole do Sobreirinho, em Comunhas, Freguesia de Ferreira; Fornos da Cal de Vale da Porca; Povoado da Idade do Bronze da Fraga dos Corvos na Freguesia de Vilar do Monte e Fraga da Pegada freguesia de Santa Combinha: Destes dez arqueossítios, cinco foram considerados com valor de serem classificados.

Classificações atribuídas:

- Arqueossítio classificado de Interesse Nacional: Terronha de Pinhovelo.
- Arqueossítios classificados de interesse Municipal: Forno Romano de Salselas; Povoado Romanizado do Cramanchão; Povoado da Fraga dos Corvos e Fraga da Pegada.

Registos patrimoniais existentes no Concelho de Macedo de Cavaleiros:

- Em 2003 existiam 67 sítios com valor patrimonial arqueológico, registados na Base de Dados do então IPA.
- Hoje (2017) existem 181 sítios arqueológicos registados na Base de Dados da Associação Terras Quentes.

No Plano director Municipal de Macedo de Cavaleiros apenas tinham sido consideradas 87 referências patrimoniais.

Actualmente, na base de dados da Associação Terras Quentes para além dos 181 registos de bens arqueológicos, existem 667 registos de património edificado e etnográfico.

Assim, passamos de 87 elementos patrimoniais existentes no PDM em 2003 para 848 registos patrimoniais registados na base de dados da Associação Terras Quentes em 2016.

Acrescentámos 761 novos registos patrimoniais.

Divulgação pública do nosso trabalho:

Exercemos a visibilidade junto ao público Concelhio, Nacional e no estrangeiro da seguinte forma:

Com Instituições concelhias:

- Junto das Escolas Concelhia – 1.º, 2.º e 3.º ciclo.
- Junto das Instituições com deficientes (Cercimac).
- Com reuniões com as populações locais (Sítios arqueológicos).

Junto ao público em geral: Jornadas, seminários e conferências:

- Jornadas da Primavera: 14 eventos – 115 comunicações – 172 conferencistas.
- Inventário da Diocese: 2 eventos – 18 comunicações – 22 conferencistas.
- Noites com o património: 4 eventos – 11 comunicações – 16 conferencistas.
- Total: 20 eventos: 144 comunicações – 210 conferencistas.

Espaços Museológicos de autoria da nossa Instituição:

- 2003 – Sala-museu de arqueologia – Pré-inauguração do Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros.
- 2006 – Sala-Museu de arqueologia no Parque Central da Paisagem Protegida do Azibo.
- 2009 – Museu Municipal de Arte Sacra – Casa Falcão.
- 2015 – Museu Municipal de História – Martim Gonçalves de Macedo – Escola do Toural.
- 2016 – Museu Municipal de Arqueologia – Coronel Albino Pereira Lopo – Escola do “trinta”.

Nosso Site: www.terrasquentes.com.pt; No ar desde o ano de 2006, mas só a partir de Maio de 2008 o nosso alojamento começou a ter contador de visitas. Até ao momento (6 de Março de 2017), com quase nove anos de existência (do contador) tivemos: 451.980 visitas ou seja uma média anual de 51.784 visitantes i.e., 142 visitas por dia.

Publicações:

- 13 Edições dos Cadernos Terras Quentes; contendo 116 artigos de 171 autores; 4 Livros – 5 autores e 3 catálogos de museu (Museu de arte Sacra, Museu Municipal Martim Gonçalves de Macedo e Museu Municipal de Arqueologia Coronel Albino Pereira Lopo).
- Sete trabalhos finais de licenciaturas; Sete teses de mestrado; Duas teses de doutoramento; seis artigos em publicações estrangeiras; Cinco capítulos em livros; seis publicações em revistas portuguesas da especialidade; oito conferências e congressos internacionais.

50 SÉCULOS DE HISTÓRIA DE MACEDO DE CAVALEIROS

Apesar do critério museológico ser diferente do que se utilizou até hoje, tanto na exposição arqueológica que pré-inaugurou o Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros em 2003, como na Sala-Museu de Arqueologia inaugurada em 2006, no Núcleo Central da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, “mostra por sítio arqueológico”, pretendeu-se, agora, que o Museu Municipal de Arqueologia, “Coronel Albino Pereira Lopo” tivesse uma metodologia expositiva por temáticas. Pretendeu-se recriar e reviver 50 séculos de história regional e local (Concelho de Macedo de Cavaleiros), desde o Neolítico à Idade Média.

Sobre o espaço Museológico

Os técnicos da Associação Terras Quentes pretenderam incutir no espaço museológico qualidade singular, inovadora e dentro dos critérios da museologia clássica. Um lugar onde o visitante tenha que se socorrer a todos os seus sentidos. Com a ambiência criada pretendeu-se aproximar o mais possível aos espaços donde originalmente se situavam os sítios arqueológicos escavados e aqui representados. As zonas de habitat, cabana da Idade do Bronze e habitat romanizado, recreados a partir das estruturas escavadas na Fraga dos Corvos e no arqueosítio do Cramanchão e Terronha de Pinhovelo foram fabricados com materiais originais/naturais recolhidos, quase todos, nos referidos sítios arqueológicos, mormente os materiais perecíveis, madeira, colmo, terras etc. Por outro lado todos as peças expostas serão originais. Pretendeu-se assim recriar ao ínfimo pormenor a vivência do povo local, primeiros povoadores do espaço geográfico, hoje, Macedo de Cavaleiros.

Sala de Pré-História



GEOGRAFIA E AMBIENTE DO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS

Trás-os-Montes Oriental é uma região natural no nordeste português, delimitada a oeste pelas Serras da Brunheira, Padrela, Falperra e planalto de Alijó e inclui os actuais distritos de Bragança e a parte leste do de Vila Real. Esta região insere-se no Maciço Hespérico da Península Ibérica e na unidade geológica Galiza Média/Trás-os-Montes. Apresenta uma diversidade de paisagens, com alternância de montanhas, planaltos e vales de rios. Dominam as formações xistosas, mas existem manchas graníticas na zona sul do território.

Regista-se uma variedade de tipos de solos, a maioria pouco produtivos e muitos com necessidade de intervenção humana. O clima é marcado pela continentalidade, com temperaturas mais contrastadas de Inverno e Verão e menores valores de pluviosidade média anual. A região dispõe de uma rede hidrográfica relativamente extensa, enquadrada na bacia do Douro e seus afluentes, que apresentam, na maioria, vales encaixados em V agudo.

O actual concelho de Macedo de Cavaleiros integra-se na sub-região Bornes-Sabor, segundo a designação proposta por Agroconsultores e Coba (1991). É uma sub-região que apresenta um relevo ondulado bastante expressivo, com a Serra de Bornes a destacar-se como um acidente orográfico notável. Nesta região inclui-se, em termos litológicos, o Maciço de Morais, no qual dominam os xistos verdes, micaxistos, gnaisses, paragneisses, xistos anfibólicos e anfibólitos. O clima insere-se na região subcontinental, com características da Terra de Transição, as zonas baixas inserem-se a Terra Quente e a serra de Bornes na Terra Fria de Montanha.

Aqui predominam os carvalhos (negral e cerquinho) e as azinheiras, estando igualmente bem representados os sobreiros, os zimbros e matos de vários tipos de arbustos (esteva, rosmaninho, tomilho, trovisco, urze e carqueja) (*Idem*).

OS PRIMEIROS CAMPONESES. O NEOLÍTICO - C. 5500-2750 A.C.

A ocupação humana mais antiga que conhecemos para a área actual do concelho de Macedo de Cavaleiros remonta ao Neolítico, período em que surge e se desenvolve a agricultura e a criação de gado na Península Ibérica, bem como duas tecnologias novas, que se tornam essenciais nos meios de subsistência humana, a cerâmica e a pedra polida. Em Trás-os-Montes Oriental, o Neolítico é um período ainda mal caracterizado, o que se deve, fundamentalmente, à escassez de sítios arqueológicos escavados e à falta de projectos de investigação direccionados para estas questões, com algumas excepções em algumas áreas sub-regionais específicas.

Os sítios de habitação conhecidos são muito escassos, o que se deverá, entre outras razões, às próprias características desses mesmos sítios, deixando escassos vestígios materiais. São sítios de pequena dimensão, provavelmente de curta a média duração, construídos com recurso sobretudo a materiais perecíveis, como madeira, peles e argila seca/cozida. No território do actual concelho de Macedo de Cavaleiros não se conhece nenhum sítio de habitação claramente atribuível a este período.

Já durante o IV.º milénio a.C., aparecerão em Trás-os-Montes Oriental os primeiros monumentos megalíticos. Estes monumentos funerários, além de acolherem os mortos destas comunidades, funcionarão também como marcadores artificiais de um espaço crescentemente humanizado quais âncoras na paisagem para populações que, por outro lado, mantêm uma grande mobilidade sazonal.

Os recipientes cerâmicos são por vezes decorados, e os instrumentos líticos fabricados a partir de lascas, lamelas e lâminas, as primeiras enxós, machados, goivas e mós manuais em pedra polida constituem o resto do seu equipamento reconstituível.

Serão estes os primeiros camponeses a desenvolver as representações esquemáticas pintadas que povoam alguns abrigos sob rocha, como, por exemplo o Forno da Velha (Freguesia de Lagoa – Figueiredo; 2008).

SÍTIOS REPRESENTADOS

Forno da Velha



Localização

Freguesia de Lagoa

Coordenadas

6° 48' 25,51" W e

41° 25' 39,25" N

CNS

23820

Tipo de sítio

Arte Rupestre



Descrição

O sítio arqueológico do Forno da Velha consiste num pequeno abrigo sob rocha, no qual existem quatro painéis verticais com pinturas esquemáticas feitas com recurso a pigmentos vermelhos. Dentro das pinturas, foi identificado um “conjunto notável de figuras, tanto ao nível da variedade como da estética. Entre antropomorfos, zoomorfos quadrúpedes e outros de classificação mais problemática, geométricos e ramiformes, o ordenamento figurativo dos painéis apresenta um equilíbrio surpreendente na conjugação de temas” (Figueiredo e Baptista; 2009, pág. 14), fazendo parte do “grupo de motivos típicos da pintura esquemática peninsular” do Tardo-Neolítico (*Idem*, pág. 11).



Ficha técnica

Arqueólogos responsáveis:
José Ventura e Hélder Carvalho.

Trabalhos realizados:
Prospecção, 2005.

Fraga da Pegada

**Localização**

Freguesia de Santa
Combinha

Coordenadas

6° 53' 5" Lat. N e
41° 35' 0,8" Long. W

CNS

2023

Tipo de sítio

Arte Rupestre

**Descrição**

A Fraga da Pegada é uma rocha de origem vulcânica com cerca de 13,30 m de comprimento e 5,30 m de largura, que, pela sua forma em “crista”, detém um imponente lugar na paisagem envolvente. Nesta rocha identificaram-se doze painéis com gravuras com diferentes motivos e realizados em momentos distintos. Os motivos mais frequentes são os “*cruciformes* (17), *segundo-se as ferraduras* (12), *as pegadas* (11), *os traços soltos* (8) e *as covinhas* (7)” (Figueiredo; 2007, pág. 59), realizados através das técnicas de picotagem e abrasão. Estes são motivos típicos da Arte Esquemática Ibérica, conhecendo uma “*grande dispersão peninsular, sendo que em Portugal se distribuem por todo o Norte, estendendo-se para as Beiras*” (Figueiredo; 2008, pág. 56). A sua atribuição cronológica é algo problemática, mas deverá enquadrar-se na Pré-História recente, eventualmente já de finais do III.º milénio a.C. (*Idem*).

**Ficha técnica**

Arqueólogos responsáveis:
Carlos Mendes, Sofia Figueiredo e
Fátima Bento.

Trabalhos realizados:
Levantamento, 2006.

Mamoa de Santo Ambrósio



Localização

Freguesia de Vale da Porca

Coordenadas

41° 32' 09" N e

Long. de 6° 52' 81" W

CNS

17285

Tipo de sítio

Necrópole



Descrição

A Mamoa de Santo Ambrósio é um monumento funerário megalítico construído/utilizado provavelmente durante o IV e/ou III.º milénios a.C., tendo posteriormente sido revisitado já durante o II.º milénio a.C. Aquando dos trabalhos arqueológicos, o monumento encontrava-se em mau estado de conservação, apresentando uma “*grande fossa de violação da área central, que se prolonga na direcção Norte até ao limite da mamoa*” (Carvalho; 2005, pág. 51). Por este motivo, a estrutura do monumento não se encontra plenamente definida, mas parece existir um átrio de entrada a uma câmara funerária que se localizaria na área central do monumento. Os materiais arqueológicos recuperados incluem vários utensílios em pedra talhada, como lamelas, flancos de núcleo e lascas de debitage (Idem, pág. 54). O conjunto cerâmico recolhido pertence já a uma fase de reutilização na Idade do Bronze, e é constituído essencialmente por fragmentos de bordo, bojo e bases planas, estando ausente qualquer motivo decorativo que possibilite um melhor enquadramento cronológico para estes materiais.



Ficha técnica

Arqueólogo responsável:
Hélder Carvalho.

Trabalhos realizados
Intervencionado nos anos de 2003, 2004
e 2005.

MATERIAIS EM EXPOSIÇÃO

1

Designação: Lage de xisto com antropomorfo (reconstituição)

Medidas: 22.5*14.5*4.4 cm



2

Designação: Lage de xisto com cervídeo (reconstituição)

Medidas: 21.5*15*3.4 cm



3

Designação: Pigmentos (reconstituição)



4

Designação: Pincel
(reconstituição)

Medidas: 30*1.2 cm



5

Designação: Lage de xisto com
motivos da fraga da pegada
(reconstituição)

Medidas: 35*18*13 cm



6

Designação: Bigorna

Proveniência: Mamoa de Santo
Ambrósio

Matéria-prima: Granito

Cronologia: Neolítico (?)

Medidas: 8.3*6.5*4.3 cm



7

Designação: Percutor sobre seixo

Proveniência: Mamoa de Santo Ambrósio

Matéria-prima: Quartzo leitoso

Cronologia: Neolítico (?)

Medidas: 7.9*5.4*6.7 cm



8

Designação: Percutor sobre seixo

Proveniência: Mamoa de Santo Ambrósio

Matéria-prima: Quartzo leitoso

Cronologia: Neolítico (?)

Medidas: 7.8*6.4 cm



9

Designação: Fragmento de base plana

Proveniência: Mamoa de Santo Ambrósio

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Idade do Bronze (?)

Medidas: 5.7*5.2*1 cm



10

Designação: Fragmento de bordo bi-espessado

Proveniência: Mamoa de Santo Ambrósio

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Idade do Bronze (?)

Medidas: 9.1*3.8*2.3 cm

**11**

Designação: Fragmento de bordo

Proveniência: Mamoa de Santo Ambrósio

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Idade do Bronze (?)

Medidas: 8.5*3.7*0,9 cm

**12**

Designação: Fragmento de bordo com orifício

Proveniência: Mamoa de Santo Ambrósio

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Idade do Bronze (?)

Medidas: 3.9*3.9*0.8 cm



13

Designação: Fragmento de base plana

Proveniência: Mamoa de Santo Ambrósio

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Idade do Bronze (?)

Medidas: 7.5*3.8*2.1 cm



14

Designação: Fragmento de bordo

Proveniência: Mamoa de Santo Ambrósio

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Idade do Bronze (?)

Medidas: 5.9*4.5*1 cm



15

Designação: Fragmento de bordo

Proveniência: Mamoa de Santo Ambrósio

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Idade do Bronze (?)

Medidas: 6.3*3.3*1 cm



16

Designação: Fragmento de bordo com mamilo

Proveniência: Mamoa de Santo Ambrósio

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Idade do Bronze (?)

Medidas: 3.6*2.7*1.1 cm

**17**

Designação: Raspador sobre lasca

Proveniência: Mamoa de Santo Ambrósio

Matéria-prima: Quartzito Leitoso

Cronologia: Neolítico (?)

Medidas: 3.8*3.3*1.1 cm

**18**

Designação: Flanco de núcleo

Proveniência: Mamoa de Santo Ambrósio

Matéria-prima: Quartzito Leitoso

Cronologia: Neolítico (?)

Medidas: 3.3*2.2*1.8 cm



19

Designação: Denticulado

Proveniência: Mamoa de Santo
Ambrósio

Matéria-prima: Quartzo Leitoso

Cronologia: Neolítico(?)

Medidas: 2.8*2*0.6 cm



20

Designação: Furador

Proveniência: Mamoa de Santo
Ambrósio

Matéria-prima: Quartzo Leitoso

Cronologia: Neolítico (?)

Medidas: 2.5*1*0.7 cm



21

Designação: Lasca

Proveniência: Mamoa de Santo
Ambrósio

Matéria-prima: Quartzo Leitoso

Cronologia: Neolítico (?)

Medidas: 2.5*1.6*0.5 cm



UM PRIMEIRO POVOAMENTO ESTÁVEL: O CALCOLÍTICO - C. 2750-2250 A.C.

Parte do terceiro milénio a.C. corresponde a um período de continuidade de povoamento em Trás-os-Montes Oriental, área onde se localiza o concelho de Macedo de Cavaleiros, ocupando-se territórios variados e explorando as várias potencialidades dos recursos naturais, mas com um provável aumento populacional relativamente ao Neolítico, atendendo ao aumento de sítios arqueológicos hoje conhecido.

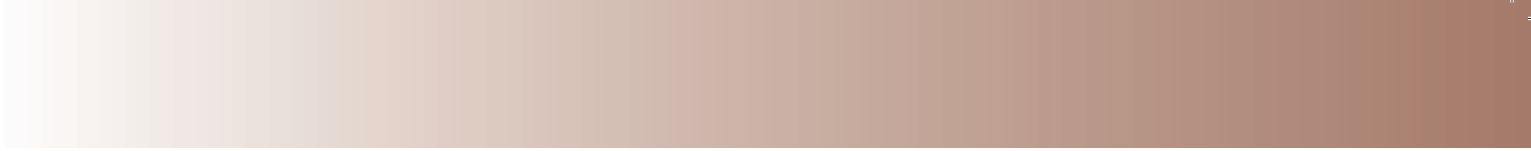
Os sítios de habitação concentram-se em terrenos altos, com bom domínio da paisagem, por vezes ocupando espaços livres entre penedos, outras em plataformas aplanadas, aproveitando a topografia natural. As estruturas de habitação têm pouco investimento arquitectónico, sendo normalmente de tipo 'cabana', construídas com recurso a materiais perecíveis e utilizando alguma pedra para lareiras, embasamentos e pequenos alinhamentos, não sendo possível identificar áreas funcionais específicas dentro de cada sítio, o que se poderá justificar com a provável mobilidade territorial das populações dentro desta área, procurando terrenos férteis (Luís; 2016).

O ritual de enterramento dos mortos segue o estilo neolítico, com recurso a monumentos megalíticos, normalmente 'mamoas', ou seja, espaços funerários megalíticos (normalmente uma câmara quadrangular, com ou sem corredor de acesso), cobertos com terra e com uma carapaça pétrea acima, criando um monte artificial na paisagem. Dentro destes monumentos depositar-se-ia algum espólio funerário a acompanhar o(s) morto(s), normalmente utensílios em pedra lascada ou polida, alguns recipientes cerâmicos e contas de colar em xisto, quase sempre semelhantes aos exemplares recuperados em ambientes domésticos. Infelizmente, são escassos os monumentos deste tipo que se encontram em bom estado de conservação nesta área regional, dificultando uma melhor caracterização destas estruturas e do ritual funerário a elas associado.

A produção cerâmica apresenta alguma continuidade com o mundo neolítico, ou seja, recipientes cerâmicos com formas esféricas e globulares, sendo muito raros os pratos, enunciando uma alimentação à base de sopas e guisados. Estas formas cerâmicas têm, praticamente todas, bases convexas, e os elementos de preensão estão praticamente ausentes. Vários destes recipientes são decorados recorrendo a alguns motivos decorativos estruturantes como triângulos preenchidos por sequências de pontos ou bandas de impressões variadas abaixo do bordo, mas sempre do lado exterior do recipiente. A decoração dos recipientes parece obedecer a uma certa padronização dos motivos utilizados, enunciando mecanismos de reprodução cultural algo conservadores, e, conseqüentemente, uma certa manutenção das estruturas sociais e culturais destas comunidades. A partir de meados do III.º milénio a.C. começa a ganhar importância uma nova técnica decorativa, a incisão penteada, cujo arrastamento de um pente na pasta fresca cria um efeito estético muito próprio (*Idem*).

Os utensílios em pedra, lascada e polida, são elaborados com recurso a matérias-primas amplamente disponíveis na região, como o quartzo, o xisto e o anfibolito, mas encontrando-se também a presença vestigial de outros materiais como o sílex e a ágata. Estamos perante, na maioria dos casos, de uma “indústria expedita”, ou seja, *“baseada num baixo investimento na conformação de núcleos ou na transformação dos produtos debitados, com uma produção vocacionada maioritariamente para a produção de lascas – logo uma certa falta de normalização – ao contrário das indústrias baseadas na debitação quase exclusiva de produtos alongados”* (Ventura et al; 2013). A pedra polida também se encontra amplamente representada através de machados, goivas, enxós e objectos de adorno.

É igualmente neste período que surgem os primeiros artefactos de cobre, pequenos utensílios, como punções, dos quais ainda não existe evidência de produção local. A sua existência enuncia a integração destas comunidades nas redes de comunicação e trocas existentes neste período.



Na área do actual concelho de Macedo de Cavaleiros apenas estão identificados sete sítios arqueológicos desta cronologia (Luís; 2016) mas que oferecem grandes dificuldades quanto à sua caracterização cronológica, funcional e arquitectónica, já que cerca de metade destes apenas foi reconhecido através de prospeções, sem que houvesse qualquer campanha de escavação arqueológica. São três os possíveis sítios de habitação identificados, dois deles já escavados e mencionados neste volume (Xaires e Alto da Madorra) e ainda um terceiro, alvo de prospeções, Espondra, localizado na freguesia de Morais. Conhecem-se, igualmente, quatro sítios funerários, neste caso, mamoaas, duas na freguesia de Peredo (Fonte de Caravelas 1 e Labor), uma na freguesia de Bornes (Bornes) e uma na freguesia de Vale da Porca (Santo Ambrósio), sendo que só esta última foi escavada (ver este volume).

Povoado de Xaires

**Localização**

Freguesia de Talhas

Coordenadas

6° 46' 46" W e

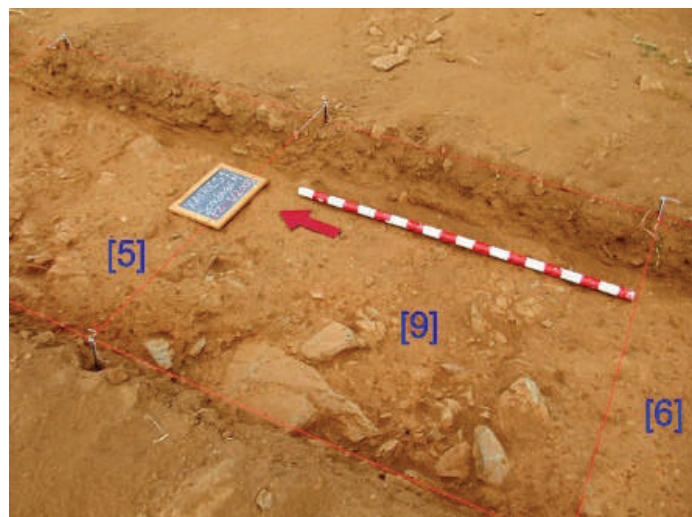
41° 25' 34" N

CNS

31230

Tipo de sítio

Povoado

**Descrição**

O sítio arqueológico de Xaires é um espaço habitacional pré-histórico, provavelmente dos inícios do III.º milénio a.C., e está implantado numa elevação de suave declive, com o topo aplanado e aberto, não apresentando condições naturais de defesa, apesar de possuir um bom domínio visual da paisagem. Neste sítio foram identificadas algumas estruturas de natureza habitacional, como ‘fundos de cabana’ e buracos de poste, bem como um possível ‘empedrado’ de base que serviria para preparar o terreno para as estruturas habitacionais, mas, *“infelizmente não foi possível determinar se estamos perante um único momento de ocupação, ou se existiram vários níveis de ocupação”* (Ventura *et al*; 2013, pág. 102).

Os materiais cerâmicos são relativamente abundantes mas com fraco estado de conservação, registando-se um mínimo de 64 recipientes, incluindo taças, globulares e esféricos apresentando gramáticas decorativas típicas dos mundos neo-calcolíticos regionais, tais como triângulos incisos preenchidos com sequências de impressões ou simples sequências de vários tipos de impressões ao longo do recipiente e abaixo do bordo.

O conjunto lítico é bastante diversificado, incluindo flancos de núcleo, percutores, elementos de moagem, restos de debitage, lascas, lamelas, lâminas, furadores, pontas de seta e raspadores, com alguma variabilidade de matérias-primas, ainda que predominem as regionais como o quartzo e o quartzito. Além destes, recuperaram-se, ainda, duas contas de colar em xisto, um provável peso de tear em xisto e um afiador, também na mesma rocha. A pedra polida está representada através de um fragmento de machado e uma goiva. Esta ‘indústria lítica’ é *“suficientemente polivalente para permitir uma exploração de largo espectro na região em que o povoado de Xaires se insere, desde a caça (...), ao trabalho da madeira (...), recolha e processamento de vegetais”* (Idem, pág. 115).



Ficha técnica

Arqueólogos responsáveis:

José Ventura, Hélder Carvalho e Patrícia Pinheiro.

Trabalhos realizados:

Escavação, 2008, 2009 e 2010.

Alto da Madorra

**Localização**

Freguesia de Carrapatos

Coordenadas

41° 30' 49" Lat. N e

02° 08' 49" Este de Lisboa

CNS

2055

Tipo de sítio

Povoado

**Descrição**

O Alto da Madorra é um sítio de habitação localizado no topo de um pequeno monte com um domínio visual da paisagem razoável, tendo sido escavado de emergência devido à construção do actual IP2-EN216. Das duas áreas de sondagem escavadas, resulta a identificação de dois espaços de utilização, cada um deles com uma única fase de ocupação. As estruturas que ainda se encontravam preservadas consistem em sulcos escavados no solo (possíveis estruturas de contenção de ventos) e numa estrutura de combustão (“lareira”) associada a uma provável estrutura de madeira que terá ardido e ruído, remanescendo em duas grandes concentrações de carvões (Carvalho *et al*; 1997, pp. 99-102). Os materiais arqueológicos deste sítio encontram-se actualmente à guarda da Associação Terras Quentes.

Os materiais arqueológicos recuperados consistem em cerca de mil fragmentos cerâmicos, os quais constituirão um mínimo de 51 recipientes, e ainda 21 artefactos em pedra polida. A pedra talhada está completamente ausente.

Os recipientes cerâmicos são, sobretudo, compostos por taças, mas também se encontram alguns recipientes fechados, como esféricos e globulares, com diâmetros de bordo compreendidos entre os 14 e os 22 cm. A decoração encontra-se representada em 89 fragmentos, sempre do lado exterior do recipiente, recorrendo às técnicas decorativas da incisão, impressão, incisão penteada e boquique, com motivos como bandas de linhas à volta do recipiente, com variações de estilo, e ainda sequências de triângulos preenchidos com pontos, linhas, círculos, etc. (Luís; 2013a).

Os artefactos em pedra polida encontra-se genericamente bem preservados e, em alguns casos, completos. Identificaram-se, em termos de categorias morfológicas: um machado, duas enxós e um martelo, normalmente associados a trabalhos agrícolas e de madeiras; cinco dormentes e cinco moventes, componentes de mós manuais para transformação de alimentos; oito seixos rolados, quatro dos quais com as superfícies lisas que poderão ter servido como polidores/alisadores. A matéria-prima mais frequente é o anfibolito, mas também se assinalou a presença de granito e xisto. (*Idem*).



Ficha técnica

Arqueólogos responsáveis:
Luís Gomes (*Arqueohoje*).

Trabalhos realizados:
Escavação de emergência pela empresa
Arqueohoje, 1997.

MATERIAIS EM EXPOSIÇÃO

1

Designação: Fragmento de colher

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 3*2.8*1.6 cm



2

Designação: Fragmento de bordo de vaso de colo estrangulado

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 5.1*4.3*1 cm



3

Designação: Fragmento de bordo de vaso de colo estrangulado

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 4*3.8*0.8 cm



4

Designação: Fragmento de bordo
de vaso de colo estrangulado

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 5.5*2.6*0.8 cm



5

Designação: Fragmento de bojo
decorado com impressões e
incisões

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 6.6*4.4*0.9 cm



6

Designação: Fragmentos de bojo
decorado com impressões

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 3.2*3.2*0.7 cm



7

Designação: Fragmento de bojo decorado com incisões

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 4,9*4,6*0,9 cm



8

Designação: Fragmento de bojo decorado com incisões e impressões

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 6,4*4,8*1,5 cm



9

Designação: Fragmento de bojo decorado com incisões e impressões

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 3,9*4,2*1,1 cm



10

Designação: Fragmento de bojo decorado com impressões

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 5,8*4,2*0,8 cm

**11**

Designação: Fragmento de bojo decorado com incisões e impressões

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 4,4*4,1*1 cm

**12**

Designação: Fragmento de bojo decorado com incisões e impressões

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 4,1*3*0,9 cm



13

Designação: Fragmento de bojo decorado com incisões e impressões

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 4*3,8*0,9 cm



14

Designação: Fragmento de bojo decorado com impressões

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 3,6*3,6*0,9 cm



15

Designação: Fragmento de bojo decorado com impressões

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 4,7*4,1*0,9 cm



16

Designação: Afiador

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Xisto Mole

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 5,3*3,1*1,5 cm



17

Designação: Enxó

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Anfíbolito

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 9,2*5,9*4,2 cm



18

Designação: Peso

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Seixo de xisto

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 10,7*11,9*3,5 cm



19

Designação: Pedra polida
perfurada

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Xisto mole

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 5,6*5,4*1,7 cm



20

Designação: Machado

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Anfibolito

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 7.3*5.1*1.3 cm



21

Designação: Enxó

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Anfibolito

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 8.2*4*1.3 cm



22

Designação: Enxó

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Anfíbolito

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 8.2*3.2*2.3 cm



23

Designação: Goiva

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Anfíbolito

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 8.8*1.7*1.5 cm



24

Designação: Conta

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Xisto

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 1.8*0.5 cm



25

Designação: Lamela cortical

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Quartzo leitoso

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 2.6*2.8*0.8 cm



26

Designação: Lamela cortical

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Quartzo leitoso

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 2.2*0.9*0.3 cm



27

Designação: Ponta de seta

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Grauvaque

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 2.5*1.2*0.3 cm



28

Designação: Lasca

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Quartzito leitoso

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 1.7*1.1*0.5 cm



29

Designação: Pendente (?)

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Xisto mole

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 3.2*1.9*0.8 cm



30

Designação: Lamela cortical

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Quartzito

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 2.4*1.7*0.4 cm



31

Designação: Lasca lamelar

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Quartzo leitoso

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 1.2*0.8*0.3 cm



32

Designação: Raspador terminal sobre lasca

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Quartzo leitoso

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 1*1*0.3 cm



33

Designação: Denticulado sobre lasca de seixo

Proveniência: Xaires

Matéria-prima: Xisto

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 4.9*2.5*0.7 cm



34

Designação: Fragmento de bojo decorado com incisões e impressões

Proveniência: Alto da Madorra

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 7.5*4.6*0.9 cm



35

Designação: Fragmento de bojo decorado com incisões

Proveniência: Alto da Madorra

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 5.1*3.8*0.9 cm



36

Designação: Fragmento de colo decorado com impressões

Proveniência: Alto da Madorra

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 7.2*4.1*0.9 cm



37

Designação: Fragmento de bordo decorado com impressões

Proveniência: Alto da Madorra

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 3,4*4*0,6 cm



38

Designação: Fragmento de bojo decorado com incisões e impressões

Proveniência: Alto da Madorra

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 5,1*2,7*0,9 cm



39

Designação: Fragmentos de bordo decorado com impressões

Proveniência: Alto da Madorra

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 6,3*4,2*0,8 cm



40

Designação: Fragmentos de
bordo decorado com impressões

Proveniência: Alto da Madorra

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 4.3*3*0.8 cm

**41**

Designação: Fragmento de
bordo decorado com incisões e
impressões

Proveniência: Alto da Madorra

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 3.9*3.3*0.7 cm

**43**

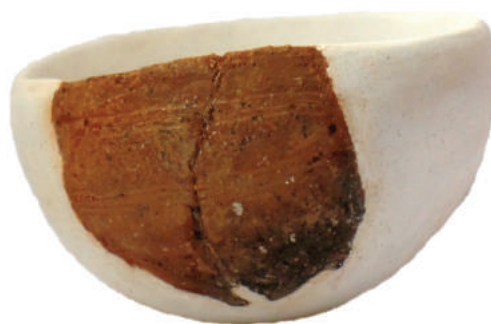
Designação: Taça decorada com
incisão penteada (Restauro)

Proveniência: Alto da Madorra

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 9.3*0.5 cm



44

Designação: Taça decorada com
incisão penteada
(Restauro)

Proveniência: Alto da Madorra

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 11.7*0.3 cm



45

Designação: Esférico decorado
com incisão penteada
(Meio restauro)

Proveniência: Alto da Madorra

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 18*10.3*1.2 cm



46

Designação: Fragmento de bordo
decorado com incisão penteada

Proveniência: Alto da Madorra

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 13.1*7.7*0.7 cm



47

Designação: Fragmento de bordo decorado com incisão penteada

Proveniência: Alto da Madorra

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 7.3*6.3*0.9 cm



48

Designação: Fragmento de bordo decorado com impressões

Proveniência: Alto da Madorra

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 7.9*7.9*0.9 cm



49

Designação: Fragmento de dormente

Proveniência: Alto da Madorra

Matéria-prima: Anfibolito

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 19*7.8*3.2 cm



50

Designação: Polidor

Proveniência: Alto da Madorra

Matéria-prima: Anfibolito

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 7.1*2.6*0.7 cm



51

Designação: Fragmento de movente

Proveniência: Alto da Madorra

Matéria-prima: Anfibolito

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 8.5*3.7*2.1 cm



52

Designação: Fragmento de movente

Proveniência: Alto da Madorra

Matéria-prima: Anfibolito

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 11.6*5.3*3.9 cm



53

Designação: Fragmento de movente

Proveniência: Alto da Madorra

Matéria-prima: Anfibolito

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 10*7.1*4.1 cm



54

Designação: Machado

Proveniência: Alto da Madorra

Matéria-prima: Anfibolito

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 9.9*7.1*2.2 cm



55

Designação: Enxó

Proveniência: Alto da Madorra

Matéria-prima: Anfibolito

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 8.2*4.1*2.4 cm



56

Designação: Martelo

Proveniência: Alto da Madorra

Matéria-prima: Anfibolito

Cronologia: Calcolítico

Medidas: 12,4*7*5 cm



O NASCIMENTO DE UMA - SIMBÓLICA DO PODER - O BRONZE INICIAL - C. 2250-1750 A. C.

Nos finais do terceiro e inícios do segundo, milénios a.C. assiste-se a um conjunto de transformações no registo arqueológico que enunciam uma mudança das estruturas habitacionais, funerárias e simbólicas das comunidades humanas por toda a Península Ibérica, iniciando-se a Idade do Bronze.

Em Trás-os-Montes Oriental este período é ainda muito mal conhecido, estando representado pelo aparecimento de alguns artefactos metálicos em depósitos entre fragas ou descontextualizados e por escassos sítios de enterramento. No concelho de Macedo de Cavaleiros apenas se conhecem dois locais de depósito de artefactos metálicos e uma necrópole de cistas (actualmente destruída), que têm clara atribuição a este momento cronológico.

Destacam-se, neste período, as bem conhecidas armas metálicas em cobre arsenical, as alabardas, caracterizadas por uma lâmina triangular larga com um veio longitudinal com uma zona de encabamento triangular e três orifícios para rebites. No território de Macedo de Cavaleiros conhecem-se dois conjuntos importantes destas alabardas, as de Carrapatas (dois exemplares) e as de Vale Benfeito (quatro exemplares) que deverão ter constituído depósitos intencionais.

As alabardas integram-se no nascimento de uma nova simbólica, na qual a representação e materialização de armas e adornos metálicos indiciarão a ascensão de novos estatutos sociais e talvez até hierárquicos dentro das comunidades (Senna-Martinez; 2006, 2009). Tudo isto é acompanhado de uma importante reestruturação do povoamento, onde os antigos locais de habitação calcolíticos ou são abandonados ou reestruturados, e, sobretudo, de uma alteração da forma de enterramento dos mortos, privilegiando a deposição individual, associada a um espólio funerário com artefactos metálicos e cerâmicas de excepção, numa variedade de estruturas (cistas, fossas, grutas ou abrigos naturais e reutilização de monumentos megalíticos).

AS ALABARDAS - ARMAS E SIMBÓLICA DE PODER

A nova “simbólica de poder” que constitui um dos traços estruturantes da Idade do Bronze anuncia-se, logo no Bronze Inicial, pela colocação, em “lugares chave” do território (portelas terrestres e fluviais, etc.), de armas em cobre arsenical que aparecem associadas a uma iconografia de poder (Senna-Martinez; 2009, 2013), de que é excelente exemplo a estela de Longroiva, com uma figura masculina equipada com uma alabarda, arco e um punhal.

As alabardas ditas “Atlânticas” (porque comuns à Fachada Atlântica da Europa), nomeadamente as de tipo Carrapatas, são particularmente representativas da região de Macedo de Cavaleiros (com dois exemplares em Carrapatas, quatro em Vale Benfeito, dois em Abreiro e um em Vimioso, representando 82% dos exemplares peninsulares conhecidos).

As lâminas das Alabardas Atlânticas apresentam forma triangular e incluem, quatro sub-tipos distintos:

1. O sub-tipo Carrapatas, de folha triangular, larga na base, nervura longitudinal bem marcada e encabamento em lingueta larga em triângulo.
2. O sub-tipo de lingueta estreitada, semicircular ou trapezoidal, também com folha triangular e nervura longitudinal bem marcada (Exemplo: o exemplar das Baútas, Estremadura).
3. O sub-tipo do Alto Guadalquivir, próximo do original de Carrapatas mas com a lingueta muito baixa num triângulo pouco definido.
4. O sub-tipo Cano enquadrável nas “alabardas com aresta média” sub-triangulares e estreitas, de secção transversal losângica ou lenticular e marcadamente espessada na parte central, com lingueta indiferenciada do corpo da lâmina e encabamento por dois ou três rebites. Distribui-se do Sudoeste ao Levante Peninsular.

PEÇAS EXPOSTAS

1

Designação: Alabarda de tipo
Carrapatas (réplica)

Medidas: 27.5*11.5*1.1 cm



2

Designação: Alabarda de tipo
Carrapatas (réplica)

Medidas: 26*9*0.7 cm



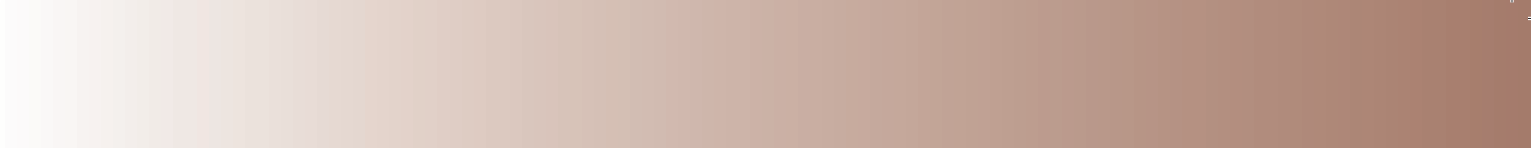
DIORAMA

A ÁREA DE FUNDIÇÃO DA FRAGA DOS CORVOS (BRONZE MÉDIO - C. 1750-1250 A.C.)



O diorama (cabana e estruturas) em torno ao qual se organiza esta sala reconstrói, numa aproximação fundamentada nas realidades encontradas neste sítio arqueológico, a “área de fundição”, datada do Bronze Médio e única para a época no território nacional, escavada no Sector A da Fraga dos Corvos, entre 2004 e 2005.

Os dados recolhidos no Sector A deste sítio arqueológico, ao longo de 12 campanhas, são de molde a possibilitar não só algumas sínteses interpretativas do ponto de vista científico, que têm vindo a ser publicadas, como também aproximações e reconstituições da vida das populações que aí viveram, de que é excelente exemplo o único romance histórico publicado para um sítio arqueológico do Nordeste Transmontano – “*O Primeiro Alquimista*” (Martinez; 2012) – baseado precisamente nos dados obtidos na Fraga dos Corvos.



A cena, imaginada com base nas realidades escavadas, mostra um “mestre fundidor” (o personagem mais idoso) e o seu “aprendiz” (o jovem de frente para o mestre) atarefados ao redor de uma braseira onde, num cadinho (pequeno recipiente de fundo plano), fundem os nódulos de bronze (pequenas bolinhas de metal) que servirão para fabricar um pequeno machado (como a réplica exibida no diorama).

No interior da cabana (construída com paredes de ramos entrançados forrados a barro e telhado de esteva) outro jovem vela pela “caixa de areia” (repare-se no original escavado e preservado no expositor baixo em frente ao diorama) onde serão colocados os moldes a encher com o metal fundido.

Além da referida “caixa de areia”, na vitrina seguinte, dedicada ao Bronze Médio (c. 1750-1250 a.C.), expõem-se alguns os nódulos de bronze, cadinho, moldes, fragmentos de “vasilha-forno” e outros materiais que fundamentam o diorama.

EXPOSITOR

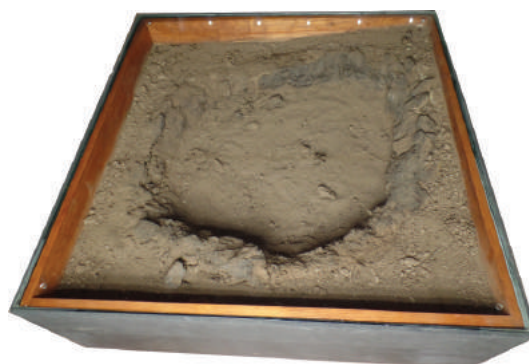
CAIXA DE AREIA ORIGINAL DA - CABANA 4 DO SECTOR A DA FRAGA DOS CORVOS (BRONZE MÉDIO - C. 1750-1250 A.C.)

A estrutura que se expõe é a “caixa de areia” original, escavada no interior da “Cabana 4/6” do sector A da Fraga dos Corvos em 2005. A mesma foi consolidada no terreno, moldada em espuma de poliuretano e transportada para a oficina de restauro da ATQ onde foi preparada para ser exposta.

Como se indica acima (Ver Diorama), esta estrutura destinava-se a conter areia para nela colocar os moldes onde se verteria o metal em fusão (neste caso o bronze), conforme o indicam os vestígios associados (Senna-Martinez, *et al*; 2010). Trata-se de um exemplar único no território hoje português.



Caixa de areia *in situ* na “Cabana 4” do Sector A da Fraga dos Corvos



Caixa de areia depois de consolidada e musealizada

UM PRIMEIRO POVOAMENTO PERMANENTE? O BRONZE MÉDIO - C. 1750-1250 A. C.

No Bronze Médio assistimos à progressiva dispersão da tecnologia do bronze pelo território hoje português a par de algumas transformações nas comunidades humanas, nomeadamente a uma maior diversidade regional da cultura material. Em Trás-os-Montes Oriental este ainda é um período mal conhecido, o que se deve à escassez de sítios arqueológicos escavados. O único sítio de povoamento conhecido na região de Macedo de Cavaleiros, a Fraga dos Corvos (Vilar do Monte), apresenta uma ocupação de altura num cabeço destacado da Serra de Bornes, com controlo visual da paisagem, e estruturas domésticas construídas com técnicas tradicionais: cabanas elaboradas com postes de madeira interligados por ramagens e forrados por argila.

Aqui está documentada uma das produções mais antigas de ligas de bronze do território português, desenvolvida em meio doméstico recorrendo a algumas fontes locais de estanho e cobre, para fabricar machados e cinzéis (Senna-Martinez *et al*; 2011).

As cerâmicas, de produção local (Araújo; 2011) apresentam novidades relativamente aos períodos anteriores, nomeadamente com a preferência por recipientes fechados de colo e gargalo, com bases planas e elementos de preensão, com decorações pouco variadas. O estilo decorativo assemelha-se ao conhecido na Meseta Norte Espanhola (designado por estilo *Protocogotas*), no qual a presença de espigas e de retículas incisas junto ao bordo são as características dominantes (Luís; 2010; 2016).

A indústria de pedra talhada (Matos; 2011) é dominada por recurso a matérias-primas regionais, facilmente acessíveis, como o quartzo e o xisto, mas que, pela sua natureza, apresentam fraca aptidão para o talhe. Os utensílios identificados são pouco diversificados, incluindo lascas, furadores e elementos de foice.

Neste período estreitam-se as relações culturais com a Meseta Norte (especialmente com as regiões de Zamora e Salamanca) nas quais a cultura material, nomeadamente a produção cerâmica, é utilizada como meio de integração e comunicação nas redes sociais da época, por onde, decerto, circulariam outros tipos de bens e produtos, hoje desaparecidos do registo arqueológico.

Fraga dos Corvos (Sector A)



Localização

Vilar do Monte

Coordenadas

99 122,194 Longitude e
203 403,721 Latitude Gauss

CNS

6650

Tipo de sítio

Povoado



Descrição

A Fraga dos Corvos é um sítio arqueológico ocupado durante a Idade do Bronze com, pelo menos, duas grandes fases de ocupação, uma do Bronze Médio e outra que se situará na transição entre o Bronze Final e os inícios da Idade do Ferro. Situa-se num cabeço destacado da Serra de Bornes com ampla visibilidade para a bacia de Macedo de Cavaleiros.

A ocupação do Bronze Médio foi identificada na área norte do cabeço, consistindo numa sequência de níveis habitacionais (remanescendo 6 níveis), dos quais o mais antigo é o que apresenta não só melhor estado de conservação, mas também a maior quantidade e diversidade de estruturas habitacionais, incluindo a preparação do terreno para as estruturas, a construção de dois ‘muretes’ pétreos para minimizar os efeitos do declive e delimitar o espaço ocupado, duas sólidas lareiras e uma fossa de detritos associada a uma dessas lareiras e ainda alguns buracos de poste estruturados com pedra. Nas fases subseqüentes, as estruturas perdem robustez, restringindo-se a uma sucessão de construção de ‘cabanas’ exclusivamente realizadas com materiais perecíveis (postes de madeira ligados por ramagens e revestidos com barro seco). Numa dessas estruturas (‘cabana’) foi possível identificar uma área de actividade metalúrgica (Senna-Martinez *et al*; 2010) atendendo às estruturas nela identificadas (uma lareira e uma ‘caixa de areia’) e aos vários vestígios materiais associados (fragmentos de molde, elementos vitrificados não metálicos). Vários outros vestígios relacionados com esta actividade foram recuperados neste sector, como restos de artefactos, pingos de fundição, fragmentos de molde, etc.

Na Fraga dos Corvos produziram-se artefactos em bronze de boa qualidade, numa produção em pequena escala, recorrendo a minérios que se encontravam disponíveis a poucos quilómetros do sítio arqueológico (pelo menos, parte deles), fabricando utensílios como cinzéis e, sobretudo, machados de tipo “Bujões”, que, apesar da sua importância social e cultural nas relações sociais da época, pouca valência prática teriam, mantendo-se a utilização de utensílios em pedra (Senna-Martinez *et al*; 2011).

No que respeita à alimentação, embora a presença de dentes de foice em pedra talhada e mós manuais de reboio em granito sugira consumo de vegetais, apenas os escassos restos de ossos recolhidos nos provam a utilização de uma pecuária baseada em bovinos, ovinos e caprinos, complementada com caça do javali e veado.

Os recipientes cerâmicos foram feitos com recurso a pastas e acabamentos de boa qualidade, revelando diversidade de formas e de soluções de acabamento, como diferentes tipos de bordo, base e elementos de preensão que além de alguns terem funcionalidades específicas, acrescentam intencionalidades estéticas, bem diferentes dos recipientes calcolíticos. O conjunto de recipientes apresentam uma maioria de formas fechadas, como globulares e esféricas, deixando para segundo plano as clássicas taças; além de se acrescentarem formas novas da Idade do Bronze e inspiradas na Meseta Espanhola. De facto, a influência desta área regional na componente cerâmica da Fraga dos Corvos é notória, especialmente ao nível das decorações, onde se verifica uma preferência quase exclusiva por motivos ali criados, ou seja, o estilo “*protocogotas*”, que marca o Bronze Médio nas áreas do actual centro espanhol. Assim encontramos organizações decorativas que se estruturam a partir de espigas e retículas incisais, localizadas fora e dentro do recipiente e, por vezes, associadas a taças carenadas. Também se encontram espigas impressas com pontilhado, mais ao gosto da área de Salamanca (Luís; 2010; 2013b; 2016).

A indústria de pedra talhada é pouco expressiva, de carácter expedito, recorrendo exclusivamente a matérias-primas locais, como o quartzo e o xisto. Foram identificados furadores, buris, elementos de foice, raspadores, denticulados, U.A.D.s e entalhes (Matos; 2011). Também significativa é a presença de vários artefactos de pedra polida, em talcoxisto ou outros xistos moles, genericamente de forma paralelepipedica ou subtriangular com uma ou mais perfurações, sem aparente standardização formal. Estes artefactos, apesar de alguns deles terem a forma tradicional de pesos de tear, não têm ainda funcionalidades específicas atribuídas, já que por um lado, não apresentam marcas de suspensão e, por outro, a sua diversidade morfológica dificulta a sua utilização enquanto pesos de tear (Luís, Reprezas & Senna-Martinez; 2012). Alguns destes artefactos, os de menor tamanho, poderão ter sido usados como pendentes de colar.

A fiação também se encontra documentada nesta fase de ocupação através da presença de alguns cossoiros em cerâmica e em xisto (Luís; 2014).



Ficha técnica

Arqueólogos responsáveis:
João Carlos Senna-Martinez e Elsa Luís.

Trabalhos realizados:
Escavação, 2003-2013; 2015.

MATERIAIS EM EXPOSIÇÃO

Fraga dos Corvos – Metalurgia

1

Designação: Machado de tipo
“Bujões” (Réplica)
Medidas: 11.9*7.5*0.7 cm



2

Designação: Fragmento de molde
de machados
Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)
Matéria-prima: Xisto mole
Cronologia: Bronze Médio
Medidas: 8.3*8.6*3.5 cm



3

Designação: Fragmento de molde
de machados
Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)
Matéria-prima: Xisto mole
Cronologia: Bronze Médio
Medidas: 6.8*3.5*4 cm



4

Designação: Tampa de molde
Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)
Matéria-prima: Xisto
Cronologia: Bronze Médio
Medidas: 15*8,9*4 cm



5

Designação: Fragmento de
cadinho
Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)
Matéria-prima: Cerâmica
Cronologia: Bronze Médio
Medidas: 6,9*6*1,3 cm



6

Designação: Fragmento de bojo
de vasilha-forno
Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)
Matéria-prima: Cerâmica
Cronologia: Bronze Médio
Medidas: 4,1*3,4*2,4 cm



7

Designação: Fragmento de bordo
de vasilha-forno

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 2.8*1.2*1.6 cm



8

Designação: Fragmento de lâmina

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 2.6*0.9*0.3 cm



9

Designação: Espátula

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 3*1.9*0.2 cm



10

Designação: Rebite

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 0.7*0.1 cm



11

Designação: Resto de fundição

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 1.3*1.3*0.7 cm



12

Designação: Nódulo de redução (*Prill*)

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector A)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 0.5*0.4 cm

Obs.: Assim se apresenta o bronze obtido após co-redução dos minérios de cobre e estanho numa vasilha-forno.



13

Designação: Nódulo de redução (*Prill*)

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 0.5*0.4 cm

Obs.: Assim se apresenta o bronze obtido após co-redução dos minérios de cobre e estanho numa vasilha-forno.



14

Designação: Nódulo de redução (*Prill*)

Proveniência:
Fraga dos Corvos (Sector A)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 0.6*0.4 cm

Obs.: Assim se apresenta o bronze obtido após co-redução dos minérios de cobre e estanho numa vasilha-forno.



15

Designação: Fragmento de bordo
decorado com incisões

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 3.5*2.8*2.7 cm



16

Designação: Fragmento de bordo decorado com incisões

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector A)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 2.7*1.9*0.5 cm



17

Designação: Fragmento de carena decorada com incisões preenchidas a pasta branca

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector A)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 3.7*1.8*0.7 cm



18

Designação: Fragmento de bordo decorado com incisões preenchidas a pasta branca

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector A)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 4.4*3.1*0.8 cm



19

Designação: Fragmento de bordo decorado com incisões e impressões com preenchimento a pasta branca

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector A)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 7*9.6*0.9 cm



20

Designação: Fragmento de bordo decorado com impressões e com asa

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector A)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 6.2*4.7*1.2 cm



21

Designação: Fragmento de bojo decorado com incisões

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector A)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 2.5*2.1*0.4 cm



22

Designação: Fragmento de bordo decorado com incisões

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector A)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 2.5*2.5*0.7 cm



23

Designação: Fragmento de bordo decorado com impressões preenchidas a pasta branca

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector A)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 5.1*5.6*0.7 cm



24

Designação: Fragmento de bordo
com asa e mamilos
(Restauro parcial)

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 26.5*6.4*1.8 cm

**25**

Designação: Fragmento de bordo
(Restauro parcial)

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 15*4.8*0.3 cm

**26**

Designação: Fragmento de bordo
(Restauro parcial)

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 15.8*8.5*1.1 cm



27

Designação: Fragmento de base plana

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector A)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 13.9*10.5*1.2 cm



28

Designação: Fragmento base com pé

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector A)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 5.6*2.6*0.4 cm



29

Designação: Asa

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector A)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 4.2*2.3*0.8 cm



30

Designação: Asa

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 4.1*3.9*1.9

**31**

Designação: Mini-vaso

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 3.7*1.8*0.7 cm

**32**

Designação: Cossoiro

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 3.1*2.3*0.7 cm



33

Designação: Cossoiro

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 2*2.4*0.6 cm



34

Designação: Cossoiro

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 3.2*1.8*1.1 cm



35

Designação: Cossoiro

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 3*2.2*1.8 cm



36

Designação: Cossoiro

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 1.9*2.3*0.8 cm



37

Designação: Fragmento de
cossoiro

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Xisto mole

Cronologia: Bronze Médio

Medidas :2.3*1.2*0.8 cm



38

Designação: Cossoiro
(encabamento reconstituído)

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 3.4*2.3*1.3 cm



39

Designação: Pendente com
cabeça de cavalo gravada

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Xisto mole

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 2.8*2.1*0.9 cm



Obs.: No Bronze Inicial e Médio surge uma iconografia em que equipamentos metálicos de excepção, armas e adornos – de per se ou (mais raramente) integrando as primeiras “figuras de poder” (como a estela de Longroiva) – são indicadores de mudanças de mentalidade que anunciam novas complexidades sociais.

A presença – em contexto habitacional, no sítio da Fraga dos Corvos – de um “pendente” gravado com uma cabeça de cavalo, contendo linhas que lembram uma cabeçada, evoca todo um universo mental andriarcal em que, também a montada, coloca, aquele que a monta, no topo da incipiente pirâmide social.

Se o pendente gravado com a cabeça de cavalo pode reflectir, como montada, a nova simbólica andriarcal, parece-nos possível pensar que a sua presença iconográfica num objecto que pode ter tido um uso feminino não destoaria, pelo contrário, por exemplo na “companheira” do possuidor de tal montada. Qual símbolo de poder viril, “fecundador”?

Deste modo, o imaginário ligado ao “herói” guerreiro, que dominará toda a Idade do Ferro, pode ser pensado como forma desenvolvida a partir de protótipos antigos de que a evidência recolhida na Fraga dos Corvos constitui um precedente bastante sugerente (Senna-Martinez e Cardoso; 2010), Fotografia de Victor S. Gonçalves.

41

Designação: Pendente inacabado
(acidente de fabrico?)

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Xisto mole

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 5.6*2.6*1 cm



42

Designação: Pendente

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Xisto mole

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 3.5*2*1.1 cm



43

Designação: Pendente
fragmentado e inacabado
(acidente de fabrico?)

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Xisto mole

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 2.8*2.8*1.4 cm



44 a 54

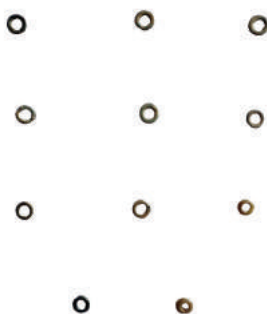
Designação: Contas pequenas
discoides

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Xisto

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: entre 0.7*0.2 cm e
0.6*0.2 cm



55

Designação: Dormente de mó
Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)
Matéria-prima: Granito
Cronologia: Bronze Médio
Medidas: 36*16.5*10 cm



56

Designação: Raspador côncavo
Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)
Matéria-prima: Quartzo leitoso
Cronologia: Bronze Médio
Medidas: 3.2*2.5*0.7 cm



57

Designação: Raspador
unguiforme
Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)
Matéria-prima: Quartzo leitoso
Cronologia: Bronze Médio
Medidas: 2.9*2*0.9 cm



58

Designação: Dente de foice

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Xisto

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 3.4*2.7*0.6 cm



59

Designação: Furador

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Xisto

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 3.8*1.5*0.7 cm



60

Designação: Furador

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Xisto

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 5.9*2*1.2 cm



61

Designação: Furador

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Xisto

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 3.5*1.6*0.4 cm



62

Designação: Furador

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Quartzo

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 2.2*1.3*0.7cm



63

Designação: Movente reutilizado
como bigorna de técnica bipolar

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Granito

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 12*6.7*6.2 cm



1

Designação: Placa polida
perfurada, com possível
decoração raiada à volta da
perfuração

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Talcoxisto

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 9.5*8.1*2.6 cm



2

Designação: Placa polida
perfurada

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Xisto mole

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 8.7*6.5*1.9 cm



3

Designação: Placa polida
perfurada

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Xisto mole

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 6.3*4.9*1.3 cm



4

Designação: Fragmento de placa circular multi-perfurada

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector A)

Matéria-prima: Talcoxisto

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 7.5*3.6*2.5 cm



5

Designação: Fragmento de placa com duas perfurações

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector A)

Matéria-prima: Talcoxisto

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 8.6*5.3*2.5 cm



6

Designação: Placas com uma perfuração

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector A)

Matéria-prima: Xistos moles

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 5.1*3.8*1.2 cm



7

Designação: Placas com uma perfuração

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector A)

Matéria-prima: Xistos moles

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 5.8*4.8*0.9cm



8

Designação: Placa em meio-círculo com uma perfuração

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector A)

Matéria-prima: Xisto mole

Cronologia: Bronze Médio

Medidas: 4.5*4*2 cm



MUDANÇA E CONTINUIDADE: O BRONZE FINAL – C. 1250-500 A.C.

O Bronze Final (c. 1250-500 a.C.) e a transição para a Idade do Ferro (séculos VI e V a.C.) são, ainda hoje, períodos pouco conhecidos em Trás-os-Montes Oriental e que as escavações efectuadas na Fraga dos Corvos (Vilar do Monte) têm ajudado a compreender (Reprezas; 2013).

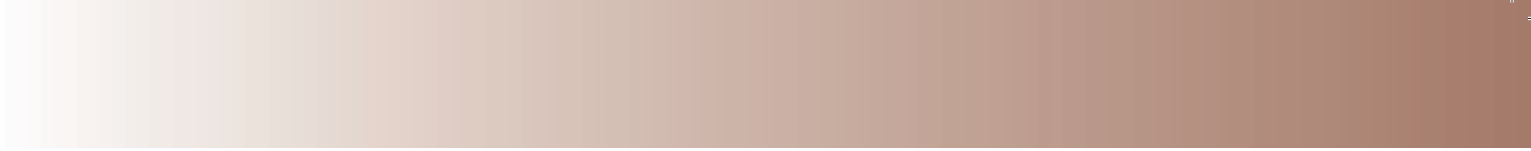
Em todo o Noroeste Peninsular, o início do Bronze Final é marcado por uma profunda reestruturação dos sistemas de povoamento. No caso da nossa região e da Fraga dos Corvos, o sítio, já de si dotado de uma implantação que denota uma manifesta preocupação com o controlo da paisagem envolvente, cresce no espaço até ocupar a totalidade do topo do cabeço onde se situa.

Já num momento avançado do Bronze Final – talvez durante o século VIII a.C. – o povoado será circundado dos lados Norte, Sul e Poente, os mais expostos, por um talude artificial, revestido a pedra não-aparelhada e empilhada, dando-lhe um aspecto de alguma monumentalidade.

Esta “muralha em talude”, que define um recinto com uma área superior a um hectare, constitui uma forma simples de monumentalização de um sítio e consiste no aproveitamento de um declive natural do terreno que é rectificado e depois revestido de forma a enfatizar a plataforma assim obtida. No Noroeste Português este tipo de construção parece generalizar-se justamente nesta época (Bettencourt; 2000).

No interior, tanto quanto os dados já disponíveis permitem avançar, diversas áreas de actividade preenchem o espaço.

Produzindo diversas categorias artesanais – olaria, metalurgia do cobre e bronze, tecelagem, etc. – era na agricultura, pastorícia (ovelhas, cabras e bovídeos) e alguma caça (Javali e coelho) que os ocupantes destes locais procuravam os elementos da subsistência diária (Carvalho *et al*; no prelo).



A cerâmica, que parece evoluir na continuidade da ocupação anterior, inclui agora fragmentos decorados por incisão com um pente que remetem para outra continuidade, a das relações com a Meseta Norte, onde aparecem em momento contemporâneo (inícios do século VII a.C. – Reprezas; 2013).

Particularmente notáveis entre os vestígios materiais já recuperados na Fraga dos Corvos está um importante e impressionante conjunto de bronzes (Fíbulas, agulhas de coser, espátulas para cosméticos, pendentes, uma pinça) e de primeiros objectos em ferro (3 faquinhas, tendo uma rebites em bronze) que remetem para ligações com os “entrepósitos fenícios” do Sul Peninsular e que, nesta quantidade, constituem caso único no Centro e Norte do Ocidente Peninsular (Senna-Martinez *et al*; 2012).

Fraga dos Corvos (Sector M e Abrigo 2)

**Localização**

Vilar do Monte

Coordenadas99 122,194 Longitude e
203 403,721 Latitude Gauss**CNS**

6650

Tipo de sítio

Povoado (?) / Abrigo

**Descrição**

Conforme já referido, a Fraga dos Corvos é um sítio arqueológico ocupado durante a Idade do Bronze com, pelo menos, duas grandes fases de ocupação, uma do Bronze Médio e outra que se situará na transição entre o Bronze Final e os inícios da Idade do Ferro (c. 1250-500 a.C.). Situa-se num cabeço destacado da Serra de Bornes com ampla visibilidade para a bacia de Macedo de Cavaleiros.

O sítio de habitat (povoado) da Fraga dos Corvos parece, durante o Bronze Final, ter ocupado a totalidade do cabeço (numa área superior a um hectare), sendo, talvez a partir do século VIII a.C., delimitado pela atrás referida “muralha em talude” que lhe terá dado um carácter monumental e bem destacado na paisagem (Senna-Martinez, *et al*; 2012).

Este terá sido também o momento da utilização do Abrigo 2, sito na base da vertente abrupta que limita a noroeste o cabeço, quer como área complementar do povoado, quer como eventual local de enterramento, daí provindo um conjunto notável de bronzes com influências mediterrânicas (Figueiredo *et al*; 2009).

Das áreas intervencionadas até à data destaca-se também a escavação do Sector M, um espaço com 80 m² demarcado a partir do limite sul da muralha em talude para o interior da plataforma que esta aí define. Neste momento

conhecemos já de forma razoável a ocupação deste espaço subsequente à construção da muralha em talude: para o interior daquela apresenta-se uma sequência de várias áreas de actividade sobrepostas e que podem corresponder a um período temporal indo desde o século VIII ao VI a.C.

Os abundantes vestígios recolhidos na referida ocupação do Sector M documentam: uma pastorícia de ovinos, caprinos e bovinos, complementada com caça do coelho e javali (Carvalho *et al.* no prelo); produção de cerâmica que parece evoluir na continuidade da produzida no Bronze Médio, com transformações formais e denotando influências culturais da Meseta Norte, agora de tipo Cogotas e Soto (Reprezas; 2013); e, particularmente importante, um conjunto de elementos de origem física ou de “modelo” orientalizante (Senna-Martinez, *et al.*; 2012).

Destes materiais relacionáveis com a presença fenício-orientalizante no litoral sul e oeste de Portugal (até à foz do Mondego – Arruda, 2002) e recolhidos neste arqueossítio destacaremos: contas de vidro azul (13 exemplares) e primeiros elementos em ferro (incluindo 5 lâminas de faquinhos, uma lâmina de machado e um punção) seguramente provenientes da área mediterrânica; um conjunto impressionante de objectos em bronze, nomeadamente 15 fíbulas (2 de dupla mola, 2 de tipo Bencarrón, 6 de tipo Acebuchal, 1 anular hispânica e 4 indeterminadas), 11 agulhas de coser, 3 espátulas para cosméticos e uma pinça. As análises já efectuadas a alguns destes bronzes sugerem fabricos locais a partir de modelos importados (Senna-Martinez, *et al.*; 2012; Gomes *et al.*; 2013).

Os contactos sugeridos pelos bronzes e outros materiais de cariz orientalizante recolhidos apontam para uma possível origem (dos próprios ou de modelos que foram copiados) a partir da chamada “rota das estelas”, que ligaria o Sudoeste Português, a partir do Nordeste Alentejano, até à Galiza e que seguiria um traçado próximo ao do actual IP2. O principal interesse, nessa altura, desta via de trânsito milenar poderá ter sido o acesso às áreas produtoras de estanho e ouro de aluvião das Beiras até à Galiza (Senna-Martinez; 2011 e 2013).



Ficha Técnica

Abrigo 2

Arqueólogos responsáveis:

José Ventura e Hélder Carvalho.

Trabalhos realizados:

Escavação, 2003-2007.

Sector M

Arqueólogos responsáveis:

João Carlos Senna-Martinez, Jessica Reprezas e Elsa Luís.

Trabalhos realizados:

Escavação, 2011-2013; 2015-2016.

MATERIAIS EM EXPOSIÇÃO

9

Designação: Pedra polida com uma perfuração

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector M)

Matéria-prima: Xisto mole

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade do Ferro

Medidas: 13*7*3 cm



10

Designação: Pedra polida com uma perfuração decorada em ambas as faces

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector M)

Matéria-prima: Xisto mole

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade do Ferro

Medidas: 10.1*6.7*1.7 cm



11

Designação: Pedra polida com uma perfuração

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector M)

Matéria-prima: Xisto mole

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade do Ferro

Medidas: 6.8*5.3*1.8 cm



12

Designação: Fragmento de bordo
(Restauro parcial)

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Final/ 1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 13*7*1 cm



13

Designação: Fragmento de bordo
(Restauro parcial)

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 11.7*12*0.6 cm



14

Designação: Fragmentos de
bordo
(Restauro parcial)

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 10.7*8.5*0.9 cm



15

Designação: Fragmentos de
bordo
(Restauro parcial)

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 10.3*6.5*1.4 cm



16

Designação: Fragmentos de base
plana
(Restauro parcial)

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 13.7*3.9*0.6 cm



17

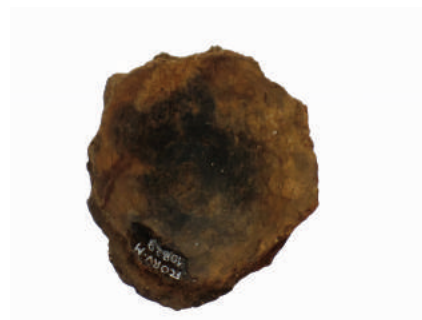
Designação: Fragmentos de base
em *omphalos*

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 6.5*3.2*1 cm



18

Designação: Fragmento de bordo de phytos

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector M)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade do Ferro

Medidas: 3.2*2.5*1.4 cm



19

Designação: Fragmento de bordo de “vaso *pythoide*”

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector M)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade do Ferro

Medidas: 2.1*2.8*1.4 cm



20

Designação: Fragmento de taça com asa (Restauro parcial)

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector M)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade do Ferro

Medidas: 5.2*5.9*0.5 cm



21

Designação: Pequeno pote

(Restauro)

Proveniência: Fraga dos Corvos

(Sector M)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 7.1*5.7*0.7 cm



22

Designação: Fragmento de bordo
com decoração penteada

Proveniência: Fraga dos Corvos

(Sector M)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 3.9*2.9*0.8 cm



23

Designação: Fragmento de bojo
com decoração penteada

Proveniência: Fraga dos Corvos

(Sector M)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 3*2.9*0.7 cm



24

Designação: Fragmento de bojo com decoração penteada

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector M)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade do Ferro

Medidas: 4.9*4.8*0.6 cm



25

Designação: Fragmento de bojo com decoração penteada

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector M)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade do Ferro

Medidas: 13.5*3.3*0.6 cm



26

Designação: Fragmento de bojo com decoração penteada sobre engobe almagrado

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector M)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade do Ferro

Medidas: 6.2*8.1*0.7 cm



27

Designação: Fragmento de carena com decoração penteada

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector M)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade do Ferro

Medidas: 4.9*4.1*1 cm



28

Designação: Fragmento de bojo com impressões circulares

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector M)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade do Ferro

Medidas: 4.9*4*0.6 cm



29

Designação: Fragmento de bojo com mamilo perfurado horizontalmente

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector M)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade do Ferro

Medidas: 5.1*4.3*0.6 cm



30

Designação: Dormente

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Granito

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 30.2*18.3*5.7 cm

**31**

Designação: Omoplata esquerda
de *Sus sp.* (porco ou javali)

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Fauna

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 10.7*4.3*1.4 cm

**32**

Designação: Pélvis de *Sus sp.*
(porco ou javali)

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Fauna

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 2.2*2*1.9 cm



33

Designação: Pélvis de *Sus sp.*

(porco ou javali)

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Fauna

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 1.9*1.2*0.9 cm



34

Designação: Pélvis de *Sus sp.*

(porco ou javali)

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Fauna

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 3.6*3.6*1.8 cm



35

Designação: Pélvis de *Sus sp.*

(porco ou javali)

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Fauna

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 4.8*3.5*2 cm



36 e 37

Designação: Falanges II e III de *Bos taurus* (boi)

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector M)

Matéria-prima: Fauna

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade do Ferro

Medidas: 4*3.1*3; 5.9*5.3*2.6 cm (respectivamente)



38

Designação: Terceiro molar inferior esquerdo de *Bos taurus* (boi)

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector M)

Matéria-prima: Fauna

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade do Ferro

Medidas: 4.9*3*1.9 cm



39

Designação: Hemi-mandíbula esquerda de *Ovis/Capra* (Meio maxilar de ovelha ou cabra)

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector M)

Matéria-prima: Fauna

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade do Ferro

Medidas: 14.5*9*1.6 cm



40

Designação: Cossoiro

bitroncocónico com
encabamento reconstituído

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Achado de superfície)

Matéria-prima: Talcoxisto

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 3.3*3.4*1.2 cm



41

Designação: Cossoiro

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 2.2*1.5*0.9 cm



42

Designação: Cossoiro

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Final/ 1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 2.6*1.2*1 cm



43

Designação: Cossoiro decorado

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 1.9*2.3*0.8 cm



44

Designação: Fragmento de
cossoiro

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 3.4*2.3*1.9 cm



45 a 55

Designação: Contas

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Vidro azul

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas:

45 - 0.8*0.2 cm

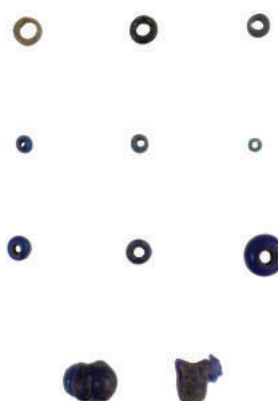
46 - 0.7*0.2 cm 51 - 0.6*0.2 cm

47 - 0.6*0.1 cm 52 - 0.6*0.2 cm

48 - 0.4*0.2 cm 53 - 1*0.3 cm

49 - 0.4*0.1 cm 54 - 1.5*1 cm

50 - 0.3*0.1 cm 55 - 1.3*1.1 cm



56

Designação: Agulha

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 5*0.2 cm



57

Designação: Agulha

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 7,1*0.2 cm



58

Designação: Agulha

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Abrigo 2)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/ 1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 6.4*0.3 cm



59

Designação: Agulha

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Abrigo 2)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 4.1*0.2 cm



60

Designação: Agulha

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 7.4*0.2 cm



61

Designação: Agulha

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 9.1*0.2 cm



62

Designação: Agulha

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 11.3*0.4 cm



63

Designação: Agulha

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 13.9*0.4 cm



64

Designação: Fíbula de dupla mola

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Abrigo 2)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 0.4*3.2 cm



65

Designação: Fíbula de tipo
"Acebuchal"

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 5.3*0.4 cm



66

Designação: Fíbula de tipo
"Acebuchal"

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 3.8*0.5 cm



67

Designação: Fíbula de tipo
"Acebuchal"

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 3.5*0.2 cm



68

Designação: Fíbula de tipo
“Acebuchal”

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 3.5*0.3 cm



69

Designação: Mola de Fíbula

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 3.5*0.7 cm



70

Designação: Mola de Fíbula

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 5.5*0.9 cm



71

Designação: Fíbula de tipo
"Bencarrón"

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 4.4*0.5 cm



72

Designação: Fíbula de tipo
"Bencarrón"

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 4.4*0.7 cm



73

Designação: Mola de Fíbula

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 1.3*0.6 cm



74

Designação: Fuzilhão de Fíbula

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 6.8*0.3 cm



75

Designação: Pendente decorado
nas duas faces

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Abrigo 2)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final

Medidas: 5.5*2.4*0.1 cm



76

Designação: Terminais de
pendentes atrombetados

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final

Medidas: 1.4*1.4*0.3 cm



77

Designação: Anel/Argola

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final

Medidas: 1.9*0.7*0.4 cm



78

Designação: Anel

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final

Medidas: 1.8*0.2 cm



79

Designação: Argola

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final

Medidas: 1.8*0.2 cm



80

Designação: Pulseira em fita

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 7.2*0.3*0.1 cm



81

Designação: Fragmento de parte
fêmea de fecho de cinturão

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Abrigo 2)

Matéria-prima: Cobre

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 2.2*1.4*0.3 cm



82

Designação: Pinça

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final

Medidas: 4.5*0.5*0.1 cm



83

Designação: Espátula para
cosméticos

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Abrigo 2)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 5.3*0.4*0.2 cm



84

Designação: Espátula para
cosméticos

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 2.7*0.6*0.2 cm



85

Designação: Espátula para
cosméticos

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 3.3*0.7*0.1 cm



86

Designação: Nódulo de redução

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Abrigo 2)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/ 1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 0.9*0.4 cm



87

Designação: Fragmento de
barrinha

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 2.8*0.3*0.1 cm



88

Designação: Fragmento de
barrinha

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Abrigo 2)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 3.3*0.2*0.1 cm



89

Designação: Fragmento de molde

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Xisto

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 4.3*2.6*1.1 cm



90

Designação: Fragmento de chapa
com rebites

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 3.1*1.3*0.7 cm



91

Designação: Fragmento de chapa
com rebites

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 2.2*1.5*0.7 cm



92

Designação: Fragmento de chapa com rebites

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade do Ferro

Medidas: 4.9*1.8*0.8 cm



93

Designação: Fragmento de chapa perfurada

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade do Ferro

Medidas: 4.3*2.9*0.1 cm



94

Designação: Fragmento de chapa perfurada

Proveniência: Fraga dos Corvos (Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade do Ferro

Medidas: 2.2*2*0.4 cm



95

Designação: Cravo/rebite

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 1*1.1*0.3 cm



96

Designação: Cravo/rebite

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 1.4*1.4*0.2 cm



97

Designação: Lâmina de machado

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Ferro

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 6*3.9*0.6 cm



98

Designação: Faquinha com
rebites

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Lâmina de Ferro/
/Rebites em Bronze

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 7*1.2*0.8 cm



99

Designação: Lâmina de faquinha

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Ferro

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 6*1.2*0.2 cm



100

Designação: Fragmento de lâmina
de faquinha com orifícios para
rebites

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Ferro

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 4*2.1*0.2 cm



101

Designação: Ponta de punhal (?)

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector A)

Matéria-prima: Ferro

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 10.9*1.4*0.4 cm



102

Designação: Punção

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Ferro

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 12.6*0.6*0.5 cm

**103**

Designação: Objecto
indeterminado

Proveniência: Fraga dos Corvos
(Sector M)

Matéria-prima: Ferro

Cronologia: Bronze Final/1.ª Idade
do Ferro

Medidas: 5.1*0.5*0.3 cm

**104**

Designação: Machado de talão
bifacial com duas argolas (réplica)

Proveniência: Cortiços
(Achado avulso)

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Bronze Final

Medidas: 20.2*5.8*2.5 cm



SALA
DO
ROMANO
E
MEDIEVAL

ROMANIZAÇÃO E DOMÍNIO ROMANO EM TRÁS-OS-MONTES ORIENTAL - BREVE SÍNTESE

José de Encarnação no seu artigo “A propósito de O Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental (2009/2010, pp. 31- 51), debruçando-se sobre a tese defendida na Universidade do Minho por Sande Lemos, a que deu o mesmo título “O Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental”, defende a mesma perspectiva de Sande Lemos, isto é, que durante o 1.º milénio a.C. a região de Trás-os-Montes Oriental, onde Macedo de Cavaleiros se insere, *configura-se como um espaço de confluências, faixa fronteira, onde se esbatem ou se diluem movimentos culturais*» (vol. I, pág. 268). Cientificamente, compreende-se o apelo à «grande prudência»; contudo, o que vemos em tempo de Romanos confirma cabalmente esse «espaço de confluências», pacíficas, em perfeita simbiose.

Não será estranha toda esta prudência sobre conclusões sobre a História da pré-história e da romanização desta região da Transmontana pois está, ainda, a dar os primeiros passos nos seus conhecimentos. Os dados em que nos baseamos ainda hoje, em grande, parte, são vertidos das leituras aos monumentos epigráficos disponíveis, são muito poucos os arqueossítios escavados daí a falha nos conhecimentos mais profundos, sobre essa cronologia histórica.

Acompanhando e subscrevendo as dificuldades destes autores basta referir o que Encarnação no mesmo artigo afirma, mais à frente e, ainda baseado nas leituras epigráficas, refere que *a epigrafia do território flaviense difere consideravelmente da registada na civitas dos Zoelae (Trás-os-Montes Oriental)* (Lemos 1993; Redentor 2002), *verificando-se um maior número de epígrafes votivas e escassa ocorrência de estelas funerárias, aliás, localizadas em pontos específicos. Revela assim mais semelhança com a zona de influência próxima de Bracara Augusta, embora neste sector do conventus, a percentagem relativa de epígrafes funerárias seja maior. As características específicas da “matriz” epigráfica flaviense não são aleatórias. Por comparação com os Zoelae, em que a importância e persistência da coesão das comunidades indígenas se cristaliza na epigrafia funerária, será possível sugerir que na esfera flaviense as elites autóctones optaram por afirmar a sua relação com o poder romano e a sua autoridade sobre as populações através da epigrafia votiva.* (Encarnação, *opus cit*; pp. 32-51)

OS ZELAS

Enquadramento etno-geográfico

Os Zelas são apresentados como um dos 22 “populi” dos Ástures “Plínio 3,28 (Guerra; 1995:127), reflectindo a informação pliniana um conhecimento actualizado, no que respeita há existências da estrutura administrativa assim, como ao comércio de produtos “*Non dudum ex eadem Hispania Zoelicum uenit in Italiam plagis utilissimum*” (Ele tinha chegado a Itália a partir de listras úteis Espanha Zoelicum). Há pouco que chega também dessa mesma Hispânia à Itália o Linho Zélico, especialmente adequado para redes de caça, Plínio 19,10 (Guerra; 1995:41).

Para Jorge Alarcão, a civitas Zoelarum situava-se no extremo nordeste do actual território português, sendo a sua sede seguramente comprovada pela epigrafia, em Castro de Avelãs, tendo sido encontrada uma outra ara na povoação de Malta, freguesia dos Olmos, com uma inscrição ao deus Aernus, certamente deus nacional dos Zelas (Alarcão; 1988b:57), marcando assim este autor os limites da civitas: Talvez o Tuela constituísse, a ocidente, a fronteira dos Zelas.

Na fronteira do Tuela com o rio Rabaçal, a fronteira poderia mudar de rumo, seguindo pela vertente setentrional das Serras de Bornes e Mogadouro até ao Douro. Este rio constituiria o limite oriental da civitas. A serra de Montesinho, por onde hoje corre a raia luso-espanhola, poderá ter servido de limite. A nordeste, porém, o território alcançava certamente o vale do Aliste, ultrapassando a actual fronteira portuguesa.

Francisco Sande Lemos, estende um pouco mais os domínios da civitas dos Zoela a Norte, puxando-os até às serras de Segundera e da Culebra, no maciço de Sanabria, já em território espanhol não os levando, definindo-as melhor a sul, pela serra da Navalheira (freguesia de Corujas), não as levando até ao rio Tuela a Ocidente, ficando pelos contrafortes da serra de Nogueira, por um troço do rio rabaçal e pelo planalto da Lomba, encaixado entre os rios Mente e Rabaçal. Por outro lado, define melhor os limites a Noroeste fazendo-os passar pelo trecho final do rio Esla e rio Douro até cerca da povoação de Mazouco. (Lemos; 1993: 482-485).

Sónia García Martínez, não andando longe destas definições, baseando-se em estudos epigráficos define com menor precisão os limites da civitas dos Zelas: A direcção Norte-Noroeste é limitada pela serra de Culebra que marca a divisória até enlaçar-se com o rio Douro que actua como eixo vertebrador entre os “populi”; Astures, Cismontanos, Callaeci, Lusitanos, Vaccei e os Vetones.

Em direcção a Oeste são as elevações montanhosas das Serras de Bornes e Nogueira, continuando pelo parque de Montezinho até abraçar de novo a serra Culebra em terras zamoranas as que definem os limites do território Zela – como se comprova, a sua (Zelas) zona de dispersão reparte-se pelos actuais territórios espanhóis pertencentes à província de Zamora e de Portugal, pertencentes ao Distrito de Bragança. (Martinez; 1999:18).

António Pereira Dinis, Armando Redentor e Emanuel Campos, na interpretação que fazem à “Árula dedicada a Júpiter Ótimo Máximo Salvador”, procedente de Zava, Mogadouro, inscrição 589 (Civitas Zoelarum, Conventus Asturum, Hispania Citerior), “in ficheiro epigráfico suplemento de «Conimbriga, 2017”, afirmam no último parágrafo do seu texto: “*O culto a Iuppiter Optimus Maximus Conservator tem, todavia, em terras transmontanas de entre Sabor e Douro outras manifestações documentadas: em Lagoaça (Freixo de Espada à Cinta) e em Carviçais (Torre de Moncorvo), ambas em plausível território lusitano, considerando o cenário de a Astúria meridional não incluir as terras a sul da serra de Bornes e da serra de Mogadouro, (citando F. S. Lemos, op. cit., pp. 484-485).*”

Seja como for, é de crer que as gentes que habitaram o povoado de Zava pertenceriam ao que se designa chamar “Civitas Zoelorum”, atendendo a que os limites a sudoeste se estenderiam até ao rio Tuela. Subjaz contudo a questão de se saber se os traçados das circunscrições administrativas romanas de base, as civitates, respeitariam os limites territoriais das etnias, para além de como vimos da dificuldade que existe na definição das fronteiras étnicas.

Na II Revista Portuguesa de Arqueologia, volume 7. Número 2. 2004, pp. 193-216, Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia, Jorge Alarcão, admite a possibilidade de o pagus Tureco corresponder à antiga civitas dos Banienses, cuja capital ficaria em Vila Morta de Santa Cruz da Vilariça (Torre de Moncorvo). Por outro lado encontramos o etnónimo Banienses na inscrição da ponte de Alcântara, CIL II 760, e o nome da civitas Baniensium da ara CIL II 2399, (Garcia; 1991, pág. 415, n.º 366 citado no mesmo artigo). Servindo de tampão até ao rio Douro da fronteira com os povos da Lusitânia, acrescentamos nós.

Em resumo, não sendo hipóteses inverosímeis é difícil aceitar as seguintes hipóteses:

- a) Considerar somente a partir da epigrafia disponível que Castro de Avelãs seja a “civitas Zoelarum” como Alarcão e outros autores consideram.
- b) Considerar somente a partir da epigrafia disponível, colocar algum povo, integrado na região da Lusitânia, fazendo fronteira com Carviçais ou Lagoaça parece-nos forçado.

Já, como nos diz, Sónia García Martinez, os limites da civitas dos Zelas na direcção Norte-Noroeste é limitada pela serra de Culebra que marca a divisória até enlaçar-se com o rio Douro que actua como eixo vertebrador entre os “populi”; Astures, Cismontanos, Callaeci, Lusitanos, Vaccei e os Vetones.

Talvez um dia a arqueologia nos possa desvendar, em definitivo, estas nossas dúvidas. Arqueossítios para escavar/investigar com potencialidades para atestarmos essas incertezas não nos faltam.

Dispersão do povoamento

Da informação vertente da bibliografia, mormente de Sande Lemos e Abade Baçal, foi possível detectar a possível existência, no concelho, de 33 assentamentos populacionais, entre zonas de habitat, povoados simples e fortificados, coincidindo quase na totalidade com as zonas de implantação das actuais freguesias.

O povoado do Bovinho é conjuntamente com o povoado do Cramanchão na freguesia dos Cortiços e com o povoado da Terronha de Pinhovelo, freguesia da Amendoeira, os três povoados (que se pensa, possam abranger a época Pré-romana e Romana do povoamento do Concelho de Macedo de Cavaleiros) os quais o projecto “Terras Quentes” está a intervencionar.

A área geográfica que compreende hoje o Concelho de Macedo de Cavaleiros possui condições ecológicas muito favoráveis ao assentamento de comunidades (Lemos; 1993:178), Sande Lemos, no seu catálogo, referencia a existência do arqueosítio em estudo, denominando-o “Bovinho de Edroso”, fazendo a seguinte descrição do sítio “Nos contrafortes meridionais da serra da Nogueira, no cume de um relevo em esporão: com boas condições de defesa natural, embora encravado num fundo, foi implantado um povoado fortificado, defendido, no colo de acesso, por um fosso e com uma única linha de muralha. No interior de perímetro muralhado observam-se indício de romanização”. Designando-o por castro romanizado, propõem, uma dupla cronologia para o sítio, Idade do Ferro e Idade Romana (Lemos; 1993:187).

A partir do conceito simplista de Habitat “um lugar onde os homens “habitam””, onde vêm regularmente dormir e onde parte do grupo pelo menos, reside habitualmente, sendo que, no sentido arqueológico do termo é qualquer formação de vestígios que atesta uma estadia sem duração bem definida (Moberg; 1986:51) e, atendendo às variabilidades encontradas em cerca de duas centenas de castros fortificados proto-históricos prospectados em Trás-os-Montes Oriental e nomeadamente no Concelho de Macedo de Cavaleiros, tanto no que respeita aos modelos de assentamento, como no que concerne às estruturas defensivas, foi possível a Francisco de Sande Lemos, estabelecer padrões com características de similitude: Assim, atribuiu a esta região as definições do que chama povoado do tipo “F”: *“Foram implantados em cabeços que se situam quer no interior de planaltos, quer nos seus limites, mas que em regra se elevam ligeiramente sobre o espaço circundante, dispondo assim dum amplo controlo visual. Possuem uma excelente localização geoestratégica, pois não só dominam a paisagem do planalto como também os profundos vales dos rios que os bordejam. São de dimensão média. Eram defendidos por uma única linha de muralha que delimita um espaço interior amplo e plano, com área para um número apreciável de habitações. As muralhas foram construídas com materiais locais, normalmente xisto, formado duas faces”. ...No quadro do processo de romanização parecem ter sido abandonados. Pelo menos não se detetam materiais romanos*” (Lemos; 1993: 215, 216).

Se na definição para a implantação geográfica do Povoado do Bovinho naquilo que pensamos ser atribuível à época proto romana estamos de acordo. Os primeiros resultados, fora da zona que pensamos tratar-se da área muralhada, na continuação do esporão para NE, foram encontrados materiais claramente atribuíveis ao período romano, assim é provável que o estilo de organização social tenha mudado, mas tendo-se aproveitado as mesmas condições geoestratégicas vindas da época proto romana, em alguns sítios.

Em análise ao arqueosítio espanhol de Villanueva de Azoague (Zamora), onde se exumaram grandes quantidades de cerâmica sigillata hispânica tardia, os seus autores, Regueras Grande e López Rodríguez, dividem estas cerâmicas em três tipos, sendo que num primeiro tipo destacam-se pela sua rareza as cerâmicas sigillatas fabricadas a molde e que contêm frisos figurados. (Rodríguez e Grande; 1990:624).

A intervenção neste arqueosítio (Bovinho) teve como finalidade primeira a certificação do seu valor arqueológico, pensamos que os resultados obtidos o confirmam em plenitude.

Os resultados preliminares do Sector “A” demonstrou razoável potência estratigráfica, com abundantes materiais arqueológicos. No sector B, detectou-se o que poderá ser resto de um pavimento, o que confirma vestígios de uma estrutura da habitação encontrada no Sector B-1.

Por outro lado, levou-se a cabo durante o período de intervenção da desmatção de cerca de 400 metros quadrados na zona mais a Oeste do esporão, tendo-se posto à vista cerca de 50 metros lineares de muralha (cerca de 25 metros por 25 metros em L, pondo-se a descoberto um dos seus vértices), o que poderá confirmar a existência de um outro povoamento não coevo, com o detectado, nos sectores A e B, dando razão aos indícios vertentes da bibliografia indicada.

Pensamos assim, no final do projecto, contribuir de alguma forma para o melhor conhecimento das motivações que levaram ao assentamento de populações neste local e neste concelho, sob o ponto de vista, geográfico, organização interna, arquitectura doméstica, relações com a morte, zonas de captação de recursos disponíveis etc..

Povoado Mineiro Romanizado e local de mineração do Bovinho – Freguesia de Edroso



Ficha Técnica

Arqueólogo responsável:
Carlos Mendes.

Arqueosítio intervencionado nos anos de 2003
e 2005.



Aspecto das banquetas do poço de mineração



Aspecto de baixo para cima do poço de vento

O povoado do Bovinho localiza-se num esporão com altitude média nos 770 m, que se estende de E/W num local vulgarmente denominado por “Poço dos Mouros”, situado a Este do localidade de Comunhas e a Sul da sede da freguesia de Edroso.

Acerca o povoado

Procedeu-se à abertura de uma sondagem denominada “A”, na qual se encontrou vários fragmentos cerâmicos donde se destaca um fragmento de sigillata Hispânica Tardia decorada com uma cabeça de imperador (Peça n.º 49 em exposição). Em “área aberta” abriram-se dois sectores. Sector “C”, e Sector “D” Sendo que no primeiro detectou-se uma estrutura habitacional, bem como grande quantidade de cerâmica comum, pesos de tear e mós manuais.

Quanto ao sector “D”, os resultados vieram confirmar a existência do que pensamos tratar-se de uma linha de fortificado, não havendo contudo materiais indicadores de uma atribuição cronológica.

Será todavia de cronologia anterior ao piso argiloso com restos evidentes de uma estrutura de combustão, onde foram recolhidas na [EU 2] 28 gramas, na [EU 3] 112 gramas e no [EU 4], 236,3 gramas de sementes de várias qualidades de gramíneas (Peça n.º 58, em exposição).

Acerca do local de mineração

Foram as informações provenientes da voz popular que nos levou a investir neste arqueosítio, confirmando-se em pleno todas as antigas histórias que se contam em torno do “Poço dos Mouros” de Edroso.

Estamos perante um local de mineração, ou de pelo menos tentativa de mineração.

A configuração da estrutura, com o seu perfil quase quadrangular, as quatro banquetas, dispostas a distâncias bastante uniformes, bem como uma primeira galeria encontrada aos 9,60 m de profundidade (ou tentativa de perseguição de um filão), e outra aos 11 metros de profundidade com 2,50 mts de cumprimento, não deixam grandes dúvidas de se tratar de um local de extração de minério.

São várias as histórias que vertem da memória popular acerca do “Poço dos Mouros”.

Uma primeira versão conta que sempre que chove muito, havia uma entrada no sopé Este do monte, que estava sempre a deitar água e, esta iria desaguar numa linha de água próxima.

A fabulação da cabra que caiu no poço, tendo saído num buraco no mesmo sopé do monte, com vida mas sem pele.

Por fim a história de que teria caído no poço, há uns anos atrás, uma criança que dele se abeirou, o que levou a população a entulhá-lo.

Desentulhe

Os trabalhos começaram no dia 2 de Agosto do ano de 2005. O poço encontrava-se entulhado de forma irregular a cerca de dois metros da boca. À medida que se foi retirando o entulhe, foi-se depositando o mesmo em montes correspondendo cada monte ao conteúdo de 3 baldes (50 litros), o que proporcionou de imediato ir-se tendo uma visão do seu conteúdo, em 3 locais de triagem, no momento da recolha no fundo do poço, segundo momento aquando o despejo do balde, para o carro-de-mão e um terceiro quando o entulhe era levado a vazadouro.

Assim, até aos 5,5 metros de profundidade encontrou-se, toda uma panóplia de restos recentes sem valor arqueológico, caixas de cerveja, carcaças de carrinhos de bebé etc. A essa profundidade encontrou-se alguns fragmentos de telha recente, entre os 5,75m e os 5,90m, ossos aparentemente de canídeo.

O segundo dia de trabalho começou aos 5,90 m de profundidade até aos 6,70 m de terra húmida com pedras vestigiais. Aos 7,40 m encontraram-se restos de plástico preto aparentemente recente.

O terceiro dia 4 de Agosto recomeçou aos 7,80 m, encontrou-se um papel que estaria a servir de embrulho a pastilha elástica com marca francesa e um desenho de um dinossauro. Pensa-se pela marca ser dos anos 80 do século passado.

Aos 8,50 m aparece até aos 9,60 m só pedra (grandes blocos) acamados de forma caótica. Será aos 9,60 m de profundidade do poço (medidas tiradas da base inferior da longarina que suportava todo o sistema de desentulhe e que corresponde ao nível superior da boca do poço) que aparece o nível superior daquilo que será uma tentativa de galaria. Daqui até aos 10,50 metros o entulhamento foi efectuado novamente só com pedra de dimensões média a grande, postas ao calhar. A partir desta profundidade, apareceu uma vara em madeira aguçada nos dois lados, com função ainda não enxergada.

Aos 11,20 m, chegou-se à base da galeria, tendo o trabalho acabado no dia 5 de Agosto à profundidade de 11,35 m, entendeu-se suspender os trabalhos, visto não estarem reunidas as condições de segurança para se prosseguir os trabalhos.

Os detritos retirados foram colocados em 57 montes, cada um igual ao somatório da capacidade de três carros de mão.

Assim descritos:

Do monte n.º 1 ao n.º 9 com lixo recente, no monte n.º 4, uma lata de salsichas “Nobre” com prazo de validade Julho 1997. No monte n.º 8 uma lata de tinta Dyrupe com data de 1993. No n.º 9 monte apareceu um fragmento de telha no monte n.º 10 1 botão, no monte n.º 11 telha e imbrice, no monte n.º 13 um fragmento de cerâmica comum escura, no monte n.º 14 cascalho miúdo com fragmentos de plástico, no monte n.º 16 cascalho miúdo estávamos aos 4 metros de profundidade. Do monte n.º 17 ao n.º 32 cascalho miúdo com alguns blocos pétreos grandes. No monte n.º 32 fragmento de telha, do monte n.º 33 ao monte n.º 35 blocos grandes, com algum sedimento escuro e húmido. Do monte n.º 36 ao n.º 56 mais terra do que pedra, estamos aos 6,70 m. A partir do monte n.º 57, só se fez três montes sem controlo de carros de mão, pois o seu conteúdo era composto por grandes blocos de pedra, sem quase nenhum sedimento agregado.

São notadas as quatro banquetas, uma primeira aos 0,80 m uma segunda aos 3,80 m, outra aos 5,70 m e uma quarta aos 9,10 m de profundidade.

Na sequência dos trabalhos de consolidação da orla do poço, no sentido de atingirem níveis de segurança necessários à obra, foi detectado, uma unidade de combustão, situada na orla Norte do poço, que não foi intervencionada para não colidir nesta fase dos trabalhos, com os objectivos que nos propúnhamos.

A galeria posta a descoberto aos 9,60 m de profundidade do poço, tem cerca de 2,60 m de profundidade, por cerca de 1,20 m*1,20 m de boca.

Contámos com a ajuda do Sr. Casimiro, Engenheiro de minas, proprietário da empresa mineira, Mitalco de Vale da Porca que procedeu a recolha de amostras retiradas das paredes da galeria encontrada, tendo sido remetidas para a Faculdade de Engenharia da Faculdade do Porto para análise.

Foram também enviadas para análise para a mesma faculdade, amostras de fragmentos de escória recolhidas na campanha 1/2003, que estão ao cuidado do Professor Jubilado, Horácio Maia e Costa, tendo revelado numa primeira abordagem ainda sem resultados conclusivos, segundo este, a presença de óxidos de ferro, nomeadamente magnetite, wustite para além de silicatos.

O facto de ainda não se ter chegado a um substrato geológico seguro, ou a um local de saída, provavelmente no sopé N do esporão do Bovinho, não nos permite neste momento, avançar senão, com conjecturas. Parece contudo estarmos perante um local de mineração, ou de pelo menos tentativa de mineração, uma terceira hipótese a considerar, tendo como base os actuais conhecimentos, pode tratar-se de um, (denominado), “túnel de vento”.

A configuração da estrutura, com o seu perfil quase quadrangular as quatro banquetas, dispostas a distâncias bastante uniformes, bem como a galeria encontrada aos 9,60m de profundidade (ou tentativa de perseguição de um filão), não deixam grandes dúvidas de se tratar de um local de extracção de minério.

A ausência de materiais, ou utensílios provenientes de trabalhos relacionados com mineração, leva-nos a supor ainda estarmos um pouco longe da possível galeria principal do poço.

Actividade mineira

Subsidiariamente ouro ferro e chumbo. Junte-se ao rol as minas de S. Domingos, em Mértola, e da Caveira, em Grândola, ambas de cobre. Jorge Alarcão descreve as técnicas de mineração: «Em *Vipasca* [Aljustrel], o texto da lei e os vestígios arqueológicos demonstram a existência de pequenos poços cuja exploração não punha problemas técnicos nem exigia investimentos que um concessionário ou uma pequena sociedade não pudesse resolver. Era diferente o caso de Três Minas. Aqui, a exploração não se fazia por meio de galerias e poços, mas por grandes cortas a céu aberto. (...) Tais desmontes só podem ter sido feitos por grandes grupos de operários, cuja contratação e vigilância ultrapassava a capacidade administrativa e financeira de um particular ou de uma pequena sociedade empresarial. Os desmontes de Três Minas parecem ter exigido uma média de 2000 operários trabalhando diariamente durante 200 anos. Por outro lado, tratando-se de minas de ouro, o Estado estaria mais interessado numa exploração directa. Daí a presença de destacamentos militares que garantiriam a administração, a disciplina dos operários e a realização de consideráveis obras de engenharia mineira. Tal vez em Três Minas a exploração se fizesse parcialmente pela *ruina montium*. O método, que Plínio descreve, (...) consistia em juntar, numa represa, a quantidade máxima possível de água; que por vezes abria-se a albufeira; as águas, em tropel, corriam por regos e galerias ou por sobre a rocha já parcialmente desmontada; a força da corrente abatia a rocha, atirava pedra contra pedra e provocava assim um desmonte que, executado exclusivamente por trabalho braçal seria muito mais lento. Um empreendimento desta envergadura exigia vigilância militar: dela se encarregavam tropas da *Cohors I Gallica* e da *Legio VII Gemina*. As minas terão sido exploradas entre o último terço do século I a.C e os inícios do século I d.C. As quantidades de escória, que nos dá uma ideia aproximada da amplitude das explorações, são as seguintes: 3.000.000 toneladas em Aljustrel; entre 16.000.000 e 20.000.000 em Três Minas; 750.000 toneladas de terras desmontadas em S. Domingos; 300.000 toneladas de escórias em Caveira (Jorge Alarcão; *O.e.*, pág. 123). 12 *O.e.*, pág. 125 – “in Revista da FLUP-Luis Duarte”.

Povoado Romanizado do Cramanchão – Freguesia dos Cortiços



Ficha Técnica

Arqueólogos responsáveis:
Carlos Mendes e Miriam Arranz Gonzalo.

Arqueosítio intervencionados nos anos de
2003; 2004 e 2006.



Vista geral da habitação sector A



Vaso tapado com telha nas suas fundações



Vaso de ritual de fundação após escavado

O povoado do Cramanchão localiza-se na freguesia dos Cortiços. A sua total implantação encontra-se afetada por uma pedreira e pela construção do caminho-de-ferro, a Oeste e a Sul, respectivamente. Apesar de parcialmente destruídos, é evidente o carácter abrupto dos declives a Oeste (delimitada pela ribeira de Vale Mourão), e a Sul (delimitada pela Ribeira do Carvalho). Tanto a Norte como a Este, os limites da elevação são suaves.

Este povoado enquadrava-se, provavelmente, no antigo território dos Zoelae, podendo ser um dos povoados mais a Sul da área da referida etnia, seguido da Terronha do Pinhovelo, ligeiramente mais a Norte.

Antes da intervenção de 2003, o povoado tinha já sofrido uma escavação clandestina. Tendo-se detectado pesos de tear em cerâmica e pedra, mós e escória, tégulae, vidros, *Terra sigillata Hispânica Tardia* (TSHT), *dolia*, entre outros.

Após as intervenções arqueológicas delimitaram-se três fases de ocupação no local, uma da Idade Ferro e duas inseridas no período romano, entre séculos II e IV d. C..

No espólio arqueológico recolhido destaca-se um recipiente inteiro (sector C) (peça 17 em exposição) encontrado encostado ao muro e selado por um fragmento de tégula. Terá uma cronologia atribuível ao século II d.C. Foram também recolhidos, em grande número, pesos de tear podendo estar relacionados com actividades da indústria do linho. A integração plena deste povoado nas rotas comerciais desse período aparece atestada pela presença de objectos cerâmicos exógenos, como a cerâmica fina.

No que respeita a artefactos metálicos exumaram-se tachas, pregos, fíbulas, várias moedas etc..

A presença de uma moeda romana; Sestércio “caetra” datada de 27-23.^aC. período cronológico em que o Imperador Augusto estava numa fase de conquista do noroeste peninsular. Era uma moeda utilizada no pagamento dos soldados aos soldados romanos.

A reforçar a ideia a presença no povoado do Cramanchão de um fragmento em bronze que fez parte da decoração da zona frontal de um capacete do modelo “Galeus” usado pelos legionários romanos.

Foram recolhidos ainda materiais de cronologia mais antiga, nomeadamente cerâmica com decorações plásticas e ungulações, atestando uma ocupação da Idade do Ferro.

Horácio Maia e Costa, Professor Catedrático da FEUP do Porto, em 2006 procedeu a análise comparativa das escórias de ferro, (ver artigo Estudo de escórias recolhidas nos povoados de “Terronha”, “Cramanchão” e “Bovinho”, publicado nos cadernos terras quentes, n.º 6 (pp. 65-69) recuperadas nos povoados romanizados do Bovinho, Terronha de Pinhovelo e do Cramanchão chegando à conclusão que foi possível neste três casos chegar-se ao fabrico de ferro. Assim, no caso das escórias do Povoado de Cramanchão Tratam-se de escórias muito ricas em óxido de ferro. Observa-se a ocorrência de cavidades (poros), afectando a forma esférica, resultantes da retenção de gás que se encontram envolvidos por inúmeras dendrites de óxido de ferro (wustite – Fe_xO), precipitadas durante o arrefecimento lento de um magma fundido, solução de sílica e de óxido de ferro. Preenchendo o espaço entre as dendrites de wustite observa-se um constituinte de cor cinzenta afectando a forma de bastonetes, quando cristalizado, e preta, amorfa, quando vítreo, que seguramente é fayalite ($2\text{FeO}.\text{SiO}_2$). O facto de a fayalite se encontrar em grande parte cristalizada significa que o arrefecimento, até à solidificação, foi feito muito lentamente. Como não se encontraram outros constituintes, para além da wustite e da fayalite, é de admitir que não foram usados fundentes (óxido de cálcio) que permitiriam fluidificar a escória e o agrupamento e cristalização da wustite. A presença de fayalite permite também concluir que a temperatura atingida, que levou a uma fusão pastosa, deverá ter sido da ordem dos 1.300 °C. Esta temperatura teria sido suficiente para a redução da wustite a ferro metálico se a atmosfera reinante no “forno” fosse suficientemente redutora. Porém, a fusão com solução do óxido de ferro na sílica, antes que a redução a ferro metálico tivesse tido lugar, exigiria teores em CO muito mais elevados o que provavelmente não era conseguido à temperatura de cerca de 1.300 °C a que a operação terá decorrido.

Povoado Romanizado da Terronha de Pinhovelo – Freguesia da Amendoeira



Ficha Técnica

Arqueólogos responsáveis:

João Tereso, Lúcia Miguel, Helena Barranhão e Carlos Mendes.

Arqueosítio intervencionado nos anos de 2004; 2005 e 2006.



Provável estrutura de armazenamento sector A



Estruturas escavadas em intervenção de emergência

A Terronha de Pinhovelo está situada numa elevação, delimitada a Oeste, por abruptas escarpas e a Este e Sul por taludes outrora monumentais. Deteria um amplo controlo visual sobre a depressão de Macedo.

O momento de ocupação mais antigo até agora atestado neste local insere-se na Idade do Ferro e inclui uma estrutura semi-circular em materiais perecíveis.

No que respeita às ocupações de época romana, foram edificados, numa primeira fase, vários compartimentos de planta retilínea e uma estrutura de combustão.

Na segunda fase romana são construídos novos compartimentos e lajeados sobre os derrubes dos edifícios da fase anterior. Um desses compartimentos tem três estruturas de combustão. No limite Sul regista-se o aterro de edifícios antigos, assim como a queima de detritos domésticos.

Foram recolhidas evidências de práticas agrícolas (sementes de trigo e cevada, fragmentos de mós) e pastorícia (fauna) assim como de tecelagem (pesos de tear e cossoiros. Outros artefactos conectam-se com actividades diversas, como a guerra, de que são exemplo as duas armas de arremesso e do lazer.

Salientam-se ainda os variados motivos decorativos dos vasos cerâmicos, assim como os abundantes objectos de adorno: fíbulas, uma delas com um motivo zoomórfico (um cavalo), anéis, contas de colar e um camafeu com a figura da deusa Minerva. Acrescenta-se a exumação de uma base e de uma tampa de caixa de selo de correio (peças 106 e 154 da exposição o que vem atestar a relevante importância deste arqueossítio.

Atesta-se, assim, a presença romana neste local entre os séculos II e V (no final do Alto Império e no decorrer do Baixo-Império).

Sobre as cerâmicas exumadas nas campanhas arqueológicas levadas a cabo pela Associação Terras Quentes, neste arqueossítio, Ana Patrícia Silva no seu artigo “A Terra Sigillata Hispânica Tardia da Terronha de Pinhovelo, publicado no caderno 6, pág. 6 a 50 no ano de 2007 diz-nos em conclusão:

A expressividade do conjunto de TSHT recolhido no Sector B poderia indicar uma maior dinâmica do povoado no Baixo-império, nomeadamente entre os sécs. III e V d.C., com especial concentração no séc. IV d.C. No entanto, o conjunto analisado deve ser lido em conjugação com os dados obtidos pelo registo arqueológico, ou seja, a representatividade de TSHT encontra-se concentrada no Sector B, ao passo que Sector A se observa a sua quase completa inexistência. Assim sendo, ao povoamento ocorrido em época Alto Imperial, poder-se-iam seguir duas realidades em época tardia: uma retração da área habitada, ou pelo menos, uma estratégia de ocupação do terreno díspar da de época precedente. O esclarecimento destes dados pode ser aclarado com o decorrer dos trabalhos de escavação em profundidade e com o conhecimento completo do faseamento em época romana.

Por fim, a representatividade deste conjunto e a continuidade de importação das produções hispânicas indica também a perduração das rotas, essencialmente terrestres, já existentes em período precedente. Este facto afasta assim a ideia de instabilidade vivida neste período, testemunhada pela vitalidade de alguns sítios em detrimento de outros, principalmente no que concerne ao povoamento rural ou interior.

O sítio arqueológico de Terronha de Pinhovelo abrange o importante núcleo étnico pré-romano dos *Zoelae*, inseridos entre os Ástures Augustani do *conventus* de *Asturica* (Lemos; 1995, pág. 302). A realidade documentada na epigrafia, escultura e arqueologia indica que “as mudanças não parecem ter asfixiado a identidade dos povos pré-romanos” (Lemos; 1993, pág. 513).

De facto, tudo indica que a conquista do território respeitou as preexistências indígenas, a frequência de divindades indígenas adoradas por estas comunidades, a perduração de *gentilitates* e da onomástica de tradição paleo-hispânica indicia a manutenção de uma identidade própria dentro do quadro da romanização. Neste sentido, podemos entender que o impacto romano nesta cultura preexistente se efectuou sobretudo no domínio económico, numa política centrada na policultura, no aproveitamento da mineração, numa nova estrutura agropecuária, e na diversificação do povoamento, povoamento esse, especialmente estruturado para o aproveitamento dos recursos existentes e, na produção de excedentes que permitissem um correcto enquadramento no sistema de comercialização romano (Lemos; 1995, pp. 302-303).

Aliás, é de salientar, que o próprio carácter acentuadamente rural existente nesta área geográfica concordaria com o ideal de vida romano. Este aspecto, não determina um carácter periférico ao espaço aqui englobado, dado que, a manutenção das rotas comerciais entre o Alto Império e o Baixo-império é documentada através da presença de cerâmica importada, tal como nos é demonstrado com o estudo da *terra sigillata* de Terronha de Pinhovelo, o que contraria, em nosso entender, a ideia de uma *finisterrae* fechada sobre si própria ou do suposto isolamento das áreas interiores.

Este comércio far-se-ia por via terrestre, parecendo-nos viável a utilização da via que unia Caesaraugusta a Asturica, (Via XVII) após a qual, canais secundários de distribuição, se responsabilizariam pela chegada deste produto.

Posto isto, fica assim inequivocamente demonstrada a presença romana no sítio de Terronha de Pinhovelo, num estudo que muito modestamente pretendeu reconhecer a importância desta produção de *terra sigillata* para a compreensão do povoamento destes complexos sítios do nordeste peninsular.

Por outro lado, João Tereso no seu artigo publicado no Caderno Terras Quentes n.º 6, no ano de 2009, apresenta as suas conclusões sobre o Estudo paleoetnobotânico das estruturas arqueológicas do povoado romano da Terronha de Pinhovelo (Macedo de Cavaleiros), diz-nos;

O estudo dos “macro fosseis” vegetais da Terronha de Pinhovelo permitiu aceder a um conjunto de dados de particular relevância para a compreensão da jazida e das comunidades que a habitaram durante a fase final da sua ocupação plena, o Baixo-império. Estes dados remetem para a vertente agrícola da economia deste grupo humano, para a funcionalidade de determinadas estruturas arqueológicas, assim como para a recolha e utilização de elementos lenhosos como combustível de estruturas domésticas.

Deste modo, a Terronha de Pinhovelo terá sido habitada em pleno Baixo-império por uma comunidade agro-pastoril, cuja componente agrícola seria pautada por explorações destinadas principalmente ao consumo no povoado, nas quais dominavam os cereais e a fava. Os trigos *Triticum aestivum/durum*, *T. compactum* e *T. spelta*, assim como a cevada (*Hordeum vulgare*), foram os cereais mais consumidos, seguidos de *T. dicoccum* e, em quantidade reduzida, *T. monococcum*, *Panicum miliaceum* e *Setaria italica*.

Estes vestígios carpológicos foram identificados em contextos arqueológicos específicos e passíveis de diferentes interpretações. De um modo geral, e apesar das significativas dificuldades interpretativas, as evidências arqueobotânicas das estruturas de combustão estudadas sugerem a sua utilização nas fases de processamento de alimentos previamente à sua confecção. Ainda assim, existem diferenças significativas no que respeita à composição florística de cada estrutura.

A análise antracológica permitiu inferir a exploração de diferentes unidades de vegetação como fonte de combustível para fins domésticos. Foram explorados os azinhais, os sobreirais e outros bosques e matagais de perenifólias (representados principalmente por *Quercus ilex*, *Q. suber* e *Arbutus unedo*), as matas de caducifólias (com *Q. pyrenaica* e *Q. faginea*), os pinhais e os bosques higrófilos ribeirinhos (representados principalmente por *Fraxinus angustifolia*, e por ocorrências pontuais de *Alnus glutinosa*, *Corylus avellana* e *Ulmus minor*). Está também documentada a utilização de lenha proveniente de formações arbustivas, de maior grau de eco-artefactualidade, nomeadamente os estevais, urzais e giestais.

Deve-se salientar, por fim, que a actual área intervencionada na Terronha de Pinhovelo não apresenta dimensões suficientemente grandes (proporcionalmente à dimensão da jazida e face ao tipo e cronologia do povoado) para se conseguir uma amostragem totalmente fiável da economia agrícola e das estratégias de exploração de combustível das comunidades romanas que aqui habitaram. Espera-se que as próximas campanhas venham a enriquecer o estudo suprimindo esta escassez de dados.

2ª IDADE DO FERRO

A presença de registos da Idade do Ferro transmontana, isto é, da fase proto romana no Concelho de Macedo de Cavaleiros está bem presente nos três arqueossítios a que já nos referimos; Povoado do Bovinho, Povoado do Cramanchão e Povoado da Terronha de Pinhovelo: Ao colocarmos algumas dessas peças na sala “Romano/Medieval” pretendemos somente fazer a ligação à sala da Pré-história e também dar continuidade aos povoados atrás referidos, que tiveram uma longa diacronia presencial.

CERÂMICAS DA IDADE DO FERRO

1

Designação: Fragmento de cerâmica com furação

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: 2.ª Idade do Ferro

Medidas: 5,5*3,5*1,1 cm



2

Designação: Fragmento de cerâmica com decoração incisa

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: 2.ª Idade do Ferro

Medidas: 7*6*0,8 cm



3

Designação: Fragmento de cerâmica com decoração

Proveniência: Bovinho

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: 2.ª Idade do Ferro

Medidas: 3.5*3.2*1.1 cm



4

Designação: Fragmento de cerâmica brunida.

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: 2.ª Idade do Ferro

Medidas: 4.5*3.5*0.9 cm



155

Designação: Cerâmica com decoração brunida

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: 2.ª Idade do Ferro

Medidas: 5.1*4.5*0.9 cm



Forno Romano de tradição Gálica – Freguesia de Salselas



Ficha Técnica

Arqueólogo responsável:
Carlos Mendes.

Arqueosítio intervencionado no ano de 2003.
Registo CNS; 13218.



Vista frontal do forno romano



Vista da boca do forno romano

O Forno Romano situa-se no lugar dos Barreiros, na freguesia de Salselas. A cerca de 500 m, na saída Norte, de Salselas para Valdrez, pelo caminho público de terra batida e sobranceiro à ribeira de Salselas.

As suas coordenadas UTM são 4602703 N e 29655855 W, correspondendo a uma Longitude W (Greenwich) 6°51'25'' e a uma Latitude N de 41°33'57'' na folha 64 da Carta Militar de Portugal escala 1:25.000, estando a uma altitude de 597 m.

A intervenção arqueológica realizada entre 11 e 15 de Agosto de 2003 teve como objectivo escavar a totalidade do forno e zonas envolventes assim como proceder-se a uma prospecção aturada (4.000 m²) a todo o olival em que se insere este arqueosítio.

Foi adoptado nesta intervenção arqueológica um método de registo de acordo com os preceitos definidos por Edward C. Harris (Harris; 1991). Como tal, escavou-se de forma a proporcionar esse mesmo registo, ou seja, por unidades estratigráficas (UE), a unidade básica de registo. São consideradas UEs as realidades que, aquando da escavação, ou posteriormente, forem consideradas como realidades diferenciáveis. Entre estas contam-se depósitos (camadas naturais, de sedimento), estruturas (negativas ou positivas), derrubes e interfaces.

Apesar de inicialmente se ter privilegiado o registo gráfico de cada realidade de modo diferenciado, durante a intervenção, por questões de rentabilização de tempo ou, por vezes, para facilitar a melhor percepção da realidade, efectuaram-se desenhos compostos.

Todas as realidades diferenciadas, as UEs, foram alvo de um registo fotográfico que acompanhou as diversas fases da sua afectação pelas intervenções arqueológicas.

Tendo sido aberta em malha de um metro de lado uma quadrícula com 16 metros quadrado, orientada a Norte (atendendo ao pouco tempo disponível para intervencionar este arqueosítio), não foi possível abrir área de escavação que proporcionasse encontrar informação na zona frontal do forno que nos pudesse dar mais quantidade e qualidade de materiais ou outra, passíveis de sustentar alguma proposta segura para a sua cronologia. Trabalho que se pensa retomar, aquando o processo de preservação e valorização do sítio. Neste sentido foi construída de imediato pelos serviços da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, com a supervisão do autor, uma cobertura sólida e temporária que permitisse resguardar o arqueosítio da intempérie.

Foi solicitado ao Museu Monográfico de Conímbriga a presença de um técnico de conservação e restauro (Dr. Pedro Sales), que procedeu, com a aplicação de “Tegovakon”, à consolidação da estrutura.

Interpretação preliminar

Tivemos a oportunidade de ouvir, na primeira pessoa a forma como foi descoberto ao que hoje podemos chamar forno cerâmico de tipologia forno cerâmico de tipologia romana).

“Um dia de Março de 1998, Manuel António Pereira, natural de Paradinha Nova – Bragança e empregado rural dum Salselense, andava a decruar na terra da D. Maria Joana Tiago (proprietária do local), com um tractor e reparou que este abria um buraco estranho, não muito grande, não tendo feito muito caso disso.

No verão desse mesmo ano, Eduardo Tiago Sarmento, corria atrás de uma raposa com o irmão António Tiago Sarmento, na direcção do tal buraco, sem dele terem conhecimento. Já na propriedade da D. Maria Joana Tiago deixaram de ver a raposa, mas descobriram o buraco e imaginaram que ela ter-se-ia escondido dentro. Meteram lá um pau que traziam consigo e o vazio engoliu-o quase todo, na direcção horizontal e disseram um para o outro “aqui há qualquer coisa”.

Depois a notícia foi-se propagando e nesse mesmo verão, dois familiares da proprietária, puseram o buraco à luz do dia, cavando naquela zona, até que descobriram qualquer coisa estranha, em vez do “tesouro” que procuravam.

Soubemos da notícia, viemos visitar aquelas “escavações” e aconselhados por alguns arqueólogos do IPA (Macedo de Cavaleiros) [www.min-cultura.ipa.pt (base de dados)], cobriu-se de novo com terra, indicando que este lugar deveria ser respeitado o que foi feito, por todos os Salselenses. Quem, nos contou a história, foi para além de Eduardo Tiago Sarmento, um dos protagonistas da descoberta, o Sr. Dr. António Cravo, Vogal da Direcção da Associação Terras Quentes à data e director do museu rural de Salselas, corroborado pelo actual Presidente da Junta de Freguesia de Salselas Sr. Dinis Tiago Sarmento, terceiro irmão dos protagonistas”.

A intervenção neste arqueosítio teve como objectivo escavar a totalidade do forno, bem como toda a área envolvente mormente a parte frontal do forno, onde se pode supor existir algum depósito de detritos.

Foi efectuada prospecção em cerca de 4.000 m² (todo o olival) onde se encontrou alguma cerâmica doméstica e de construção que se encontra em fase de estudo.

A estrutura escavada encontra-se situada num suave declive de terreno sobranceiro à ribeira de Salselas. Forno de planta rectangular (2,91 m*2,14 m), com dois níveis estruturais bem conservados

O forno é composto por dois níveis:

- Área de aquecimento (nível inferior) constituída por (*prae-furnium*) boca do forno, que dá acesso à câmara de combustão. A câmara de combustão está dividida transversalmente por três grossos muretes com aro central contrafortando-se na estrutura lateral e dando suporte ao leito do forno, sendo esta a sua principal função, assim como proceder a uma melhor distribuição do fogo. O interior do forno aparece revestido com uma pequena capa de barro argiloso de um ou dois cm.
- Câmara de cozedura (nível superior) constituída pela grelha (leito com 15 orifícios dispostos de forma simétrica) e provável abóbada, assim leva a supor a ligeira inclinação encontrada nos arranques. O forno encontra-se encastrado em caixa trilateral escavada na rocha (xisto) e é totalmente construído em blocos de argila (tijolos) feitos à mão e secos ao sol.

Não foram encontrados vestígios antracológicos na base da câmara de combustão nem em áreas adjacentes, todavia foi encontrado um fragmento de cerâmica carbonizada (erro de cozedura) o que, mesmo atendendo ao excelente estado de conservação do forno prova a sua funcionalidade/operacionalidade. Levará a pensar que o seu estado de conservação se deve a fenómenos de lixiviação do solo. A proximidade do inverno e a fragilidade da estrutura levou de imediato a que se procedesse à construção de uma cobertura, trabalho realizado pelo sector de obras e urbanismo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, a qual passados 4 meses se tem mostrado eficaz na sua salvaguarda.

Procedeu-se, conjuntamente com um técnico do Museu Monográfico de Conímbriga (Dr. Pedro Sales) a trabalhos de conservação das estruturas, com a aplicação de um produto consolidante “Tegovakon” aplicado até à saturação da impregnação.

Análogos

Trata-se de um forno com metodologia construtiva semelhante ao forno cerâmico romano do Louredo (Santa Marta de Penaguião), descoberto nos anos 50 do século XX por Manuel Tuna. Escavado em Setembro de 1980 por Armando Coelho da Silva, António Baptista Lopes e Manuel Tuna. Os materiais exumados no forno do Lordelo, são semelhantes aos encontrados no forno de Salselas, com a excepção de tégula.

Este género de fornos, em que a fogueira está longe das cerâmicas que eram colocadas sobre a plataforma da grelha sofrendo influência indirecta do fogo, permitindo uma regular repartição térmica, revela um elevado progresso no contexto técnico da cozedura cerâmica (Silva *et alli*; 1982:151). Conhecida, já esta técnica, em Sialk e Susa desde o IV milénio, no Calcolítico, apenas se registou o seu aparecimento na Gália a partir da época de La Tène, tornando-se o tipo de forno mais vulgar da época galo-romana, com apogeu entre o último quartel do século I e meados do séc II d.C. (Silva *et alli*; 1982:152). Estes autores atendem, contudo, ao teor geral do espólio recolhido para situar o forno do Louredo na época baixa do Império Romano.

Outro análogo conveniente encontramos no forno de cerâmica da estação romana da barragem da Marateca, onde mais uma vez o topónimo denuncia a sua existência “Barreira da Igreja”, (sendo o topónimo do forno de Salselas “Barreiros” e do forno do Lordelo “Barreiro; Fornelos”) topónimos denunciadores das características argilosas dos solos. De dimensões semelhantes (para maior), também talhado e encaixado num soco granítico (no caso do forno de Salselas a rocha base é xistosa) de base rectangular.

Juan Tovar dá-nos conta da existência de um outro forno análogo ao forno de Salselas situado em Herrera de Pisuerga, num local próximo do acampamento da Legião IV Macedónia, (Tovar; 1989:16) que fabricaria a sua própria cerâmica de terra sigillata. As dimensões do forno e o seu método construtivo são no todo semelhante.

Parte-se do princípio (Alarcão; 1988:137) que os fornos de cerâmica de construção identificados em Portugal de formato rectangular serviam para o fabrico de telharia e tijolos e não para o de cerâmica doméstica, considera todavia o autor não ser inteiramente segura a dedução. Pensamos que o forno de Salselas não teria condições de cozedura para grandes peças, (por exemplo tégula) devido ao pouco débito térmico directo que emergia da sua grelha, que o seu sistema de concentração de calor não fosse em abóbada mas a céu aberto. E tendo em conta as suas reduzidas dimensões.

Por outro lado, o estado actual dos conhecimentos do povoamento romano no actual nordeste Português e mais em concreto na região de Macedo de Cavaleiros, não nos permite avançar com qualquer proposta sobre as razões da existência “per si” do forno de Salselas, isto é sobre a interacção geográfica/económica da sua existência. No que respeitas às condições de funcionamento, estas seriam óptimas, já que num raio de 500 metros estaria acessível e em quantidade, a matéria-prima (argila), água (ribeira de Salselas) e combustível.

Parece difícil imaginar uma oficina/forno dedicado a comerciar a sua produção em mercados que estivessem excessivamente longe de uma via de comunicação, linha de investigação seguida por Juan Tovar, fazendo a análise à inventariação aos grandes, médios e pequenos centros de produção cerâmica do sul da Gália, todos eles ocupando posições privilegiadas na rede viária (Tovar; 1990:205). Por outro lado interessa reter que a legislação Romana obrigava os fornos cerâmicos a serem construídos fora do perímetro urbano (Alarcão e Étienne; 1977:23).

No actual estado de conhecimento sobre o forno cerâmico de Salselas muitas interrogações ficam por responder: Qual a sua cronologia? Qual a sua interacção geográfica e económica? Estaremos perante uma unidade produtiva de interesse micro económico ou macro económico? Qual o seu contexto? Qual o seu objectivo de produção? Porquê o seu óptimo estado de conservação? Provavelmente algumas destas interrogações poderão obter resposta em futuras intervenções.

MATERIAIS EM EXPOSIÇÃO

66

Designação: Bloco de argila original do forno romano

Proveniência: Salselas

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 24*21*10 cm



66

Designação: Fragmento de cerâmica (erro de cozedura) do forno romano

Proveniência: Salselas

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 3.8*2.6*0.9 cm



VIA AUGUSTA XVII (BRAGA-ASTORGA) - AS ESTRADAS ROMANAS EM TRÁS-OS-MONTES ORIENTAL

Troço de Macedo de Cavaleiros

Será o imperador Augusto o grande impulsionador da rede viária peninsular consciente da sua importância de unir as regiões que ia conquistando ao coração do império, Roma. Os quase 100.000km de redes viárias construídas assim o atestam. Objectivos, facilitar as deslocações das suas tropas, acelerar o comércio e a economia, ajudando ao desenvolvimento das colónias.

Na Península Ibérica consegue-se mapear cerca de 300 vias, sendo a principal a Via Augusta, com mais de 1.300 km que ligava o hoje Portugal à via Domitia e daí a Roma.

Sande Lemos (2004a) tentou-se definir as componentes essenciais do “modus operandi” da “máquina imperial” de Roma no Noroeste da Península Ibérica, as quais determinaram uma nova divisão do espaço, através de: uma complexa malha viária; uma rede de civitates e sistema tributário.

Não é seguro afirmar que os romanos pretendiam romanizar as sociedades que dominavam. Tal como outros impérios também Roma se limitou a manipular sistemas políticos, religiosos e culturais autóctones, como modo de consolidar o seu poder nos territórios conquistados. Aliás cada império tem os seus mecanismos próprios de apropriação do espaço, dos recursos naturais e humanos, bem como dinâmicas específicas (Gardner; 2007). “In Lourenço 2012-UM”.

A Via XVII (variante sul, Chaves/Babe) atravessa o território Macedense em cerca de 7 km (pela proposta de Rodríguez Colmenero, como pelo traçado apresentado por Tarcísio Maciel, as quais pouco diferem), entrando no Concelho a nascente do termo de Vila Nova da Rainha, passando por Lamalonga, aqui terminando junto ao termo de Agrochão, ambos pelos limites do Concelho de Macedo de Cavaleiros.

O TRAJECTO DA VIA ROMANA XVII QUE PASSA EM LAMALONGA, CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS

Via Romana XVII - Braga a Astorga



Ficha Técnica

Arqueólogo responsável:
Carlos Mendes (Coord.).

Prospecção realizada no ano de
2006.

Albino Pereira Lopo, nos seus apontamentos arqueológicos, a páginas 36, referindo-se à via militar romana de Chaves a Babe afirma: *Se reflexionarmos, ponderadamente, sobre as antiguidades encontradas nestas povoações, na Castrelos e na de Lamalonga, e nos padrões ou marcos miliários de que os diversos autores nos têm dado notícias, encontramos definitivamente o trajecto da via militar romana de Chaves a Babe, sem admitir dúvida ou hesitação alguma conforme vai marcada na carta cartográfica da região.*

A página 96 da mesma obra este autor referindo-se ao achado de dois miliários em Lamalonga, ressalta a sua importância desfazendo as dúvidas sobre a direcção seguida pela via XVII, assim: *... Mas se, como provado fica, estas marras nenhuma relação têm com a via militar romana de Chaves a Astorga, nem por isso essa estrada deixou passar nesta povoação (Lamalonga) como o confirmam os dois cipós ou miliários encontrados juntos da capelinha de S. João e que a fotografia representa. Estavam enterrados a Sudoeste da Capela e são cilíndricos e de granito grosseiro: medindo o de pé 1,72 m de alto e 1,73 de circunferência na parte mais grossa; e o outro tombado 1,66 de alto por 1,5 m de circunferência. Este está tão deteriorado, que não se lhe veem indícios de ter tido qualquer inscrição; naquele porém, posto que esteja bastante estragado, pode ainda ler-se a inscrição indicada no desenho. A 1.ª linha está completa e bem clara, não admitindo dúvida, isto é: IMP FLAVIO VALLERIO, esta última com LL em vez de Valério. Na 2.ª lê-se só, mas distintamente, CONSTANTIO. A 3.ª está tão mal perceptível, que só depois de longo e aturado estudo é que se puderam reconstituir algumas letras: talvez OS ou B em vez de O; e L em vez de S. Na 4.ª Vêem-se só distintamente as letras que vão indicadas. Não vi sinais de outra linha. A inscrição julgo-a fielmente*

copiada, regulando a grandeza das letras por 0,40 m. Esta importante descoberta arqueológica veio desfazer todas as dúvidas e hesitações que haviam sobre a direcção seguida dessa via de Chaves a Babe, como se vê no traçado junto da notícia das Antiguidades do Castelo d'Avelãs.

Prospecção efectuada pela Associação Terras Quentes

Os trabalhos foram desenvolvidos em vários períodos durante os meses de Setembro (5/10; 19/24 e 26/30) e Outubro (12/19, 23/25 e dia 30). Participaram nos trabalhos, os Arqueólogos Carlos Mendes, Lúcia Miguel, José Miguel Costa Rodrigues e João Tereso.

Privilegiou-se numa primeira fase de prospecção a identificação dos traçados propostos pelos vários autores, mormente Rodríguez Colmenero.

Análise descritiva aos troços prospetados:

Vila Nova da Rainha

À beira da estrada nacional 206 no sentido Torre de D. Chama/Vila Nova da Rainha, a cerca de 1 km desta localidade, do lado direito da estrada encontramos os primeiros vestígios da via XVII a entrar no Concelho de Macedo de Cavaleiros.

É um troço com cerca de 900 metros, que vai desembocar nas primeiras construções que encontramos a poente, pertencentes a Vila Nova da Rainha. Sem preparação construtiva, contudo detetando-se em grande parte do traçado a existência de marcas dos rodados dos carros no afloramento xistoso.

Este troço tem a particularidade de ser seguir lateralmente à E.N. 206 (sentido Torre D. Chama/Vila Nova da Rainha) como também está a marginado, (na sua margem esquerda, nesse mesmo sentido), por pedras fincadas sendo que na sua margem direita é acompanhado por muro construído de pedra solta sobreposta sem grande rigor, parecendo contudo, ambas as características, sejam de cronologia mais recente.

Foi feita prospecção aos terrenos envolventes, não tendo sido encontrado quaisquer vestígios ou materiais que se pudessem associar ao período romano. Este troço coincide com o proposto por Rodríguez Colmenero

Traçado da Capela N. Sra. das Dores (Vila Nova da Rainha/Lamalonga)

É um traçado com cerca de 1,5 km, que ladeia o monte onde se situa a Capela com orago a Nossa Senhora das Dores, entra as localidades de Vila Nova da Rainha e Lamalonga. Interrompido por lavra a cerca de 400 m da estrada nacional no sentido W-E do seu início.

Apresenta vários sinais de marcas de carris, bem como o seu leito decorre sempre com afloramento geológico à superfície.

Neste troço, enquanto Rodríguez Colmenero propõem a sua passagem pela cumeada do monte onde se situa a capela de N.ª Sr.ª das Dores, que há que considerar o caminho que ladeia a cumeada (mais a sul) não só por se mostrar mais plano como também a diferença da distância a percorrer não será mais de 600/700 metros.

Novos troços detectados entre Lamalonga e Argana

Se bem que não seja definitivo, vários factores que há que levar em consideração na detecção dos traçados das vias antigas (anteriores à revolução Industrial), e mormente no caso de vias militares, de transporte de mercadorias, cursus publicus (correio estatal) ou com outros fins, do período romano, é a descoberta de marcos miliários, que quando epigrafados e “in situ” nos dão grande certeza do traçado por aí ter passado, outro factor em consideração é a existência nas proximidades de assentamentos populacionais coevos, ou outros interesses de índole económica, como a exemplo pontos de mineração.

O prolongamento da investigação em direcção à aldeia de Argana prendeu-se com o facto da existência de várias informações populares daí existirem “estradas antigas”. Também o facto de estar ainda hoje presente, na memória popular, de que “Argana” seria em tempos muito antigos “o centro do mundo” (Áxis Mundi).

Caminho do Pombal

Este troço nasce junto da entrada sul da aldeia de Argana e estende-se de forma clara por 548 m, no sentido sul a caminho de Lamalonga, findo esse troço ele continua mas com características de caminho mais recente, provavelmente por ter sido alvo de intervenção. Troço que vai ligar ao caminho municipal 1048, a cerca de 900 m da sede de freguesia, Lamalonga.

Este trajecto levou-nos a pensar na existência de uma ligação à povoação vizinha de Ervedosa, (já no Concelho de Vinhais), grande centro de mineração, na Idade média, mas também com vagas referências à existência de assentamentos pré-históricos e da antiguidade tardia.

Em Argana encontrámos um fragmento de um miliário anepígrafo, pequeno monolítico, existência que ultrapassa a memória viva dos habitantes da aldeia, e que hoje serve de suporte a uma mesa junto de um tanque de água.

Caminho do Cemitério de Argana

Troço com as mesmas características do caminho do Pombal que começando também na saída sul de Argana (por caminho de terra batida) no sentido de Lamalonga, bifurca com o caminho do Pombal, indo mais a norte, passando defronte ao cemitério da aldeia, prolongando-se por 1,2 km, aí perdendo-se por lavras de terras, mas que poderia ter a sua continuação, indo terminar justamente frente à Capela de S. João, onde foram encontrados dois marcos miliários.

Vila Nova da Rainha – Lamalonga – Agrochão – variante por Argana



Troço: V. N. da Rainha- Lamalonga – Agrochão – variante por Argana

Caminho do Bugio

Trata-se do troço mais bem conservado de todo o traçado, começa no final Norte do aglomerado populacional de Argana na bifurcação de dois caminhos, um de terra batida que segue em frente na direcção de Ervedosa, mas que foi aberto pelos serviços municipais há escassos anos e outro de calçada, notando-se aqui e ali uma preparação de sub-base que assenta no afloramento rochoso. Esta calçada bastante íngreme. Começa na cota 562, (GPS) em direcção a E, subindo, até atravessar os limites do Concelho de Macedo e entrar no Concelho de Vinhais, numa extensão de cerca de 1200metros, à cota 643 (GPS), atravessando a cumeada sul do Cabeço da Pala da Raposa. Após entrar no termo de Vinhais, passa pelo planalto formando entre O Cabeço das Fontainhas e o Cabeço da Pala da Raposa, mas tomando definitivamente o sentido norte em direcção a Ervedosa.

Para admitir um troço de calçada romana com 6,75% de inclinação, (não sendo caso único mesmo em espaço Português) teria que existir uma razão (provavelmente económica) muito forte para tal investimento energético. Pensamos que a existência de mineração em Ervedosa não seria estranho a esse interesse.

Miliário do Carvalhal – Lamalonga – Via XVII Braga-Astorga

Tipo de sítio

Marco Miliário

Proveniência

Lamalonga

Cronologia

Romano

Coordenadas geográficas onde se encontrava

X: 41°41.012N

Y: 007°04.025°

Z: 573m

Localização actual

Museu de Arqueologia de Macedo de Cavaleiros

Descrição:

Marco miliário de forma semicilíndrica em granito, com cerca de 1.90 m de altura e 1,40 m de diâmetro na sua parte mais grossa. Não apresenta nenhum tipo de epígrafe. Em relação ao seu estado de conservação, este elemento apresenta-se já ligeiramente partido na parte superior.

Questionado o proprietário da propriedade onde se encontrava este marco miliário, (que entretanto foi adquirido pela Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros), sobre a origem deste monólito informou-nos que este foi deslocado de uma habitação da qual é proprietário, situada defronte à Igreja de Lamalonga, não sabendo a sua posição original.



CERÂMICA COMUM - PERÍODO ROMANO

As produções de “cerâmica comum” exumadas nas escavações arqueológicas levadas a cabo pela Associação Terras Quentes no concelho de Macedo de Cavaleiros, em período romano, mormente nos arqueossítios da Terronha de Pinhovelo, Povoado do Cramanchão e Povoado do Bovinho apresenta-nos uma grande e diversificada gama de fabrico para utilização ligadas à produção agrícola mas sobretudo associados à vida doméstica, baixelas de mesa, e de armazenagem de produtos (líquidos e sólidos). Na baixela doméstica é relevante referirmos a não existência na baixela de mesa de pratos, contrariamente ao que acontece na maior parte dos arqueossítios escavados a sul do país, o que terá provavelmente a ver, com os hábitos gastronómicos desta área regional.

Toda esta baixela de mesa e armazenamento eram de uso do quotidiano, para conter os produtos de primeira necessidade, fundamentais para acudir às necessidades da dieta do agregado familiar.

5

Designação: Fragmento de jarro com colo alto e bordo esvasado com asa que arranca do bordo

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 13.5*7*0.6 cm



6

Designação: Fragmento de pote decorado com incisões

Proveniência: Pinhovel

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 10*8.3*1.2 cm



7

Designação: Fragmento de vaso cerâmico (pote) de colo alto e bordo esvasado

Proveniência: Pinhovel

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 14.6*7.8*0.6 cm



8

Designação: Fragmento de vaso cerâmico (pote) com bordo esvasado e bojo globular

Proveniência: Pinhovel

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 17.5*10.1*0.7 cm



9

Designação: Pote, restaurado,
com decoração incisa

Proveniência: Terronha de
Pinhovo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 18*17*0.4 cm



10

Designação: Pequeno pote de
bordo aplanado e esvasado, bojo
globular e com decoração incisa

Proveniência: Terronha de
Pinhovo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 22*15.5*0.5 cm



11

Designação: Jarro cerâmico com base plana, bojo ovoide com asa lateral – restaurado

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 12.5*11*0.4 cm



12

Designação: Pequeno pote restaurado de boca aplanada e bordo esvasado, com bojo ovoide e base plana

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 12.4*13.5*0.6 cm



13

Designação: Fragmento de pote de armazenamento de bordo plano e esvasado e bojo globular

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 21.5*23*0.8 cm

**14**

Designação: Fragmento de bordo com marca "DO"

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 3.4*3*0.5 cm



15

Designação: Fragmento de fundo plano de pote de armazenamento

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 28*11.5*0.5 cm



16

Designação: Pequeno pote com arranques de asas, visíveis, e base plana, com brunimento

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 11.5*8.2*0.4 cm



17

Designação: Pequeno pote (recuperado inteiro) de boca aplanada e bordo extrovertido com bojo globular e base direita. Provavelmente utilizado em ritual de fundação de habitação

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 14.8*13*0.7 cm

**18**

Designação: Grande jarro com asa boca aplanada pança globular e base plana

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Cerâmica

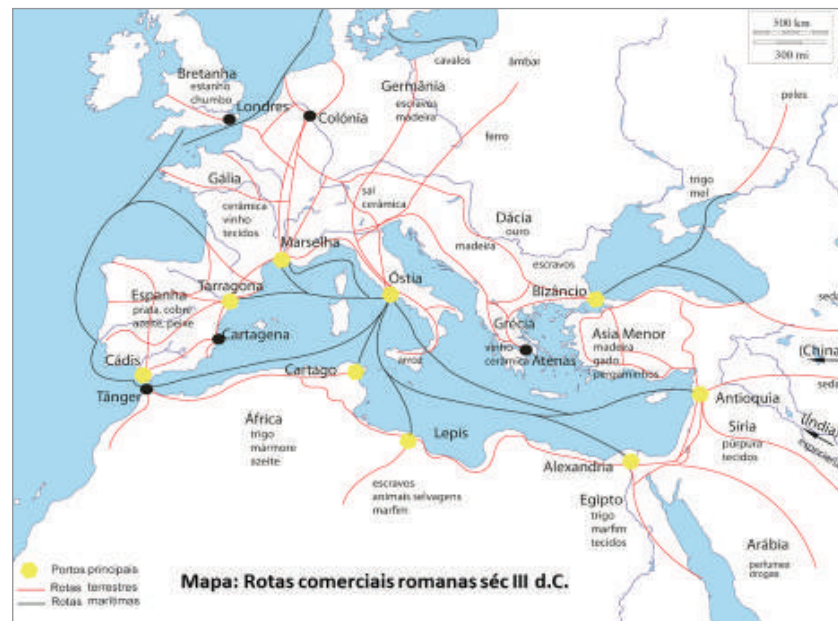
Cronologia: Período Romano

Medidas: 26*19*1.2 cm



CERÂMICA DE IMPORTAÇÃO

Rotas comerciais romanas século III d.C.



Pensamos que a maior parte da baixela de cerâmica, a que chamamos de “importação” terá percorrido as rotas comerciais romanas, mormente a de Sigillata itálica, a mais característica do império romano e mais cara, são peças assim como a cerâmica Terra Sigillata Hispânica (TSH) muito representada no nosso espólio. Tratava-se de uma baixela que podemos considerar “não acessível a todas as bolsas” portanto direccionada a uma elite romana que teria passado pelas terras Macedenses ou Macedenses ou para as elites locais elites locais.

Todavia ainda está por descortinar a funcionalidade do forno de época romano, de tradição gálica, encontrado e escavado pela Associação Terras Quentes na freguesia de Salselas que se destinaria por certo, devido ao seu método construtivo e as suas dimensões, à produção de cerâmica fina, provavelmente da paleta Sigillata hispânica, ou mesmo do tipo sudgálicas.

As importações de longa distância já são comuns desde a Idade do Bronze, como se atesta no povoado da Fraga dos Corvos, mas aí centrado mais em peças de adorno e de prestígio. Confirmamos esta tendência com a presença no espólio de matérias-primas preciosas e semipreciosas, como o azeviche ou a variscite.

19

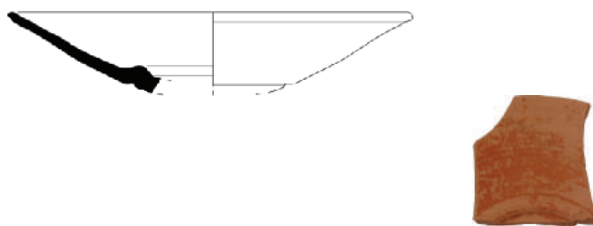
Designação: Fragmento bordo/
/bojo de taça TSHT – Dragendorff
15/17

Proveniência: Terronha de
Pinhovo.

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 9.5*8.1*1 cm



20

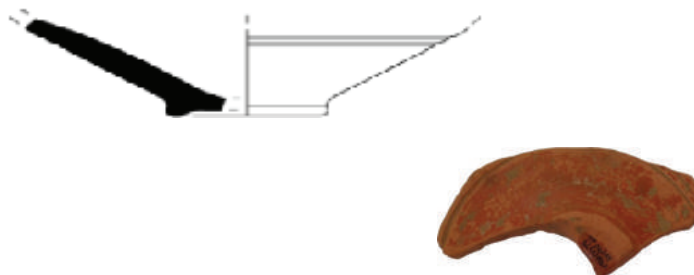
Designação: Fragmento fundo/
/bojo TSHT – Dragendorff 37

Proveniência: Terronha de
Pinhovo.

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 12.6*7.1*0.8 cm



21

Designação: Fragmento bordo/
/fundo TSTH – Palol 4

Proveniência: Terronha de
Pinhovo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 10.3*5.8*1.1 cm



22

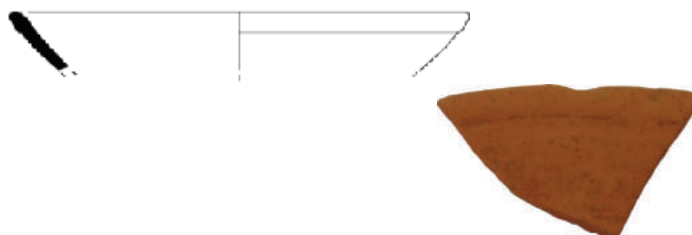
Designação: Fragmento Bordo/
/Parede TSHT – Dragendorff 37

Proveniência: Terronha de
Pinhovo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 4.6*2.8*0.5 cm



23

Designação: Fragmento bordo/
/bojo de taça TSHT – Ritt 8

Proveniência: Terronha.

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 5.9*3.2*0.3 cm



24

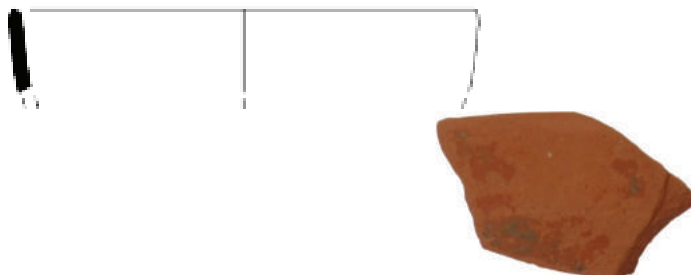
Designação: Fragmento bordo/
/bojo TSHT – Ritt 8

Proveniência: Terronha de
Pinhovo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 3.6*2*0.3 cm



25

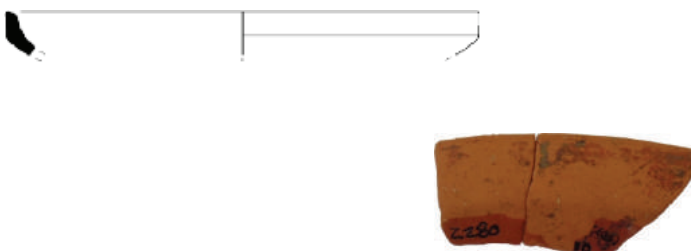
Designação: Fragmento bordo
TSTH – Hispânica 83

Proveniência: Terronha de
Pinhovo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 4.2*10.9*0.6 cm



26

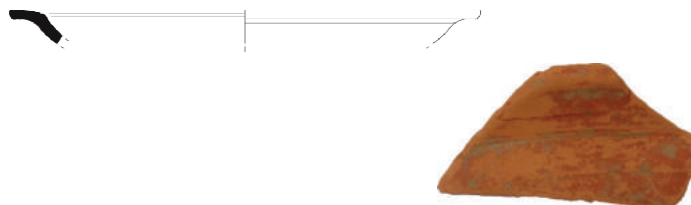
Designação: Fragmento Bordo/
/Bojo TSHT – Palol 4

Proveniência: Terronha de
Pinhovo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 6.6*3.6*0.8 cm



27

Designação: Fragmento cerâmica
Sigillata Hispânica tardia
decorada

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 4,5*3,3*0,7 cm



28

Designação: Fragmento cerâmica
Sigillata Hispânica tardia
decorada

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 5,8*2,5*0,6 cm



29

Designação: Fragmentos
cerâmica Sigillata Hispânica tardia
decorada

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 7,2*4,2*0,7 cm



30

Designação: Fragmento de cerâmica de paredes finas

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 3.8*4.9*0.6 cm

**31**

Designação: Fragmento de bordo de cerâmica de paredes finas

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2.9*1.8*0.2 cm

**32**

Designação: Fragmento cerâmica Sigillata Hispânica tardia, decorada

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 10.9*10.9*0.2 cm



34

Designação: Fragmento de cerâmica de paredes finas
Proveniência: Cramanchão
Matéria-prima: Cerâmica
Cronologia: Período Romano
Medidas: 3*3.1*0.3 cm



35

Designação: Fragmento de cerâmica de paredes finas
Proveniência: Cramanchão
Matéria-prima: Cerâmica
Cronologia: Período Romano
Medidas: 2*1.7*0.1 cm



36

Designação: Fragmento cerâmica Sigillata Hispânica tardia decorada
Proveniência:- Cramanchão
Matéria-prima: Cerâmica
Cronologia: Período Romano
Medidas: 2*1.7*0.4 cm



37

Designação: Bordo decorado de sigillata TSH

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 6.8*2.4*0.6 cm



38

Designação: Bordo decorado de sigillata TSH

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 3.5*2.7*0.9 cm



39

Designação: Bordo de sigillata Itálica

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 1.6*1.4*0.5 cm



40

Designação: Bordo de sigillata
Itálica

Proveniência: Terronha de
Pinhovo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2.2*2*0.5 cm



41

Designação: Bordo de sigillata
Itálica

Proveniência: Terronha de
Pinhovo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 3.1*2.6*0.5 cm



42

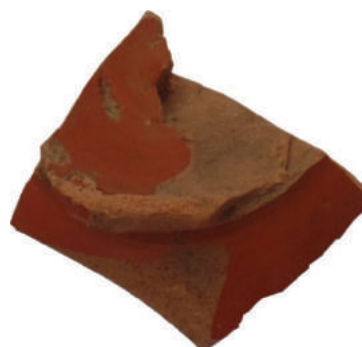
Designação: Fundo de sigillata
Itálica

Proveniência: Terronha de
Pinhovo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 3.3*3.3*0.7 cm



43

Designação: Bojo decorado de sigillata TSH

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 3.3*4.1*0.4 cm



44

Designação: Bordo de taça c/carena de sigillata Itálica

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 3.9*3.4*0.3 cm



45

Designação: Bordo de sigillata Itálica

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 6.5*2.3*0.5 cm



46

Designação: Bojo decorado de sigillata Itálica

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 4.1*2.9*0.6 cm



47

Designação: Bordo decorado sigillata Itálica

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 1.9*2.2*0.3 cm



48

Designação: Bordo decorado sigillata Itálica

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 3.5*2*0.5 cm



49

Designação: Fragmento de bojo decorada com cabeça de imperador de Cerâmica sigillata Itálica

Proveniência: Bovinho

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2.8*2.7*0.4 cm



Objectos de iluminação

As lucernas, objectos de iluminação, de origem romana, estão fracamente representadas no espólio dos arqueossítios escavados, regista-se somente a existência de dois fragmentos não passíveis de identificação, provavelmente de cronologia e características tardo republicanas, lucernas de volutas, lucernas de disco, lucernas de canal, lucernas mineiras, lucernas de bico e lucernas vidradas. Pensamos tratar-se de material importado, portanto direccionado às elites fossem romanas ou do indigenato.

33

Designação: Fragmento de lucerna

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2.2*1.1*0.5 cm



CERÂMICAS INDUSTRIAIS

A telha

Em todos os sítios arqueológicos escavados pela Associação Terras Quentes, Povoado da Terronha de Pinhovelo, Povoado do Cramanchão e Povoado do Bovinho registámos o aparecimento de inúmeros fragmentos (poucas peças inteiras) de telha romana, tégula e imbríce. Atravessando períodos diacrónicos, mas cronologicamente semelhantes, foi possível comparar os modelos construtivos de habitação o que possibilitou chegar à conclusão que as técnicas e materiais utilizados nas coberturas das habitações foram distintas. Procurámos no diagrama da habitação “Zela” apresentar as 3 hipóteses de cobertura: com esteva, colmo e telha romana. O aparecimento da telha romana é uma enorme inovação tecnológica, que se generalizou por todo o império, na cobertura das habitações, esta solução permitiu dar solidez e cobrir maiores espaços das áreas edificadas do que as soluções de cobertura vegetal utilizadas até então. Assim o telhado é revestido pelo conjunto de duas peças que se combinam mutuamente, o que permite proporcionar outro conforto ao interior da habitação e isolar a água da pluviosidade.

A tégula era um género de tijoleira plana rectangular com dois rebordos dos lados maiores, (peça 50) cada uma destas peças era adossada sucessivamente à outra pelos rebordos. Estas eram juntas por uma peça curva, denominada por imbríce (peça 51), impedindo a entrada da água pelas juntas

50

Designação: Fragmentos de telha romana “Tégula”

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 36.5*28*3.5 cm



51

Designação: Fragmento de telha romana – “Imbríce”

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 24.5*12.5*2.3 cm



50 e 51 – Montagem da Tégula e Imbríce

Recipientes de armazenamento "Dólios"

Estes grandes vasos de armazenamento "Dólios (doliae)" para utilizados para guardar produtos alimentares – bens duráveis – como cereais – todavia não é de descartar a hipótese de alguns terem servido como recipientes de líquidos o que serviria para explicar a grande ausência de ânforas nos arqueossítios de Macedo de Cavaleiros.

52

Designação: Fragmento de fundo de dólio (grande recipiente de armazenamento)

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 18.5*10.5*3.3 cm



53

Designação: Fragmento de bordo de dólio decorado (grande recipiente de armazenamento)

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 16*10*3.2 cm



54

Designação: Fragmento de bordo de dólido decorado (grande recipiente de armazenamento)

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 21*13*3 cm

**55**

Designação: Fragmento de bordo de dólido decorado (grande recipiente de armazenamento)

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 10.5*7*2.7 cm



Utensílios de moagem de cereais

São várias as tecnologias de moagem, sobretudo de cereais: bolota, trigo, cevada, centeio etc., que foi possível às equipas de investigadores da Associação Terras Quentes descortinar em ambiente de escavações nos sítios intervencionados, desde a Idade do Bronze ao período medieval. Podemos apreciar essa evolução comparando as técnicas de trituração desses alimentos, tendo sempre por base a utilização de uma base fixa onde eram depositados os grãos e na qual em movimentos de vai e vem ou por fricção se trituravam os grãos. Mesmo no período romano deu-se uma evolução entre o almofariz e o pilão e a moagem por pedras circulares “movente e mordente” que encontramos em exposição um original no diorama da casa “Zela”.

56

Designação: Almofariz

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Lítico

Cronologia: Período Romano

Medidas: 20.4*16*4 cm



57

Designação: Pilão

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Lítico

Cronologia: Período Romano

Medidas: 12.5*4.5*4.4 cm



56 e 57 – Conjunto operacional

160

Designação: Mós manuais
"Dormente"

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Lítico

Cronologia: Período Romano



161

Designação: Mós manuais
"Movente"

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Lítico

Cronologia: Período Romano



METALURGIA

Desde cedo que nos aparecem registos da existências de peças metálicas em sítios arqueológicos intervencionados em Macedo de Cavaleiros, de facto, conforme se explica atrás a exemplo no arqueossítios da Fraga dos Corvos. Nesse local detetou-se uma das primeiras áreas de fundição de bronze da Península Ibérica, onde se pode explicar espacialmente o fabrico, em reduzida quantidade de artefactos em bronze mas, a maioria das peças exumadas no Bronze Médio são de produção local/regional sendo que as produções do Bronze Final são cópias os variantes locais, de modelos importados.

Para se desenvolver a metalurgia foi fundamental o domínio do fogo. Todos os metais existem na natureza em forma de minério, isto é, combinados com outros elementos, assim para extraí-lo (ouro, prata, cobre, estanho ou ferro) é necessário purifica-lo, ou seja, separar o metal que se pretende e transformá-lo nessa substância simples.

Para se obter ferro metálico, (a partir da limonite) teremos que obter pelo menos uma temperatura de fusão de 700 °C em diante, para que o minério comece a derreter.

Como já foi dito aquando a descrição do povoado mineiro do Bovinho e na presença de vários blocos de escória de ferro procedentes dos povoados do Bovinho, Cramanchão e Terronha de Pinhovelo, foram os mesmos sujeitos a análises laboratoriais pelo Sr. Prof. Horácio Maia e Costa, (ver artigo Estudo de escórias recolhidas nos povoados de “Terronha”, “Cramanchão” e “Bovinho”, publicado nos cadernos terras quentes, n.º 6 (pp. 65-69), chegando à conclusão que foi possível neste três casos chegar-se ao fabrico de ferro. Sendo que, pelo facto de a fayalite se encontrar em grande parte cristalizada significa que o arrefecimento, até à solidificação, foi feito muito lentamente. Como não se encontraram outros constituintes, para além da wustite e da fayalite, é de admitir que não foram usados fundentes (óxido de cálcio) que permitiriam fluidificar a escória e o agrupamento e cristalização da wustite. A presença de fayalite permitiu também concluir que a temperatura atingida, que levou a uma fusão pastosa, deverá ter sido da ordem dos 1.300 °C. Esta temperatura teria sido suficiente para a redução da wustite a ferro metálico se a atmosfera reinante no “forno” fosse suficientemente redutora.



Todavia, neste estado de conhecimento, não nos é possível afirmar que os objectos metálicos encontrados em contexto tenham sido fabricados “in situ”, pois não foi encontrado nenhum local (forno) dedicado ao se fabrico, pensa-se que na maioria dos casos sejam peças provenientes no âmbito de importação.

METAIS E PEÇAS DE ADORNO

Objectos de adorno

É hábito falar-se hoje, até em termos comparativos, na globalização, prodígio acontecido também em todo o império Romano e as benfeitorias que esse fenómeno nos trouxe sob vários domínios da vida social de então. Como hoje esse fenómeno não nos traz uma homogeneização de culturas e de hábitos quotidianos, todavia os intercâmbios entre as diversas “províncias do império romano” aportou-nos hábitos e modas. Pensamos todavia e pela experiência aduzida das escavações arqueológicas em tempos mais remotos (Idade do Bronze) que a existência desses contactos tinha produzido algumas alterações aos hábitos, provavelmente na maioria dos casos femininos nos materiais de adorno, é o caso dos inúmeros artefactos exumados na Fraga dos Corvos, de tradição fenícia.

As Fíbulas

A sobrevivência transversal de alguns modelos evoluídos celtibéricos (PONTE 23/32 e 33), sobretudo em contextos culturais romanizados, poderá estar relacionada com o novo quadro de ordenamento urbano dos núcleos de povoamento do nosso território, durante os períodos pré-romano e romano.

Os vários de modelos de fíbulas circularam pelos circuitos comerciais e porventura através da integração de tropas auxiliares indígenas que integravam o exército romano.

Exumou-se na Terronha de Pinhovelo um fragmento de fíbula zoomórfica (peça 77); a representação zoomórfica na paleta fibulária perpassa “*um período cronológico bastante dilatado, desde a II Idade do Ferro aos alvares do domínio romano na Península Ibérica. Apresentam características tecno morfológicas e socioideológicas das culturas celtibéricas proto urbanas, preludiando o avanço tecnológico e consequente domínio romano. A representação animalística torna-se num dos valores rituais e sociopolíticos das elites peninsulares, sobretudo nas áreas célticas e celtibéricas da Península Ibérica. Parece-nos importante o significado iconográfico e simbólico das fíbulas de ginete e cavalito peninsulares, evidenciando o papel relevante da ourivesaria ao serviço das elites equestres indígenas, para além do seu uso como objectos de prestígio sociopolíticos*” (Ponte; 2004:33).

71

Designação: Fragmento de fíbula em bronze tipo Ponte 47 1.b, nome usual; Krägenfibeln, finais século III d.C.

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

Medidas: 6.1*0.3 cm



72

Designação: Fragmento de fíbula em bronze, tipo Ponte 44 1.a, nome usual; Iturissa – 2.ª metade do século I a.C.

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

Medidas: 5.2*0.3 cm



73

Designação: Fragmento de fíbula em bronze tipo Ponte 33 b, nome usual Meseta – Finais do século VI a.C. meados do século III a.C.

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

Medidas: 4.1*0.5 cm



74

Designação: Fragmento de pé de fíbula em bronze – tipo Ponte 44 1.a, nome usual; Iturissa – 2.ª metade do século I a.C.

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

Medidas: 3.2*0.7*0.2 cm

**75**

Designação: Fragmento de fíbula em bronze, provavelmente tipo Anular Romana

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2.4*0.2 cm

**76**

Designação: Fragmento de fíbula em bronze, provavelmente tipo Ponte 42.a ou 42.b, nome usual, Aucissa – 2.ª metade do século I a.C. – Início do século II d.C.

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2.8*0.3 cm



77

Designação: Fragmento de fíbula em bronze, provavelmente tipo Ponte 42.a ou 42.b, nome usual, Aucissa – 2.ª metade do século I a.C. – Início do século II d.C.

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

Medidas: 3.7*0.4 cm



83

Designação: Fragmento de terminal de fíbula em bronze, provável Ponte 42.b/c/d, nome usual Aucissa – Meados século I a.C. – 1.ª metade do século II d.C.

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2.4*1 cm



Pulseiras

86

Designação: Fragmento de pulseira em bronze

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

Medidas: 1.4*1*0.1 cm



87

Designação: Fragmento de pulseira em bronze

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

Medidas: 4.1*0.3 cm



88

Designação: Fragmento de pulseira em bronze

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2.5*1.3*0.1 cm



Alfinetes de cabelo (*Acus crinalis*)

Os alfinetes de cabelo eram usados pelas mulheres indígenas e romanas da mesma forma que ainda hoje são utilizados, para prenderem o cabelo, servindo quando eram fabricados com matérias-primas raras ou preciosas para assinalar o seu estatuto ou o da sua família.

Trata-se de peças que na sua maioria são fabricados em bronze, marfim, ouro e provavelmente em ferro. A sua secção são invariavelmente circular, se bem que existam peças de secção rectangular. Os seus terminais (cabeças são na sua maioria em balaústre.

89

Designação: Alfinete de cabelo (acus crinalis) de secção esférica, tipo circular, em ferro?

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Ferro?

Cronologia: Período Romano

Medidas: 10.5*0.3 cm



96

Designação: Cabeça de alfinete de cabelo? em pasta vítrea

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Ferro?

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2.3*0.9 cm



90

Designação: Alfinete em bronze
com cabeça esférica

Proveniência: Terronha de
Pinhovelo

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2.8*0.4 cm



91

Designação: Alfinete em bronze
com cabeça circular

Proveniência: Terronha de
Pinhovelo

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

Medidas: 3.3*0.8*0.2 cm



Pedra de anel

O camafeu/Pedra de anel surgiu por volta do ano 300 a.C., em Alexandria, sendo utilizado em joias e adornos para roupas. Os camafeus/pedra de anel continham imagens de deuses, deusas, cenas mitológicas e figuras femininas. Originalmente eram obras a partir de faces e rostos femininos. Pela observação directa das gemas antigas sabemos quais foram as principais pedras duras usadas: Cornalina, Sarda, Plasma, Calcedónia, Cristal de Rocha, Ametista, Girassol, Citrino, Ágata, Ónix, Sardónica, Nicola, Jaspe, Lápis-lazúli, Esmeralda, Hematita, Malaquita. De todas estas, a pedra mais usada foi, segundo se julga, a cornalina (Casal Garcia 1981, 16). Este camafeu recuperado no povoado da Terronha de Pinhovelo apresenta gravado a figura da mitologia romana, Minerva. Deusa das artes e dos ofícios da guerra, da sabedoria e da razão e auxiliadora dos heróis. Ostenta os atributos de uma guerreira, usa elmo e carrega escudo e lança.

92

Designação: Pedra de anel glíptica, com a Deusa Minerva gravada; Deusa das artes, dos ofícios da guerra da sabedoria e da razão

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Ónix?

Cronologia: Período Romano

Medidas: 3.3*0.8*0.2 cm



93

Designação: Botão

Proveniência: Terronha de
Pinhovelo

Cronologia: Período Romano

Medidas: 1.5*0.1 cm



94

Designação: Anel em bronze

Proveniência: Terronha de
Pinhovelo

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2.1*2.1*0.2 cm



97

Designação: Fragmento de anel,
em azeviche, com painel frontal
(mesa)

Proveniência: Terronha de
Pinhovelo

Matéria-prima: Azeviche

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2.1*0.5 cm



95

Designação: Botão – Terronha de Pinhovelo

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2.1*2.1*0.2 cm



98

Designação: Placa de azeviche decorada

Proveniência: Terronha

Matéria-prima: Azeviche

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2.1*1.6*0.2 cm



Contas para colares, pendentes e pulseiras

Constas para colares e pulseiras? Existem em grande quantidade e bastante diversificadas na matéria-prima utilizada, vidro variscite, azeviche etc., no espólio recolhido nas intervenções arqueológicas levadas a cabo pela Associação Terras Quentes, nos povoados romanizados, todas elas encontradas em ambiente habitacional (áreas privadas).

99

Designação: Conta em pasta vítrea, de cor azul-escuro

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Pasta vítrea

Cronologia: Período Romano

Medidas: 1.1*0.8 cm



100

Designação: Conta em azeviche

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Azeviche

Cronologia: Período Romano

Medidas: 1.3*0.8 cm



101

Designação: Conta em pasta vítrea em cor, azul-escuro

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Pasta vítrea

Cronologia: Período Romano

Medidas: 0.6*0.3 cm



102

Designação: Conta em pasta vítrea

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Pasta vítrea

Cronologia: Período Romano

Medidas: 0.6*0.3 cm



103

Designação: Conta em pasta vítrea

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Pasta vítrea

Cronologia: Período Romano

Medidas: 0.6*0.6 cm



104

Designação: Conta em pasta vítrea

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Pasta vítrea

Cronologia: Período Romano

Medidas: 0.7*0.6 cm



105

Designação: Conta em pasta
vítrea

Proveniência: Terronha de
Pinhovel

Matéria-prima: Pasta vítrea

Cronologia: Período Romano

Medidas: 0.7*0.8 cm



INSTRUMENTOS MUSICAIS

São poucas as referências literárias ou arqueológicas que se referem à música em período romano no espaço hoje Portugal. Todavia, deveria estar presente em vários contextos de sociabilidade, mormente banquetes, peças de teatro, actos religiosos e é bem possível a sua introdução em actos do quotidiano. É provável que tenham sido os romanos a introduzir nos povos conquistados os gostos musicais, tal como aconteceu com a civilização Grega, Etrusca e outros povos do oriente.

Címbalo

Prato ou címbalo é o nome genérico atribuído a vários instrumentos musicais de percussão. Construídos a partir de uma liga de metal, geralmente à base de bronze, cobre ou prata. Este tipo de instrumento era usado especialmente no teatro, na realização de pantomima e, possivelmente em procissões e rituais.

78

Designação: Instrumento musical
– Prato de címbalo, “cymbalum”
objecto de forma discoide com
orifício central e extremidades
encurvadas

Proveniência: Terronha de
Pinhovelo

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2,5*3*0,1 cm



151

Designação: Instrumento musical
– Prato de címbalo, “cymbalum”
objecto de forma discoide com
orifício central e extremidades
encurvadas

Proveniência: Terronha de
Pinhovelo

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

Medidas: 1.7*0.1 cm



81

Designação: Sino
“Tintinnabulum”
– Idiofone, instrumento musical

Proveniência: Terronha de
Pinhovelo

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

Medidas: 4*4.2*0.2 cm



CAIXAS DE SELO DE CORREIO IMPERIAL

O serviço de correio romano «cursus publicus» – foi instituído pelo Imperador Augusto e estava afecto unicamente aos organismos do Estado. O sistema garantia que só o destinatário tivesse acesso ao conteúdo das mensagens ou encomendas. Era um sistema eficaz para a transmissão de notícias e para o transporte de bens em nome do Estado. O conteúdo da mensagem ou encomenda era envolvido em pergaminho ou tábua, depois era atada com fios que passavam por dentro da caixa do selo, onde era vertida cera quente imobilizando os fios e ligando a caixa de selo ao invólucro. A presença destes artefactos no povoado da Terronha de Pinhovelo atesta sem dúvida a extrema importância que este povoado, com cerca de 4 hectares, teria como centralidade em período romano.

As caixas de selos tinham em período romano o mesmo objetivo do correio registado de hoje. Afiançando que o correio seria entregue em segurança e que não seria violado.

106

Designação: Tampa decorada, em forma de gota, de caixa de selo de correio

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2.7*2.1*0.4

**154**

Designação: Base de caixa de selo de correio

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

Medidas: 4.2*2*0.1



Artefactos em bronze indeterminados

84

Designação: Barrinha tubular,
com classificação desconhecida

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

Medidas: 4.5*0.3



85

Designação: Barrinha tubular,
com classificação desconhecida

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

Medidas: 4.1*0.4



METAIS INDUSTRIAIS

Armela de asa de sítula

Esta armela é proveniente de contexto habitacional. As armelas eram fundidas e soldadas ou fundidas e rebitadas ao recipiente (panela) e nelas ia encaixar a pega. A sua cronologia encaixa num largo período temporal que vai desde o século II/I a.C prolongando-se até ao século IV-V d.C

70

Designação: Armela de asa de sítula (pega de panela)

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

Medidas: 6.5*6*0.7 cm



Pregos

115

Designação: Prego de cabeça de cariz circular, haste de secção quadrangular

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Ferro

Cronologia: Período Romano

Medidas: 4.2*1.4*0.6 cm



116

Designação: Prego de cabeça achatada, haste de secção quadrangular

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Ferro

Cronologia: Período Romano

Medidas: 3.9*2.1*0.6 cm



117

Designação: Prego de cabeça achatada, haste de secção quadrangular

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Ferro

Cronologia: Período Romano

Medidas: 6*1.1*0.7 cm

**118**

Designação: Prego de cabeça achatada, haste de secção quadrangular

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Ferro

Cronologia: Período Romano

Medidas: 5*1.4*0.6 cm

**119**

Designação: Peso de balança de vara (statera)

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Ferro

Cronologia: Período Romano

Medidas: 4.5*1.8*1.9 cm



120

Designação: Gancho de suspensão?

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Ferro

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2.9*2.8*0.7 cm



121 e 122

Designação: Tachas de cabeça ovalizada

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Ferro

Cronologia: Período Romano

Medidas: 1.5*1.1*0.3;/ 2.6*1.2*0.2;/
1.2*1.4*0.1 cm



123

Designação: Tacha em Bronze.

Proveniência: Terronha de Pinhovo

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

Medidas: 25*14* cm



Peso de aferição para sólidos:

Peso para sólidos. Idêntico a um fio-de-prumo, todavia mostra-nos 3 covinhas que terá servido para afinar o seu peso padrão. 1 Deunx = 11/12 da libra = 300,08 gramas. Peso da peça: 303,50 gramas.

124

Designação: Peso para sólidos em chumbo com pega em ferro

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Chumbo e ferro

Cronologia: Período Romano

Medidas: 4.9*5.2*2.8 cm



Armamento

125

Designação: Pilum. Uma das armas padrão da legião romana. Era uma lança curta composta de uma parte em ferro, mais fina e pontiaguda, e outra de madeira, maior e mais pesada

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Ferro

Cronologia: Período Romano

Medidas: 22.4*1.2. cm



82

Designação: Fragmento, em bronze, decorativo da zona frontal (viseira) de um "Galeus" (capacete romano, de tradição Gaulesa)

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2.7*0.1 cm



Foto MDDS

LAZER

O legado romano em muitos aspectos; artísticos, científicos, linguísticos, e culturais chegaram até aos nossos dias de hoje: As actividades lúdicas trazidas até às populações ibéricas, mormente pelas legiões romanas estão bem patentes nos registos arqueológicos existentes por todo o País, Macedo de Cavaleiros não foge à regra.

Segundo Florence Dupont (1988: 11), Roma era a civilização do espetáculo. Os jogos constituíam uma ruptura dentro de um contexto espetacular mais amplo, o teatro, o circo, as corridas de quadrigas, etc., nesse contexto de espetáculos, estavam também os jogos de fortuna ou azar ou simplesmente de lazer. Eles iniciavam uma ruptura na vida cívica daquela civilização. Davam-se às atividades do “*civis*”, que consistiam no “*negotium*” (*negócio*), isto é, na atividade do cidadão, como o trabalho, o serviço militar, a atividade forense etc., em oposição ao “*otium*”, (*ócio*) isto é, o lazer, o repouso.

Além dos jogos oficiais, havia os jogos particulares, promovidos pelas famílias nobres para celebrar funerais, vitórias, aniversário de um evento feliz.

Numa sociedade em que não havia fim-de-semana para celebrar o dia do Senhor, facto que só ocorre com o advento do cristianismo (século IV d.C), não podemos deixar de mencionar a existência dos jogos votivos, realizados em função de um voto feito a um deus numa situação de crise, como guerra, tempestade, seca prolongada, peste etc.

Foi grande o choque cultural que os romanos trouxeram aos povos peninsulares: novas culturas como a vinha e a oliveira; exploração mineira; novas indústrias, como a salga de peixe, novas técnicas na olaria e tecelagem; novos materiais de construção como as telhas, os tijolos e os mosaicos; novos utensílios como ânforas, talhas, candeias, joias; o uso generalizado da moeda para o comércio; uma rede de estradas e pontes; teatros, templos, balneários públicos. Aquedutos, monumentos; um novo tipo de casa, coberta com telha; uso do latim; uso da numeração romana e também novas formas de entretenimento e lazer.

As pedras de jogo encontradas no arqueossítios da Terronha de Pinhovel, pertencentes, por certo, ao jogo romano do “soldado” e porventura adoptado pelas populações locais, notando-se pela rusticidade das pedras recolhidas, que são meros reaproveitamentos, de fragmentos de recipientes cerâmicos, na maior parte dos casos.

Jogo do soldado

Pedras de jogo de tabuleiro, Romano. Estas pequenas peças foram afeiçoadas de modo a adquirirem uma forma aproximadamente circular. As fichas em cerâmica são as mais comuns tendo sido executadas a partir de outros objetos que anteriormente teriam outro fim. No povoado da Terronha de Pinhovel foram recuperados exemplares de dimensões variadas, alguns elaborados de fragmentos de telha, xisto e até de cerâmica sigillata.

Latrunculi foi um dos jogos mais populares no Império Romano. O nome vem da palavra latina latrones que originalmente significava “mercenários” e que se refere a “soldados”.

JOGO DO SOLDADO (*Ludus Latrunculorum-Latrunculi*)

N.º de participantes: *2 jogadores.*

N.º de peças: *34 fichas de jogo – 16 e um Dux por cada jogador.*

Objectivo do jogo: *Eliminar o maior número de fichas do adversário.*

Regras:

1.ª Fase

Cada jogador coloca duas fichas de cada vez no tabuleiro em qualquer dos quadrados vazios. Depois de colocadas as 32 fichas (16 de cada) posiciona o Dux (o general).

2.ª Fase

- Na sua vez, cada jogador movimenta uma ficha em qualquer direcção, uma casa de cada vez, Excepto na diagonal, de forma a tentar capturar as fichas e o Dux do adversário. Para isso tem de bloquear uma peça, numa linha vertical ou horizontal, entre duas das suas próprias fichas. No entanto, uma peça pode jogar para o espaço entre duas adversárias sem ser capturada;
- As fichas capturadas são eliminadas do jogo;
- Quem capturou 1 ficha volta a jogar e é a peça que acabou de se mover que joga outra vez;
- O Dux, ou general, movimenta-se como as outras fichas, mas pode saltar por cima da peça do adversário, para uma casa vazia, para bloquear e capturar uma ficha. Atenção: o Dux pode assim capturar, mas não tem de o fazer;
- O Dux também se pode “matar”, tal como, as outras peças;
- Ganha quem eliminar o maior número de fichas do adversário;
- A partida termina quando não é possível proceder a qualquer jogada e neste caso, ganha quem tiver o maior número de peças em jogo. Se não houver capturas durante 30 lances, o jogo acaba. Ganha quem tiver mais peças.

Regras: [Http://mdds.culturanoorte.pt/pt-PT/servicoeducativo/sejogos](http://mdds.culturanoorte.pt/pt-PT/servicoeducativo/sejogos)

107 a 113

Designação: Pedras de jogo

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima:

107/108/109/110/112/113

Cerâmica- 111, Lítico

Cronologia: Período Romano

Medidas: (107) 1.6*0.6;

(108) 1.5*0.5; (109) 1.4*0.7;

(110) 1.3*0.4; (111) 1.7*0.7;

(112) 1.2*0.4; (113) 1.4*0.5



Peça 107



Peça 108



Peça 109



Peça 110



Peça 111



Peça 112



Peça 113



Peça 114

114

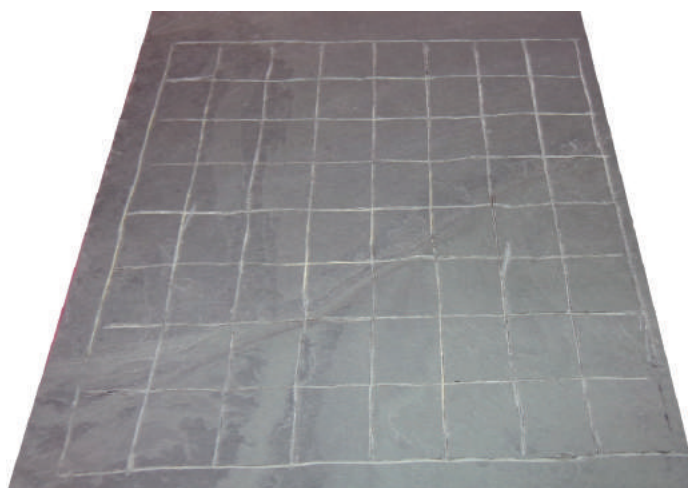
Designação: Pedra de Jogo “Dux”

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Cerâmica

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2.5*1.6



Reprodução de tabuleiro do jogo romano do soldado

VIDROS

Motivado pela descoberta do “vidro soprado” durante o século I a.C., o recipiente em vidro tornou-se comum em todo o império romano. Era tanto mais raro o seu uso quanto mais pobres fossem os povos e geograficamente estivessem afastados de Roma ou dos grandes centros populacionais, como era o caso da etnia “Zela” acantonada no nordeste, do hoje território Português. Antes desta descoberta, os recipientes em vidro eram fabricados por técnicas de trabalho intensivo, tais como a criação de formas de fundição por queda ou em moldes e, o acabamento de superfícies de rectificação e polimento, ou pela formação de formas em torno de um núcleo de argila removível ligeiramente cozido. Os processos de fundição e polimento eram relativamente lentos, reduzindo a escala de produção.

O vidro teve várias vantagens práticas sobre outros materiais. O recipiente em vidro não conferia aos conteúdos, sabor ou cheiro, e por essas razões eles eram frequentemente usados para alimentos, perfumes, medicamentos etc.

126

Designação: Peça em vidro não identificado

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Vidro

Cronologia: Período Romano

Medidas: 4.2*2*0.8 cm

**127**

Designação: Peça em vidro não identificado

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Vidro

Cronologia: Período Romano

Medidas: 3.2*1.4*0.6 cm



128

Designação: Bordo de recipiente
em vidro

Proveniência: Terronha de
Pinhovelo

Matéria-prima: Vidro

Cronologia: Período Romano

Medidas: 3.2*1.4*0.6 cm



129

Designação: Bordo de recipiente
em vidro

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Vidro

Cronologia: Período Romano

Medidas: 3.2*2.2*0.4 cm



130

Designação: Bordo de recipiente
em vidro

Proveniência: Cramanchão

Matéria-prima: Vidro

Cronologia: Período Romano

Medidas: 3.3*1.8*0.2 cm



131

Designação: Bordo de recipiente em vidro

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Vidro

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2.4*1.4*0.6 cm



132

Designação: Bordo de recipiente em vidro

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Vidro

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2*1.5*0.3 cm



133

Designação: Bordo de recipiente em vidro

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Vidro

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2.4*0.7*0.4 cm



134

Designação: Bordo de recipiente em vidro

Proveniência: Terronha de Pinhovelo .

Matéria-prima: Vidro

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2.2*1.7*0.2 cm

**135**

Designação: Bordo de recipiente em vidro

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Vidro

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2.3*0.9*0.4 cm

**136**

Designação: Bordo de recipiente em vidro

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Vidro

Cronologia: Período Romano

Medidas: 1.5*0.8*0.2 cm



137

Designação: Peça em vidro n.i.

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Vidro

Cronologia: Período Romano

Medidas: 0.7*0.3 cm



138

Designação: Bordo de recipiente em vidro

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Vidro

Cronologia: Período Romano

Medidas: 2*1.5*0.6 cm



139

Designação: Bordo de recipiente em vidro

Proveniência: Terronha de Pinhovelo

Matéria-prima: Vidro

Cronologia: Período Romano

Medidas: 1.8*1.3*0.1 cm



140

Designação: Bordo de recipiente
em vidro

Proveniência: Terronha de
Pinhovo

Matéria-prima: Vidro

Cronologia: Período Romano

Medidas: 1.7*1.1*0.2 cm



ESTELA FUNERÁRIA

157

Designação: Estela Funerária

Proveniência: Desconhecida (Provavelmente de Grijó, povoado romanizado da Meda), doada pelo sócio fundador da Associação Terras Quentes, Dr. Alexandre Carvalho Neto (Grijó)

Matéria-prima: Granito

Cronologia: Período Romano

Medidas: 92*26,5*12 cm

Descrição: Dizeres:

1.ª Linha – BOVTIA

2.ª Linha – BOVTI

3.ª Linha – FILIA. A

4.ª Linha – NORUM

5.ª Linha – LXX

Tradução: (Aqui Jaz) BÚCIA, FILHA DE BÚCIO DE 70 ANOS



NUMISMÁTICA

As intervenções arqueológicas em arqueossítios de cronologia romana levadas a cabo pela Associação Terras Quentes no concelho de Macedo de Cavaleiros proporcionaram a recolha de largas dezenas de moedas, na maioria dos casos, de tempo romano, mas também com registos visigodos e da nossa monarquia da Idade Média.

À ciência que estuda esta unidade monetária dá-se o nome de numismática, expressão derivada da palavra latina “nummus”, “moeda”.

A numismática fornece-nos imensas informações sobre a história das religiões, dos costumes, da arte, das relações sociais ou comerciais, sobre a civilização, sobre a política etc. Não sendo um marcador cronológico por excelência para a ciência arqueológica, não é todavia de descartar o seu interesse peculiar.

As moedas mais antigas que se conhecem provêm da Lídia, na atual Turquia, por volta de 600 a.C. emitidas pelo rei Aliates, de Sárdis.

O historiógrafo romano Paulo, no século I d.C., definiu as trocas monetárias de forma precisa; Antes de 600 a.C, não se conhecia moeda cunhada e não havia nome para designar a mercadoria, de um lado, e o preço, de outro. Cada qual, segundo as necessidades das circunstâncias, trocava as coisas que não eram úteis para si, por outras que o eram. Isto porque é comum que uma pessoa tenha necessidade de algo que sobra para outra pessoa”.

A moeda surgiu, portanto, com um pedaço de metal com marca impressa, um selo, com referência à autoridade política que garantia o valor. Esta referência política costuma dar-se tanto pela imagem, como pela escrita, como na famosa passagem do Evangelho de Mateus, quando Jesus é questionado sobre o pagamento de tributos a Roma: “Mostrai-me a moeda do imposto”. Apresentaram-lhe um denário. E Jesus diz-lhe; De quem é esta efígie e esta inscrição? Dizem-lhe De César. Então Jesus diz-lhe: Pagai as coisas de César a César, e as coisas de Deus a Deus. (Mateus, 22). (Lourenço; 2017) e “In Moedas” In Moedas A Numismática e o estudo da História” de Cláudio Carlan e Pedro Funari – 1.ª edição: julho de 2012”.

Com o desmembramento do Império Romano do Ocidente, em 476, os primeiros reinos germânicos procuravam estabelecer um elo com o passado, declarando-se como legítimos herdeiros de Roma. O rei visigodo Chindasvinto, na primeira metade século VII, conseguiu fazer de seu filho, Recesvinto, seu sucessor. Com esse objetivo, associou-o ao seu governo. Esses dois personagens aparecem reunidos nas moedas do período: o rei no anverso e o herdeiro no reverso. Pelo mesmo motivo, os reis Égica e Wittisa surgem juntos e coroados em algumas peças monetárias do final do século VII. Nos terços de soldo, moeda de ouro, na legenda, escrita em latim, lê-se: Egica rex, wittisa rex, concordia regni, que significa: “Reis Egica e Witsa, sintonizados no governo”. Pai e filho apresentam-se ante seu reino como uma dinastia, embora ainda um não tivesse sucedido ao outro. Nessas moedas, o rei e o príncipe estão representados de lado, face a face, com uma cruz entre ambos. Em alguns exemplares cunhados em Toledo, Égica e Wittisa seguram e erguem a cruz. O rei “bárbaro” usou o mesmo método de propaganda adotado pelos imperadores romanos: a moeda. Assim, conseguiu apaziguar o inconstante reino visigodo. “In Moedas A Numismática e o estudo da História” de Cláudio Carlan e Pedro Funari – 1.ª edição: julho de 2012”.

Será já em ambiente alto medieval que iremos recuperar na necrópole do sobreirinho uma moeda dos reis de Egica/Vitiza, em exposição na maqueta de uma sepultura dessa necrópole.

NUMISMAS EM EXPOSIÇÃO

141

Designação: Imperador Honorius
395-423 d.C.

Proveniência: Terronha de
Pinhovelo

Denominação: Solidus

Distribuição: Circulação Padrão

Composição: Ouro

Diâmetro: 20.6 mm

Matéria-prima: Cobre

Cronologia: Período Romano



142

Designação: Constantino II,
AD 337-340, – “GLORIA EXERCITVS”

Proveniência: Terronha de
Pinhovo

Anverso: FL IVL CONSTANTIVS:

Busto, couraçado e laureado

Reverso: IA – Glória ITVS. Dois
soldados frente a frente, cada um
segurando um bordão, ao centro
um estandarte

Diâmetro: 14 mm

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano

**143**

Designação: Cláudio II,
Antoninianos - 268-270 d.C.

Proveniência: Terronha de
Pinhovo

Anverso: AVR CLAVDIVM PF AVG,
Busto de Cláudio II, drapeado e
expandido.

Reverso: AVG, Figura de Marte
olhando à esquerda com ramo.
Escudo sufocado e bastão na
mão esquerda

Diâmetro: 17.3 mm

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano



144

Designação: Theodora
337-340 d.C.

Proveniência: Terronha de
Pinhovelo

Anverso: FL MAX THEO-DORAE
AVG, busto direito vestindo
manto simples e colar, cabelo
elaboradamente vestido com uma
trança circundando a cabeça
Reverso: Pietas-ROMANA, Pietas
em pé de frente, carregando uma
criança no seu peito

Diâmetro: 15.4 mm

Matéria-prima: Cobre

Cronologia: Período Romano



145

Designação: Constantinos II
AE-4 317-337 d.C.

Proveniência: Terronha de
Pinhovelo

Anverso: OBV: CONSTANTINUS IVN
NOB C; Cabeça Laureada à direita
e couraça

Reverso: GLORIA EXERCITUS, dois
soldados 1 de cada lado com
lança estandarte no meio

Diâmetro: 14.9 mm

Matéria-prima: Cobre

Cronologia: Período Romano



146

Designação: Sestércio – Caetra

Proveniência: Cramanchão

Anverso: Cabeça a descoberto do Imperador, olhando para a esquerda, com uma palma e um caduceu alado atrás

Reverso: Escudo redondo (Caetra) com umbo central, rodeado por motivos geométricos

Este símbolo corresponde a um escudo redondo atribuído aos povos indígenas do norte da Hispânia

Diâmetro: 24.85 mm

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano



Nota: Moeda de grande simbolismo pois nesse momento Roma estava em fase da conquista do noroeste hispânico: Moeda usada para pagamento das tropas romanas.

147

Designação: Imperador Constantino I, 330-335 d.C.
– Moeda de Rômulo e Remo

Proveniência: Terronha de Pinhovo

Anverso: VRBS ROMA, busto de Roma drapejada e com elmo

Reverso: Loba amamentando os gémeos Rômulo e Remo, os míticos fundadores da cidade de Roma. Em cima, duas estrelas (constelação de Gémeos), que representam os dois Dioscuros, o Castor e o Pólux, os defensores de Roma

Diâmetro: 18 mm.

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano



HISTÓRIA DO NUMISMA - RÔMULO E REMO

A Lenda da Fundação de Roma

Na Eneida de Virgílio e na Ab Urbe condita libri de Tito Lívio, Eneias, filho da deusa Vênus, foge de Troia com seu pai Anquises, seu filho Ascânio e os sobreviventes da cidade. Com este realiza diversas peregrinações que o levam, por fim, a Lácio, na península Itálica. Lá ele é recebido pelo rei local Latino que oferece a mão de sua filha, Lavínia. Isto provoca a fúria do rei dos rútulos, Turno, um poderoso monarca itálico que se havia interessado por ela. Uma terrível guerra entre as populações da península eclode e, como resultado, Turno é morto. Eneias, agora casado, funda a cidade de Lavínio em homenagem à sua esposa. Seu filho Ascânio governa na cidade por trinta anos até que resolve mudar-se e fundar sua própria cidade, Alba Longa.

Cerca de 400 anos depois, o filho e legítimo herdeiro do décimo-segundo rei de Alba Longa, Numitor, é deposto por um estratagema de seu irmão Amúlio. Para garantir o trono, Amúlio assassina os descendentes varões de Numitor e obriga sua sobrinha Reia Sílvia a tornar-se vestal (sacerdotisa virgem, consagrada à deusa Vesta), no entanto esta engravida do deus Marte e desta união foram gerados os irmãos Rômulo e Remo (nascidos em março de 771 a.C.). Como punição, Amúlio prende Reia em num calabouço e manda jogar seus filhos no rio Tibre. Como por um milagre, o cesto onde estavam as crianças acaba atolando-se em uma das margens do rio no sopé do monte Palatino, onde são encontrados por uma loba que os amamenta; perto das crianças estava um pica-pau, ave sagrada para os latinos e para o deus Marte, que os protege. Tempos depois, um pastor de ovelhas chamado Fáustulo encontra os meninos próximo à Figueira Ruminal (*Ficus Ruminalis*), na entrada de uma caverna chamada Lupercal. Ele os recolhe e leva para sua casa, onde são criados por sua mulher Aca Laurência.



Rômulo e Remo crescem junto dos pastores da região praticando caça, corrida e exercícios físicos; saqueavam as caravanas que passavam pela região à procura de espólio. Em um dos assaltos, Remo é capturado e levado para Alba Longa. Fáustulo, então, revela a Rômulo a história de sua origem. Este parte para a cidade de seus antepassados, liberta seu irmão, mata Amúlio, devolve Numitor ao trono e dá à sua mãe todas as honrarias que lhe eram devidas. Ao perceber que não teriam futuro na cidade, os gêmeos decidem partir, junto com todos os indesejáveis, para então fundar uma nova cidade no local onde foram abandonados. Rômulo queria chamá-la Roma e edificá-la no Palatino, enquanto Remo desejava nomeá-la Remora e fundá-la sobre o Aventino. Como forma de decidir foi estabelecido que se deveria indicar, através dos auspícios, quem seria escolhido para dar o nome à nova cidade e reinar depois da fundação. Isto gerou divergência entre os espectadores e uma acirrada discussão entre os irmãos, que terminou com a morte de Remo. Uma versão alternativa afirma que, para surpreender o irmão, Remo teria escalado o recém-construído pomério quadrangular da cidade e, tomado em fúria, Rômulo o teria assassinado.

148

Designação: Imperador Trajano
– 98-117d.C – Denário

Proveniência: Terronha de
Pinhovel

Anverso: AVG GER DAC. P.M.TR.P.

Busto laureado e adornado à
direita

Reverso: COS. VI. P.P.S.P.Q.R.

OPTIMO PRINC, Marte marchando
à esquerda com um troféu na
mão direita.

Diâmetro: 19 mm

Matéria-prima: Prata

Cronologia: Período Romano



149

Designação: FLAVIVS IVLIVS

CONSTANS (Flávio Júlio

Constante) 337-350.

– Co-imperador (Constantino II e
Constâncio II)

Proveniência: Cramanchão

Anverso: DN CONSTA-NS PF AVG,
Busto drapeado com diadema em
perolas

Reverso: FEL TEMP-REPARATIO,
Imperador em pé vestido de
militar, segurando no globo com
bandeiras. Vitória sentado à popa
a governar o navio

Diâmetro: 20.5 mm

Matéria-prima: Cobre

Cronologia: Período Romano



DIORAMA: A CASA "ZELA"

Espaço habitacional atribuível à etnia "Zela" em exposição

Pretendeu-se com a recriação de uma habitação, atribuível à etnia "Zela", povo predecessor dos actuais "Macedenses" que, por certo, calcorreou as terras do actual concelho há pelo menos 2.000 anos. Mostrar a sua vivência, (os seus usos e costumes) e a partir dela servir de pivô para toda a exposição relativo ao Período Romano (Romanização). A planta da habitação é uma composição estabelecida a partir das identificadas nas habitações escavadas pela Associação Terras Quentes, nos povoados da Terronha de Pinhovelo e do Cramanchão, sendo a soleira da porta do diorama, um dos dois originais encontrados neste segundo arqueosítio.

A sua cobertura (telhado) mostra a evolução das técnicas utilizada entre o tempo pré-romano e romanizado. Assim, encontramos o telhado coberto, em duas metades de uma das águas, em esteva negral e colmo (palha de centeio) e a outra água, em telha romana (tégulas e ímbrices – originais em exposição, peças 50 e 51).

Para os romanos a casa era um lugar sagrado por excelência e assim seria para o "povo Zela" cuja origem indo-europeia assim o aponta. As divindades e cultos domésticos da religião romana eram muito diversificados, sendo as mais comuns os "Penates" (entes responsáveis pelo bem-estar e a prosperidade das famílias) e o "Genius", espécie de «espírito» (que se manifestava de formas diferentes, por vezes um génio mau por vezes um génio bom) protector que acompanhava o indivíduo durante toda a vida e que assegurava a perpetuação das gerações. A divindade principal/tutelar do povo zela seria "Aerno", referido numa ara encontrada em Malta (Macedo de Cavaleiros) que se encontra actualmente no Museu Abade Baçal em Bragança e com uma réplica exposta dentro da habitação.

Havia ainda os cultos de fundação, no interior das habitações, que tinham como princípio a recriação de um “áxis mundi” (centro do mundo, pilar do mundo). Por vezes colocando nas fundações bens diversos, como por exemplo o pote enterrado e exumado das fundações de uma habitação no povoado do Cramanchão (em exposição, peça 17), que se supõem ser procedente desse ritual. As oferendas enterradas poderiam ainda contribuir para honrar e apaziguar o “Genius”.

No diorama pretendeu-se apresentar um ambiente familiar, pai mãe e filhos rodeados dos seus utensílios mais representativos. Assim encontramos os apetrechos de trabalho e da vivência familiar: o tear, o mó manual para moer os cereais, e os recipientes de armazenamento os utensílios de cozinha, tachos, panelas etc. Está também presente um oratório replica de um original recolhido na aldeia de Malta dedicado ao “seu Deus Aerno”. O chefe de família empunha uma réplica de uma falcata, arma pré-romana, estando pendurado também uma réplica de um gládio hispaniense.

Em exposição podemos observar várias peças da vivência do dia-a-dia de uma família “Zela”: dos objectos de cozinha encontrados, os mais vulgares, podemos destacar os vasos cerâmicos para manipulação e confecção de alimentos, os almofarizes (em exposição, peças 56 e 57), e ainda os contentores destinados ao seu armazenamento, como as talhas ou dolia, peças 52 a 55 (com a reprodução enterrada no piso térreo da casa e que serviam sobretudo para guardar alimentos sólidos) e as ânforas (para os líquidos), destes contentores aparecerem-nos em escavação somente dois fragmentos sem qualidade expositiva. De notar um facto importante, o não aparecimento de nenhum prato na baixela de cozinha em nenhum arqueossítio do período romano intervencionado, tal terá a ver com a originalidade da gastronomia local, já que a sul do país é recorrente encontra-se este género de utensílio na baixela da cozinha.

Pertencendo ainda à baixela da mesa, assinala-se a existência de fragmentos de cerâmica comum e inúmeros objectos de terra sigillata hispânica tardia e cerâmica Itálica, cerâmica fina vulgarizada no período imperial, desconhecendo-se o seu local de produção no caso da Sigillata, não sendo de descartar, para esse fim, a existência do forno Romano de Salselas de tradição Gálica.

A partir do século I d.C. torna-se vulgar a utilização de objectos de vidro de que se conhecem alguns exemplares fragmentados que se encontram em exposição provenientes dos vários povoados romanizados intervencionados e ainda não estudados.

Os objectos de adorno, sobretudo os femininos, colares, agulhas, pingentes, pulseiras, fíbula, botões, anéis, camafeus etc. (que se encontram em exposição) constituem uma realidade que tem a sua maior expressão na intimidade, pois à maioria das mulheres romanas e/ou romanizadas competia, provavelmente, uma vida no interior da casa, todavia não é de descartar que algumas das peças expostas tenham servido para ostentação social.

Os Zelas foram mencionados por Plínio-o-Velho (Historiador Romano do séc I d.C.) devido ao linho que estes produziam, tendo sido encontrados bastos registos da sua produção no povoado do Cramanchão, Freguesia dos Cortiços que até há cerca de 60 anos era a grande produtora de linho da região.

Disse Plínio-o-Velho:

A Hispânia Citerior tem também um linho de uma brancura extraordinária, a sua finura é maravilhosa e, é ali, onde primeiro descobriram os tecidos de cárbaso. Da mesma Hispânia e há pouco tempo, veio à Itália o linho dos Zelas, utilíssimo para a confecção de saíotes e para as redes de caça.

Para além deste registo escrito, talvez o mais evidente da existência dos zelas (povo que habitou as terras Macedenses) encontra-se no “Staatliche Museum de Berlim” onde se conserva a denominada “Tábua dos Zelas”, uma placa de bronze (32*24 cm), de forma quadrangular e coroada por um frontão triangular em cujo interior aparece a data consular 27.a.C. Nela se lê:

Sob o consulado de M [arco] Licínio Crasso e de L [úcio] Calpúrnio Pisão, quatro dias antes das k [alendas] de maio, a gentilitas dos Desoncos da Gens dos Zoelas e a gentilitas dos Tridiavos da mesma Gens dos Zoelas renovaram o antigo pacto de hospitalidade e todos eles receberam os outros na fidelidade e clientela sua e dos seus filhos e dos seus descendentes. Atuaram: Arausa, filho de Blacaeno, e Turânio, filho de Clouto; Dócio, filho de Elaesso; Magilão, filho de Clouto; Bodécio, filho de Burralo; Elaesso, filho de Clutamo por meio de Abieno, filho de Pentilo, magistrado dos Zoelas. Teve lugar em [a cidade de] Curunda. (Ano de 27 d.C.).

Este Acordo de hospitalidade foi subscrito entre dois grupos tribais (gentilitas) do povo (Gens) dos Zelas, os “Desoncos” e os “Tridiavos”, e os Romanos.



Réplica de casa romanizada (Zela) feita por planta de casa do Caramanchão e Terronha de Pinhovel



Vista do interior da habitação Zela



Réplica de falcata, exposto no interior da habitação “Zela”



Réplica de Gládio Hispaniense

AS NECRÓPOLES MEDIEVAIS

Algumas reflexões sobre o acto funerário medieval

Mais que a qualquer tipo de religiosidade ou espiritualidade, estará porventura, o acto funerário, associado ao desenvolvimento da capacidade previsionial do ser humano da morte, também dizendo, da percepção perante a falibilidade da vida.

Nenhuma outra espécie animal, mesmo demonstrando angústia, agressividade ou apatia perante a morte substitui ou se equipara à funestação humana. Há mesmo quem avance com o conceito, de que foi a humanidade (enquanto qualidade, característica de uma espécie) que inventou a morte (Duarte; 2005; 264, citando Taylor; 2002, pág. 3).

Todavia o emaranhado de esperanças de expectativas e de angústias, plantado no devir do humano provém da sua dimensão religiosa. Rara era a estela funerária romana que não se iniciava por “D.M.S. *Diis Manibus sacrum*” como também temos registo na estela funerária de Malta/Macedo de Cavaleiros a evocação ao Deus indígena Zoelae “*. Deo Aerno*”.

Durante a civilização romana assiste-se a um fenómeno inédito – encontram-se dois destinos a dar ao corpo após a morte – inicialmente a incineração e a partir do século II/III d.C., a inumação. A esta alteração não será estranho o aparecimento do cristianismo.

Com o cristianismo assistir-se-á, então, à implantação do novo ritual – a inumação – com ele altera-se a orientação do sepulcro para direcção Oeste-Este, acabam-se as oferendas votivas, estendendo-se ainda pela Baixa Idade média a colocação da sepultura fora dos espaços urbanos, a qual passará para dentro ou próximo dos locais de culto e introduz-se o óbolo.

O Espírito

A razão de se encontrar, em período romano, as sepulturas fora dos espaços urbanos ou de habitat, terá a ver com o entendimento que o espírito permaneceria junto ao corpo depois de finado, e estes seriam potencialmente nefastos junto dos vivos. Daí porventura as soluções de compromisso, se por um lado o morto não poderia ficar junto dos vivos, haveria que não o desconsiderar. Os epitáfios imploravam: DIC ROGO QUI TRANSIS, assim procurando atrair a atenção aos que passavam (*peregrini*) perto do sepulcro.

Para Leite de Vasconcelos, durante o paganismo tardio de tradição popular, encontram-se três distintos conceitos quanto ao destino do espírito após a morte física: Alguns acreditavam que ele permanecia junto ao corpo na sepultura, outros acreditavam que ele se iria reunir a outros espíritos num reino subterrâneo. Outros julgavam que o espírito ascendia a um reino celeste (Vasconcellos; 1905:90).

Provavelmente a razão pela qual se acabou com a incineração dos corpos, sendo essa a pena mais temível na Idade Média (Inquisição/Fogueira), pois se as cinzas ficavam insepultas a alma ficava impossibilitada de alcançar a Bem-aventurança e via negada a entrada no paraíso. Uma alma errante um espírito maldito, sem paz possível (Barroca; 1987:12).

O cristianismo impõem a Alma Imortal, o espírito liberta-se de todos os laços que o ligam ao corpo e ascenderá ao Céu. Assim o cristão não verá com maus olhos a convivência do corpo no interior de espaços urbanos.

Com a construção de novos locais de culto, estes tornam-se privilegiados para os enterramentos, convertendo-se por vezes em polos de atracção do desenvolvimento urbano, contrariando a matriz da urbe romana.

Os enterramentos nos espaços dos locais de culto; “Tumulatio apud ecclesia” começa a afirmar-se na Europa a o partir do século VII ou VIII, sendo que no noroeste português ele parece só ser sensível a partir do século IX (Barroca; 1987:15), afirma ainda este autor que nesta nova fase os enterramentos no interior dos templos reservam-se a personagens da hierarquia civil e religiosa, enquanto a maioria dos fregueses seria enterrado no adro, fenómeno que parece ser transversal a toda a Idade Média, sendo que em Portugal o fenómeno penetrou profundamente nos hábitos quotidianos. Hábito quebrado por decretos de 1835 e 1844, sabendo-se os tumultos populares que tais disposições causaram.

Estas modificações são lentas, encontrando as suas raízes no século IV, na “Paz da Igreja”, ao que se seguiu um século mais tarde, a crença da Ressurreição e o culto dos Mártires, dois momentos chaves de implantação destes novos costumes cristãos.

A Orientação Tumular

Não se encontra lei ou orientação canónica que justifiquem a orientação tumular. O paleocristianismo confronta-se com o uso recorrente pré-cristão de orientar a tumulação da orientação N-S ou S-N e racionaliza essa orientação. Em 1280 Guillaume Durante, (citado por Barroca; 1987:13) escreve: “*debet quis sic sepeliri, ut capite ad occidentem posito, pedes dirigat ad orientem; in quo quasi ipsa positione orat et innuit quod promptus est ut de accasu festinet ad ortum*”. (Deve uma pessoa ser enterrada, com a cabeça para oeste com os pés do caminho do oriente, posição como se fosse em prece para orar sugerindo que está pronta para a ascensão...)

Como demonstrou Philip Ratz (citado por Barroca; 1987:13) os textos medievais evocariam múltiplas razões para uma tal orientação. Uma vez assumida que a razão deste alinhamento nada tenha a ver como os primeiros cristãos, a explicação talvez resida no facto de que, para os pagãos os duplos (espíritos) se deslocariam para Ocidente: para a *finis terrae* onde permaneceriam num mundo próprio. Assim estes confrontados com um crescente uso de orientação N-S ou S-N, talvez tenham visto nela uma possibilidade de sublinharem a sua demarcação em relação a essas crenças pagãs, orientando os seus movimentos numa direcção oposta. (Barroca; 1987:14).

As mortualhas, mortalhas e mortuários

Assim se chamou aos impostos pagos à Igreja, calculados sobre os bens do morto, geralmente a metade, a terça ou quarta parte destes bens.

Falando dos funerais pagãos, diz Santo Agostinho escritor do século IV (*Sermo 15 de Sanctis*). Colocam sobre as sepulturas dos mortos alimentos e vinho. Costume vindo provavelmente, da pré-história recente, onde há vários registos de enterramentos com ofertas votivas, entre as quais vasos cerâmicos com vestígios de alimentos. Costume que perpassa no tempo. Ainda hoje (Alves; 1975;IX-434), nos saimentos fúnebres rurais bragançanos, da casa do defunto para a Igreja, acompanhavam o cadáver muitos coleiros cheios de carolos de pão cozido destinados à caridade distribuída aos assistentes e um alqueire em grão para dar ao pároco. Os coleiros ficam à porta da Igreja mas o alqueire de pão vai sempre à cabeceira do caixão funerário e junto a ela fica durante os ofícios fúnebres. Segue no fim para o cemitério até que o defunto é lançado no sepulcro, onde o pároco o santifica, dando a estola a beijar à condutora, geralmente uma mulher, e só depois o recebe o corpo.

No elucidário de Viterbo, a páginas 425/428 retirámos a seguinte informação sobre as Mortualhas: “Assim chamaram a um direito, *Quod ex mortuis, seu ex decedentium legatis, Ecclesiis, seu earum Rectoribus, et Ministris obvenit*. (Isso é claro dos mortos, isto é, a partir dos embaixadores dos que partem, a Igreja, isto é, com as suas autoridades, ministros e os ministros do avanço ao nosso encontro) Chamou-se a este direito porção canónica ou quarta funeral que, ordinariamente, consistia na quarta, terça ou metade dos bens do defunto”. Havia a quarta-funeral-episcopal e quarta-funeral-paroquial. A primeira era de todos e quaisquer bens deixados por testamento aos mosteiros, igrejas e lugares pios de toda a diocese; a esta já de muitos séculos extinta, sucederam as luctuosas. A segunda, que ainda hoje se não esqueceu de todo, consistia em uma parte dos bens móveis ou semoventes do defunto, e foi introduzida com o pretexto de que seria fácil ou possível que o paroquiano tivesse defraudado, por ignorância ou esquecimento, a sua igreja paroquial de alguns dízimos ou oblações (Concílio de Oxford de 1287, cântico 51)

Esta foi uma das mais furiosas máquinas que, naqueles tempos de barbaridade e confusão assestaram alguns eclesiásticos para destruir os paroquianos, ainda mesmo depois de mortos, quando eles não deixavam de pagar à risca os dízimos e primícias enquanto vivos. Trocando a piedade em lucro, e cobrindo a própria ambição com a capa da expiação alheia.

Será em 1289 que D. Vicente, bispo do Porto e o Mosteiro de Tarouca se compuseram a respeito dos direitos das mortulhas. Em sentença de 1454 dada pelo Desembargador do Príncipe D. Afonso Duque de Bragança e Conde de Barcelos se declara que o Mosteiro de Castro de Avelãs, daquelas igrejas que tinha Tertias Mortuorum; “sobre que sempre fôrão, e são grandes debates, esteja pelo aresto seguinte: *Mando dizer, e declaro que todos e quaisquer fregueses das Igrejas anexas ao dito Mosteiro, que sem testamento falecerem seus herdeiros distribuirão seus bens como quiserem e por bem tiverem segundo a disposição do bem comum. E morrendo com testamento inteiramente se cumpra*”.

Necrópole do Sobreirinho – Comunhas – Freguesia de Ferreira



Ficha Técnica

Arqueólogos responsáveis:
Carlos Mendes e Nathalie Antunes-Ferreira.

Arqueosítio intervencionado nos anos de
2003; 2004 e 2006.



Localização

A necrópole do Sobreirinho localiza-se no lugar com o mesmo nome a SW de Edroso, e a SE da aldeia de Comunhas, freguesia de Ferreira. A uma altitude de 663 metros. A propriedade pertencente a Manuel Joaquim Rodrigues e a Alice Pedro, as suas coordenadas correspondem a uma latitude de 41° 37' 22" N e 6° 57' 14" W da folha 64 da Carta Militar de Portugal escala 1:25.000.



Levantamento dos restos osteológicos sepultura 6

Reunindo a informação dos resultados das intervenções que decorreram nos anos 2003, 2004 e 2006, sob a direcção científica dos signatários, as acções desenvolveram-se nos mesmos moldes institucionais, durante as três campanhas tendo, nelas, participado, alunos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, da Universidade Católica Portuguesa, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, da Universidade de Valladolid, da Escola Secundária de Macedo de Cavaleiros, voluntários da Associação Terras Quentes e, também, trabalhadores não especializados de arregimentação local.

O arqueosítio foi relocado por Mário Rui Oliveira dos Reis Soares, funcionário da Extensão do IPA de Macedo de Cavaleiros em 2001, não avançando com propostas identificativas do sítio por dificuldades de localização, devido à grande cobertura vegetal encontrada no local. A única referência bibliográfica encontrada para este arqueosítio encontra-se na tese de Doutoramento de Francisco Sande Lemos, (Lemos; 1993, pág. 188) “Povoamento Romano de Trás-os-Montes, onde assinala a existência no “Bovo de Comunhas” de duas sepulturas com fundo, paredes e cobertura, formados por lajes de xisto, atribuindo a sua cronologia ao período Medieval

Metodologia, objectivos e estratégia de escavação

Estas intervenções estão integradas no projecto “Terras Quentes”, tendo sido contemplada por um PNTA em 2003. Nesta campanha de 2006 que se desenvolveu entre os dias 1 e 15 de Agosto, foram identificadas e escavadas cinco sepulturas inéditas e registou-se outra vala que constitui eventualmente outra sepultura. Essas sepulturas tinham sido violadas por habitantes de Comunhas, há cerca de 50 anos, após trabalhos de lavra. Contudo a sepultura 7 detectada na campanha 03/2006, estava parcialmente intacta, tendo-se identificado uma inumação primária acompanhada por um fragmento de moeda e três objectos em cobre/bronze muito deteriorados. Também a sepultura seis, apesar de se encontrar totalmente violada foram encontrados vestígios de inumação primária e uma moeda.

Tal como nos anos anteriores, os principais objectivos da sobredita intervenção consistiu na localização da necrópole, delimitação da sua extensão e estabelecimento da sua cronologia, bem como a averiguação da existência de uma possível estrutura religiosa associada.

Foi adoptado nestas intervenções arqueológicas um método de registo de acordo com os preceitos definidos por Edward C. Harris (Harris; 1991). Como tal escavou-se de forma a proporcionar esse mesmo registo, ou seja, por unidades estratigráficas (UE), a unidade básica de registo. São consideradas UEs as realidades que, aquando da escavação, ou posteriormente, forem consideradas como realidades diferenciáveis. Entre estas contam-se depósitos (camadas naturais, de sedimento), estruturas (negativas ou positivas), derrubes interfaces.

Apesar de inicialmente se ter privilegiado o registo gráfico de cada realidade de modo diferenciado, durante a intervenção, por questões de rentabilização de tempo ou, por vezes, para facilitar a melhor percepção da realidade, efectuaram-se desenhos compostos.

Todas as realidades diferenciadas, as UEs, foram alvo de um registo fotográfico que acompanhou as diversas fases da sua afectação pelas intervenções arqueológicas.

No final dos trabalhos e a fim de preservar as estruturas optou-se com cobrir estas com uma camada de gravilha com cerca de 15 cm de espessura

Nas três intervenções arqueológicas efectuadas na necrópole nos anos de 2003, 2004 e 2006, foram identificadas e escavadas 9 sepulturas, 7 sepulturas de adulto e 2 sepulturas de criança.

Em 2006, procedeu-se à exumação dos restos ósseos humanos descobertos nas sepulturas 6 e 7 da necrópole do Sobreirinho. Posteriormente realizou-se o estudo antropológico destes mesmos indivíduos.

Na escavação das sepulturas foi utilizada uma metodologia específica, aplicada à exumação de restos humanos em contextos arqueológicos. Os dados sobre o indivíduo foram registados numa ficha de esqueleto, onde se observaram o nível de representatividade dos ossos, o posicionamento do corpo, a orientação do corpo na sepultura, o sexo e a idade à morte, algumas patologias, os dados osteométricos, as perturbações pós-deposicionais, o espólio associado ao enterramento, etc.

Os restos esqueletizados foram decapados e escavados com colherins, espátulas, utensílios de odontologia e pincéis. Mais tarde, em laboratório, procedeu-se à limpeza dos ossos e dentes com o auxílio de água destilada e cotonetes.

Foram exumados da sepultura 6 alguns ossos e dentes fracamente preservados. O indivíduo foi depositado numa sepultura escavada na rocha que foi, posteriormente, revestida e coberta por lajes de xisto. A sepultura apresentava as seguintes dimensões: comprimento de 145 cm, largura da cabeceira de 35 cm, largura ao meio da sepultura de 35 cm, largura aos pés de 25 cm e profundidade de 30 cm. Ou seja, dimensões compatíveis com as proporções corporais de uma criança.

O corpo foi colocado em decúbito dorsal e orientado a SW-NE, considerando-se a cabeça na extremidade SW.

Foram exumados da sepultura 7 alguns ossos e dentes fracamente preservados. O indivíduo foi colocado numa sepultura escavada na rocha que foi, posteriormente, revestida e coberta por lajes de xisto. A sepultura apresentava as seguintes dimensões: comprimento de 165 cm, largura da cabeceira de 50 cm, largura ao meio da sepultura de 55 cm, largura aos pés de 50 cm e profundidade de 40 cm.

O corpo foi colocado em decúbito dorsal e orientado a SW-NE, assumindo-se a cabeça na extremidade SW. Foi detectado um fragmento de metal (possível resto de pingente).

Na sepultura 6 o estado de preservação dos ossos é muito deficiente, as epífises desapareceram completamente, as diáfises estão muito fragmentadas e quebradiças e o perióstio destes ossos padeceu significativas alterações diagénicas provocadas pela libertação de secreções pelas raízes e pelas condições químicas do solo. Estas situações condicionaram o exame macroscópico realizado. Os dentes estão melhor preservados, proporcionando uma melhor informação.

No que concerne aos informes biológicos básicos – sexo e idade à morte – apenas foi possível estimar a idade à morte. Esta foi determinada a partir da observação do desenvolvimento dentário, adotando-se a metodologia desenvolvida por Ubelaker (1989). Esta criança teria cerca de 8-10 anos.

No exame das paleopatologias apenas se atendeu à patologia oral, porque os ossos estão demasiado danificados para se proceder a estas observações. Assim, não se identificaram cáries e deposições tartáreas. Quanto ao desgaste das superfícies oclusais dos dentes apenas se verifica ligeira abrasão no 1.º molar inferior permanente direito. Procuraram-se, ainda, possíveis situações de desequilíbrio fisiológico manifestadas nos dentes na forma de hipoplasias lineares do esmalte dentário, concluindo-se a inexistência destas situações.

Na sepultura 7, o indivíduo exumado exhibe os seus ossos e dentes fracamente preservados, sobretudo no caso dos primeiros.

Seguidamente procurou-se determinar a idade à morte desta criança. Para tal considerou-se o desenvolvimento dentário, verificando-se que este não-adulto teria cerca de 5-7 anos.

No campo patológico analisou-se a patologia oral, visto que a degradação dos ossos não possibilitou esta análise. Concluiu-se que esta criança não tem cáries e que o desgaste dentário é inexistente. Os indicadores de stress fisiológico foram igualmente determinados, não se identificando hipoplasias lineares do esmalte dentário.

Resultados preliminares

Na campanha de 2004 foi escavada e definida a sepultura 3, constatando-se que foi praticamente toda destruída. Não foram recolhidos quaisquer objectos ou ossos no interior desta sepultura.

O alargamento da área em diversas direcções apenas revelou eventuais vestígios de sepulturas no sector C, área que será intervencionada em 2005. Nas outras áreas escavadas não foram detectadas estruturas, logo abaixo do depósito de terra superficial U.E. 01 = U.E. 16 foi definida a rocha base U.E. 02 = U.E. 18. No sector B foram recolhidos alguns materiais inorgânicos: metal, cerâmica comum, material de construção (telha de canudo) e faiança, mas completamente descontextualizados.

Enquadramento histórico medieval

O carácter senhorial e autonomista de toda a região Bragantina que se estendia a Leste até à área Leonesa, limitando-se na parte meridional pelo Alto Douro (região de características diferentes), marcaram transversalmente toda a nossa primeira dinastia. O centro espiritual das suas terras situava-se no Mosteiro de Castro de Avelãs, cuja igreja contrasta fortemente com as Igrejas Românicas Portuguesas.

No século XII aparecem famílias notáveis entre outras, os de Albuquerque, de Chacim, de Portocarrero, de Vasconcelos, de Bornes e os Braganças, (Matoso; 1995:187) estes, bem podiam comparar-se em riqueza, prestígio e força militar, a alguns senhores típicos da França ou da Alemanha. (Marques; 1995:82).

O sistema senhorial de transmissão da propriedade, de alianças e de apropriação dos poderes públicos, mostrou-se eficaz e com enorme capacidade de expansão, crescendo que vai de 1096 até à guerra civil de 1245. Como afirma José Matoso, o Norte já estava saturado de Nobres.

A terra e a Igreja eram dos cavaleiros e de outros homens que não pagavam ao Monarca (inquirições 1358/1359) (Matoso; 1995:186), Também esta terra era de transição entre a zona senhorial, cujo âmagio estava para lá do Marão e a zona das velhas e resistentes comunidades que em Trás-os-Montes se mantiveram até durante a primeira metade do século XIII, implantando-se aqui uma estrutura social dominada por privilegiados. Até que ponto esta aparente autonomia política, na região transmontana, teria influenciado os actos e costumes da ritualização da morte, comparativamente a outros análogos em zonas mais meridionais do País.

Os alinhamentos SW-NE das sepulturas mostram-nos, até ao momento, uma outra circunstância curiosa. Assim, temos um alinhamento perfeito de 7 sepulturas de adultos (1, 2, 3, 4, 5, 8,e 9) e destacadamente (outro alinhamento) duas outras sepulturas (6 e 7) de crianças (5/7 anos) e (8/10 anos), parecendo este alinhamento não ter continuidade.

Pela análise da deposição dos corpos verificou-se que os corpos foram inumados invariavelmente, na posição SW/NE, estando a cabeça assente em SW. Aliás pela direcção/variação da abertura das valas sepulcrais notamos uma sistemática preocupação com este alinhamento como poderemos verificar pelo quadro seguinte:

Assim temos a média de 70,4° SW/NE para o somatório das 7 sepulturas de adulto, sendo que a orientação da sepultura 9 ainda é provisória visto não estar escavada na totalidade, contra os 75,6° SW/NE das duas sepulturas de criança, portanto existe uma diferença de pouco mais de 5 graus entre os dois alinhamentos.

Os buracos de poste:

- Foram detectados 4 buracos de poste simetricamente alinhados a SW/NE da cabeceira da sepultura 5; isto é: no alinhamento da referida sepultura.
- Tratar-se-ia de uma estrutura perecível (pensamos em madeira) provavelmente sustentáculo para o corpo a depositar. Será, neste momento, pura especulação atribuir-se esta provável estrutura a um qualquer ritual funerário ou simplesmente para receptáculo (à chegada ao local) do corpo. Dúvida que, provavelmente com a continuação dos trabalhos poderemos dissipar.

Inventário do espólio osteológico humano encontrado na Necrópole do Sobreirinho

Sepultura 6

- Fragmentos de osso coxal esquerdo (?)
- Fragmentos/esquírolas de osso longo
- Fragmentos/esquírolas de osso longo
- Dois pré-molares superiores
- Fragmentos de pré-molar
- 1.º Molar inferior permanente direito
- Fragmento de 1.º molar superior permanente direito
- 2.º Molar inferior permanente direito

- 2.º Molar superior permanente esquerdo
- Fragmento de 2.º molar superior permanente direito
- Fragmento de coroa dentária

Sepultura 7

- Fragmentos/esquírolas de osso longo (úmero direito?)
- Fragmentos/esquírolas de osso longo (tíbia direita?)
- Fragmentos/esquírolas de osso longo (tíbia esquerda?)
- Canino superior esquerdo permanente
- Canino inferior direito permanente
- 1.º Pré-molar superior direito
- 2.º Pré-molar inferior direito
- 2.º Pré-molar superior direito
- 1.º Molar superior direito permanente
- 1.º Molar inferior esquerdo permanente
- 2.º Molar inferior direito permanente
- Fragmento de 2.º molar superior direito permanente
- Fragmento de coroa de dente molar

Antropologia Funerária: caracterização dos enterramentos

Sepultura 6

Foram exumados da sepultura 6 alguns ossos e dentes fracamente preservados. O indivíduo foi depositado numa sepultura escavada na rocha que foi, posteriormente, revestida e coberta por lajes de xisto. A sepultura apresentava as seguintes dimensões: comprimento de 145 cm, largura da cabeceira de 35 cm, largura ao meio da sepultura de 35 cm, largura aos pés de 25 cm e profundidade de 30 cm. Ou seja, dimensões compatíveis com as proporções corporais de uma criança.

O corpo foi colocado em decúbito dorsal e orientado a SW-NE, considerando-se a cabeça na extremidade SW.

Sepultura 7

Foram exumados da sepultura 7 alguns ossos e dentes fracamente preservados. O indivíduo foi colocado numa sepultura escavada na rocha que foi, posteriormente, revestida e coberta por lajes de xisto. A sepultura apresentava as seguintes dimensões: comprimento de 165 cm, largura da cabeceira de 50 cm, largura ao meio da sepultura de 55 cm, largura aos pés de 50 cm e profundidade de 40 cm.

O corpo foi colocado em decúbito dorsal e orientado a SW-NE, assumindo-se a cabeça na extremidade SW. Foi detectado um fragmento de metal (possível resto de pingente).

Antropobiologia

Sepultura 6

O estado de preservação dos ossos é muito deficiente, as epífises desapareceram completamente, as diáfises estão muito fragmentadas e quebradiças e o perióstio destes ossos padeceu significativas alterações diagénicas provocadas pela libertação de secreções pelas raízes e pelas condições químicas do solo. Estas situações condicionaram o exame macroscópico realizado. Os dentes estão melhor preservados, proporcionando uma melhor informação.

No que concerne aos informes biológicos básicos – sexo e idade à morte – apenas foi possível estimar a idade à morte. Esta foi determinada a partir da observação do desenvolvimento dentário, adoptando-se a metodologia desenvolvida por Ubelaker (1989). Esta criança teria cerca de 8-10 anos.

No exame das paleopatologias apenas se atendeu à patologia oral, porque os ossos estão demasiado danificados para se proceder a estas observações. Assim, não se identificaram cáries e deposições tartáreas. Quanto ao desgaste das superfícies oclusais dos dentes apenas se verifica ligeira abrasão no 1.º molar inferior permanente direito. Procuraram-se, ainda, possíveis situações de desequilíbrio fisiológico manifestadas nos dentes na forma de hipoplasias lineares do esmalte dentário, concluindo-se a inexistência destas situações.

Sepultura 7

O indivíduo exumado da sepultura 7 exhibe os seus ossos e dentes fracamente preservados, sobretudo no caso dos primeiros.

Seguidamente procurou-se determinar a idade à morte desta criança. Para tal considerou-se o desenvolvimento dentário, verificando-se que este não-adulto teria cerca de 5-7 anos.

No campo patológico analisou-se a patologia oral, visto que a degradação dos ossos não possibilitou esta análise. Concluiu-se que esta criança não tem cáries e que o desgaste dentário é inexistente. Os indicadores de stress fisiológico foram igualmente determinados, não se identificando hipoplasias lineares do esmalte dentário.

Conclusões possíveis

A campanha de escavação arqueológica efectuada em 2006 na Necrópole do Sobreirinho, veio em definitivo colocar de lado a hipótese, inicialmente pensada, de se tratar de um local onde se teria verificado uma inumação ocasional (de um núcleo familiar).

A detecção de mais seis sepulturas, (4, 5, 6, 7, 8 e parcialmente a 9) nesta campanha, adossadas às outras três (1, 2 e 3) descobertas na campanha de 2003, isso comprova.

Esta razão veio potenciar o interesse em se continuar as intervenções neste arqueossítios. De facto ainda não temos respostas para muitas e básicas questões: Qual a dimensão da necrópole? Qual a cronologia da necrópole? Onde se encontra o povoado? Onde se encontram a (s) unidade (s) religiosa (s) de apoio à necrópole? Que ritualização funerária era utilizada? O porquê do método construtivo das sepulturas ser tão elaborado? Etc.

Infelizmente a precariedade dos restos osteológicos encontrados nas sepulturas 2, 6 e 7 não permitiu material para datação em sede de radiocarbono, por outro lado nos artefactos encontrados não encontramos nenhum fóssil director indicativo de cronologia absoluta. As duas moedas encontradas, uma na campanha de 2003 na sepultura 2 trata-se de um “dinheiro-bolhão”, de Afonso III (1248-1279). A segunda encontrada na campanha de 2006 (sepultura 5) trata-se de uma meia moeda, em ouro, do reinado dos reis visigodos Egica/Vitiza, (Vitiza era filho de Egica, conde da Galécia) a afinação da sua cronologia anda entre os anos de 700/702, pois foram os anos em que reinaram em conjunto. Local de Cinhagem: Gerunda/Barcelona e pode-se ler no anverso: INDNMEGICAXREGI – dois bustos afrontados com cruz entre ambos e no reverso: WITTIAREX REGIS.

O aparecimento na campanha de 2006 desta moeda, veio colocar ainda mais problemas sob o aspecto de atribuição cronológica à necrópole do Sobreirinho. Sabe-se que o aparecimento de numismas, mesmo em contexto, como é o caso, nada mais nos refere que mero indício, sem absolutividade cronológica. Acrescida com a décalage existente entre as moedas; máximo, 700-1279 = 579 anos ou, mínimo 702-1248 = 546 anos), períodos temporais impossíveis de se poder equacionar um provável entesouramento.

Por outro lado a implantação da necrópole parece-nos coeva. Não encontramos métodos construtivos distintos que pudessem abarcar alguma diferença temporal. Aliás, esta décalage temporal de 6 séculos é, para o espaço rural de Macedo de Cavaleiros, como para o restante espaço rural peninsular em termos arqueológicos um período nebuloso, isto é, o que se teria passado entre a queda do império romano e o início da nacionalidade no respeitante ao povoamento rural? Segundo Vígil-Escalera, 2000; afirma; em algumas regiões parece atestar-se a generalização de novas formas de construir a partir do século V/VI que não passam necessariamente pelo uso da telha, tijolo, argamassa e pedra – veja-se o caso das cabanas de época visigoda, mas Queirós-Castillo adianta-nos que as casas são construídas em madeira e, sobretudo, o colmo a giesta passa a constituir a sua cobertura. A densidade de vestígios à superfície diminui significativamente. – Trata-se de materiais construtivos que não deixam vestígios. Se a estas questões juntarmos que, com a queda do Império romano, notou-se uma dramática redução do repertório cerâmico, ao desaparecimento quase por completo dos materiais importados, à dificuldade em identificar materiais-tipo, então neste quadro vai residir uma grande dificuldade na deteção de sítios arqueológicos dentro destes limites cronológicos, como também, a obtenção de elementos de datação.

Na viagem que o barão da bohemia, Leão de Rosmithal de Blatna fez por Espanha e Portugal séc. XV descreve assim a região de Traz-os-Montes; *É coberta de chavascaes e onçada de feras, algumas das quais, vista a sua descrição, existiam apenas na imaginação do viajante: largamente espaçadas se destacavam raras culturas e arvoredos de castanheiros, figueiras e amendoeiras.*

Ainda no século XV, portanto já distante do início da Nacionalidade, em “Viajes de extranjeros por España e Portugal”. Nicolas de Popielovo retrata-nos o tipo de construção das habitações existentes no reino, desta forma: Uma grande parte das habitações do paiz, e até de Lisboa, eram construções de adobes “Os cristãos de Lisboa e de Portugal assim como os da galliza empregam segundo o estylo dos infieis, muito barro nas suas edificações. A construção de taipa – quer dizer, de barro amassado e seixo entre tabuados, persistiam.

Sobre a Maqueta em exposição

A maqueta sobre a necrópole medieval do Sobreirinho, representa uma cópia fiel (escala 1:1) da sepultura n.º 6 escavada pelos técnicos da Associação Terras Quentes. Ela dá-nos uma imagem fiel do método construtivo; era aberta uma caixa no substrato geológico, xisto relativamente mole, depois, era forrada, na base, laterais, cabeceira, pés e tampa, com uma outra qualidade de xisto “grauvaque”, muito mais rijo mas que não existia no local; Os veios mais próximos que encontrámos encontram-se a cerca de 4 km do local de deposição dos corpos.

Nesta sepultura, para além de restos osteológicos humanos, também foi exumada uma meia-moeda visigoda, cunhada em Gerunda, perto de Barcelona, no reinado dos reis Egica/Vitiza entre o ano de 700 e o ano de 702 d.C.



Sepultura do Sobreirinho

MATERIAIS EM EXPOSIÇÃO

150

Designação: Dinheiro – Bolhão
– Afonso III. “O Bolonhês”
(1248-1279)

Proveniência: Necrópole
Sobreirinho – sepultura 7

Anverso: ALFONSVS REX

Reverso: PO RT VG AL

Diâmetro: 17 mm

Peso: 0,55 g

Cronologia: Medieval



170

Designação: “Triente”? – Flávio
Egípcia (687/702) /Vitiza (700/710)

Proveniência: Necrópole

Sobreirinho – sepultura 6

Anverso: INDNMEGICAXREGI – dois
bustos afrontados com cruz entre
ambos

Reverso: WITTIAREX REGIS

Local de cunhagem: Gerunda

(Gerona) /Barcelona

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Ano 700/702



171

Designação: Anel em bronze

Proveniência: Necrópole

Sobreirinho – sepultura 4

Matéria-prima: Bronze

Cronologia: Período Romano



Outros sítios arqueológicos intervencionados pela Associação Terras Quentes e não expostos

Prado de Cavaleiros – Freguesia de Macedo de Cavaleiros



Ficha Técnica

Arqueólogos responsáveis:
Carlos Mendes e Liliana Pereira.

Intervenção:
Acompanhamento de obra de renovação do saneamento básico no Prado de Cavaleiros, 2007.



Aspecto das obras de saneamento básico em Prado de Cavaleiros

Em meados de Abril do ano de 2007, foi a nossa Associação alertada, por um vereador camarário, para a realização de trabalhos de reposição de saneamento básico e reposição do pavimento em todas as artérias do Prado de Cavaleiros, provavelmente a zona urbana mais antiga de Macedo de Cavaleiros, obras promovidas pela autarquia.



Entendeu a Associação Terras Quentes proceder à fiscalização arqueológica da obra, enviando para o terreno, a Dra. Liliana Alfredo Pereira, licenciada em Arqueologia e História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, coordenada pelo Dr. Carlos Mendes.

Por outro lado, entendemos, que os trabalhos que decorrem no Prado de Cavaleiros, pelas evidências mostradas até ao momento, e pelos registos históricos emergentes, representam um momento único para se entender a estrutura urbana e o “modus vivendi” medieval dos habitantes locais, determinantes para o conhecimento dessa época cronológica para a história da cidade de Macedo de Cavaleiros e da sua figura impar que é Martim Gonçalves de Macedo.

Durante o acompanhamento dos trabalhos não foi possível detectar quaisquer estruturas que se pudessem associar à época medieval, recolheu-se contudo grande quantidade de cerâmica alguma com temática indicativa desse período cronológico.

Fornos da Cal de Vale da Porca e Salselas



Ficha Técnica

Arqueólogos responsáveis:
Carlos Mendes e António Cravo.



Forno de 1.ª geração de cal de Vale da Porca

Vale da Porca e Salselas possuem ainda hoje, em bom estado de conservação, cinco fornos de cozedura de calcário, quatro na freguesia de Vale da Porca e um na freguesia de Salselas, Sendo que quatro fornos são de 1.ª geração (de cozedura permanente, de uma só fornada de lenha) e um situado em Vale da Porca é de segunda geração (de cozedura contínua, que pode ir sendo alimentado com lenha).

A história do fabrico da cal nestes locais:

Os Fornos Tradicionais da Cal

Para se fabricar a cal, primeiro teria que haver fornos construídos, para esse efeito, evidentemente. Contudo, havia casos em que o calcário era cozido “em medas”, como recursos locais.

Quanto aos fornos tradicionais da cal, em Salselas, eram encravados nos barrancos dos terrenos que ficavam à beira dos caminhos públicos, a fim de se obterem diversas vantagens técnicas oferecidas, pela própria terra que envolvia a sua estrutura e as vantagens comerciais, no caso de Salselas. O encravamento destes fornos naqueles barrancos e o que resta ainda do único exemplar, leva-nos a imaginar que eles poderiam ter pertencido ao tipo dos fornos “permanentes ou contínuos”, onde o combustível comunica directamente com a pedra calcária, e a terra incorporava bem as paredes e suportava melhor as altas temperaturas. Supomos também que a parte frontal dos fornos Salselenses era reforçada e protegida com uma dupla parede linear, na parte exterior (como se observa ainda hoje nalguns fornos vizinhos de Vale da Porca) dando abertura a um pequeno espaço reentrante e à “câmara de ventilação”, situada a nível do solo.

Por cima desta câmara viria um pavimento de Laje com alguns buracos, dando-nos a ideia de uma grelha tosca servindo de base à “câmara de calcinação”, donde partiria a própria forma troncocónica a que já fizemos referência. Ainda no início desta câmara haveria uma abertura para o exterior, geminada com a câmara de ventilação que tomava o nome de “boca de descarga”. Lá dentro, aquela forma troncocónica continuava a subir no sentido vertical até à abertura superior, mais ou menos ao nível da terra do barranco, com a designação de “boca de carga” ou “goela”. Era por aqui que entrava o combustível e o calcário, para cada fornada. Esta goela servia também para a respiração do fogo e dos gases provenientes da cozedura do calcário.

Assim, a altura máxima deste forno é aproximadamente de três metros; o diâmetro do bojo mede cerca de um metro e sessenta centímetros; o diâmetro da grelha tosca a ter existido, tem um diâmetro perto de um metro; e o da goela anda à volta do mesmo comprimento

A Exploração da Pedra da Cal

Salselas explorou a pedra da cal em dois grandes afloramentos situados no lugar designado “Prado da Cal” um topónimo que comunica com o termo de Vale da Porca. Hoje, ainda são visíveis, ficando um, do lado esquerdo da antiga linha de caminho-de-ferro do Tua/Bragança e o outro, do lado direito, um pouco mais abaixo, na direcção da estação do Azibo.

Na vizinha aldeia de Vale da Porca, chegaram a explorar-se também cinco grandes afloramentos no lugar da Carba, topónimo próximo daquele de Salselas: três afloramentos eram simples, isto é, só com uma abertura de exploração; e dois eram complexos, formados por diversas aberturas, muito próximas umas das outras e que serviam para alimentar os cinco fornos que tiveram uma grande actividade até aos anos sessenta do século passado, época em que cessaram definitivamente, como também já fizemos referência.

Por informação oral de um antigo trabalhador dos fornos (Daniel Rodrigues), dizia-nos ele; Primeiro, tinham que arrancar a “pedra da cal” que chamavam ao calcário, naquelas pedreiras da Carba, abertas e exploradas à luz do dia. Quando a pedra da cal não se conseguia arrancar, por meio das alavancas ou “ferros” através dos “ventos” ou fendas da rocha, empregavam então os pistolos e as marrazas, pela acção combinada do trabalho de dois operários: um sentado no chão segurava o pistolo com as duas mãos, rodando-o de vez em quando, e o outro de pé ia batendo-lhe com uma marra. Assim, pouco a pouco abriam paulatinamente os furos na rocha, em lugares previamente seleccionados, pelos operários mais conhecedores daqueles afloramentos, até atingirem dois a três palmos de profundidade. Seguindo a técnica habitual, dizia-nos ainda Daniel Rodrigues, que o furo era depois limpo com um farrapo preso na ponta de um pau e a seguir enchiam-no de pólvora acompanhada por um rastilho no interior. Depois cobriam aquela pólvora com terra arenosa e calcavam-na, com um atacador de madeira. Entretanto, todos os trabalhadores fugiam e escondiam-se, em lugares considerados mais seguros, ficando ainda um homem, perto do furo para acender o rastilho. Este deveria ter um tamanho suficiente, para que o acendedor tivesse tempo de poder fugir e esconder-se num lugar já escolhido previamente, de forma a não ser atingido pelos estilhaços da explosão, evitando algum acidente. Porém, numa daquelas pedreiras de Vale da Porca, o Salselense Francisco Valente, não conseguiu evitar que uma explosão o atingisse e que o vitimasse até à morte, num dia da década trinta do século XX.

Preparação do Calcário entre a pedreira e os fornos

Continuando a ouvir Daniel Rodrigues, numa dada altura, informou-nos também que aquela pedra de cor branca-azulada, arrancada pela força da pólvora ou simplesmente pelo jeito da alavanca num primeiro tempo, ficava em “pedregulhos”. A seguir eram partidos no próprio lugar de afloramento, em pedaços mais pequenos, com marras mais pesadas, de forma que se pudessem carregar nos carros de bois, apenas pela força dos braços dos homens, fazendo-os subir por pequenas pranchas de madeiras para o interior do carro e transportarem-se para junto dos fornos já mais perto da aldeia, destinados a cozerem aquele calcário. Contudo, antes de entrar no forno, era ainda “picado” com um martelo especial mais pequeno que um marrote dando-lhe um tamanho mais ou menos regular a todos os pedaços da pedra de cal, semelhantes às pedras das britas das antigas estradas de “macadame” ou de alguns passeios que ainda existem hoje nas cidades. Seguidamente calculavam a quantidade necessária daquelas pedras, para encherem um forno, por meio de um rasão colocadas alternadamente, com o combustível proveniente dos rizes das urzes chamadas vulgarmente torgas, passando depois à fase da cozedura.

A cozedura do calcário

Para se cozer o calcário com o tipo de combustível proveniente das urzes (entre outros combustíveis que se usavam também nos fornos de certas zonas do nosso País, como por exemplo, a “rama do pinheiro” nos fornos que existiram na área de Lisboa) começava-se, primeiramente, a pôr uma camada de ramos das urzes para melhor pegar o fogo, misturados com algumas torgas, e com mais de um palmo de espessura, em cima da grelha, o caso destes fornos contínuos.

Seguia-se depois com uma camada daquela brita de calcário preparada já perto do forno, mas um pouco menos espessa que a da lenha. A partir desta primeira camada de pedra, vinha uma segunda camada de lenha, agora somente composta por torgas, para depois se seguir outra camada de pedra, daquela substância. Assim, o forno ia enchendo-se, com uma camada de lenha por baixo e com uma camada de pedra por cima, sucessivamente, no sentido da parte inferior para a parte superior, por meio do “arranjo” contínuo dum trabalhador. Este começava por descer no interior do forno, normalmente por meio de uma escada e com as mãos “compunha” a lenha e com uma alfaia apropriada ia acamando as pedras umas nas outras, alternadamente, até as várias camadas o encherem. Contudo, o homem encarregado desta tarefa ia deixando uma fenda até metade da altura do forno, entre as pedras da camada que compunha e a parede troncocónica, a fim de melhorar facilitar a ascensão do fogo.

Tanto o número das camadas da lenha como o das camadas das pedras variavam de forno para forno de acordo com as suas capacidades. Alguns daqueles fornos tradicionais tinham somente a capacidade de engolir “17 camadas de lenha e pedra” segundo o trabalhador Manuel Telmo de Vale da Porca.

Depois de o forno estar entulhado daquelas substâncias, tapava-se a boca da descarga com uma ou duas lajes e de seguida “atçava-se-lhe o fogo” pela câmara de ventilação, com um fósforo ou um tição, nos ramos das urzes da primeira camada embutidas nos “ouvidos” ou orifícios da “bes” da câmara de calcinação.

Num tempo contínuo cada cozedura durava um dia, uma noite e outro dia ou três dias e três noites; ou mais tempo ainda, conforme as dimensões de cada forno, atingindo no geral, uma média de temperatura desde os 800 a 1.000 graus.

À medida que as diversas camadas das torgas iam ardendo, as camadas das pedras iam abatendo-se e os trabalhadores continuavam a deitar por cima da fornada, novas camadas iguais de lenha e de pedra alternadamente, até que o conjunto não cedesse mais na descida, transformando-se depois num conteúdo homogéneo, desde a grelha até à boca superior. A operação da cozedura “só terminava quando o material deixava de abater” ainda, segundo a informação de Manuel Telmo.

Voltando às informações de Daniel Rodrigues, cada fornada dos fornos mais pequenos “levava três dias para arrefecer. Depois deste arrefecimento “a cal era retirada pela boca de descarga” após ter sido destapada. Assim, se chegava à calcinação da pedra de cal duma fornada, vinda daqueles afloramentos naturais de céu aberto, entrando na fase de “óxido de cálcio (cal) ”.

As pedras do calcário não diminuían de volume, após terem passado ao estágio de óxido de cálcio, mas tornavam-se menos pesadas. Contudo, cada fornada, nos fornos tradicionais mais pequenos de Vale da Porca, por exemplo, atingia uma quantidade, cerca de oito toneladas. Pensamos que os de Salselas não chegariam a esta quantidade, em virtude de termos comparado as dimensões do nosso de Vale de Burgo, com o mais pequeno daquela aldeia, propriedade de Olímpio Calvão, já falecido. Apesar de calcularmos ser o mais daquele grupo, pareceu-nos, no entanto, ser maior que o de Salselas. Mas, continuando a descrever a cozedura do calcário, ao retirar o óxido de cálcio pela abertura inferior dos fornos ou boca de descarga, era depois recolhido imediatamente em lugares seguros e protegidos, de forma que ele não se alterasse quimicamente, em contacto com a humidade atmosférica, durante muito tempo. Nalguns casos já havia depósitos preparados e ligados aos próprios fornos, onde era recolhida, imediatamente quase a fornada inteira, fechando-se as portas, para que as pedras cozidas não se desfizessem até à sua comercialização. Temos um caso deste ainda bem visível, ao lado do forno maior daquele grupo de Vale da Porca.

Depois de ter sido desenfundado todo o óxido de cálcio, deixava-se arrefecer o forno, até poder receber uma nova fornada, repetindo-se sempre as mesmas técnicas, para a cozedura do cálcio seguinte.

As categorias de Cal

Sem querermos aprofundar este assunto, desejamos contudo informar sobre algumas apelações que toma a cal, durante as diversas transformações por que passa a pedra de cal, calcário ou carbonato de cal, depois de ter sofrido a acção do calor nos fornos apropriados para o efeito.

Então, após o calcário ter sido cozido, arrefecido e desenformado, entra num novo estado que toma o nome que já apontámos, de “óxido de cálcio” (CaO), dado pelos cientistas que ainda o designam por cal viva, cal anidra e cal cáustica, segundo as diversas composições naturais da sua matéria-prima. Naquele estado, o óxido de cálcio define-se ainda como sendo uma “substância amorfa, branca de densidade 3,3 de ebulição $2850\text{ }^{\circ}\text{C}$ e ponto de fusão de $2750\text{ }^{\circ}\text{C}$ ” (E.V.-Vol-5.pp750/751). Observa-se que reage também, rapidamente com a água, desenvolvendo-se aquela temperatura e que pouco a pouco vai entrando noutro estado chamado “cal apagada”, na forma de um pó branco e solto, se a água for apenas suficiente para a hidratação. Agora, a cal apagada ou hidratada recebe também nos laboratórios, a designação de “hidróxido de cálcio – $\text{Ca}(\text{OH})_2$ ”.

A solução de hidróxido de cálcio constitui aquilo que se chama água de cal e a sua suspensão aquosa é designada ainda por “leite de cal” (*Idem*).

A Aplicação da cal

Partindo da designação genérica de cal, este produto químico e tradicional tinha diversas aplicações.

Primeiramente, a cal viva (óxido de cal) misturava-se com a água, num recipiente previamente escolhido e preparado para aquele efeito, transformando-se numa tinta branca que tomava depois o nome vulgar de leite de cal e que homens chamados antigamente “trolhas” o aplicavam na caição das paredes de habitação, de capelas, de igrejas e de outros tipos de arquitectura, com pincéis e brochas.

Da cal viva resultava ainda outro subproduto designado, vulgarmente e consoante as povoações, por caliço, caliça ou argamassa.

Este tipo de cal era constituído por vários resíduos resultantes da calcinação do primeiro calcário, nos fornos e outros pequenos fragmentos que iam surgindo na manipulação da cal viva ou outros que voluntariamente se preparavam para aquele efeito. Depois estes pequenos fragmentos eram misturados com areia em proporções convenientes e juntando-se-lhe água devidamente calculada, transformavam-se numa massa que, na construção das paredes colava as pedras umas nas outras, à medida que se ia dando forma às plantas da arquitectura, ora mentais ora desenhadas.

Depois das alvenarias estarem terminadas o caliço, como se designava aquela massa em Salselas, servia também para “rebocar” as mesmas paredes e dar-lhes melhor segurança e perfeição, mas nunca atingiam a beleza criada pela própria cal, numa última fase se os proprietários tivessem meios e gosto para que as suas casas fossem caiadas. Socialmente umas ficavam só na fase da “pedra vã” outras na fase da “pedra molhada”, e um menor número recebiam o caliço com leite de cal, com uma demão ou duas, ficando as construções alvinhas como a neve.

As outras aplicações do óxido de cálcio destinavam-se à agricultura, no tratamento das vinhas; ao tratamento de certos males no ser humano; e à cura de certas doenças nos animais.

Conclusão

A confirmação do que acabamos de enumerar vem implicitamente na informação que nos transmitiu o Abade de Baçal, dizendo que Salselas, já em 1714, fornecera cal e o seu transporte, para a recuperação ou reparação do castelo de Chaves, ficando por isso os Salselenses isentos do pagamento de impostos (documento de 29/11/1714, assinado pelo Conde de Alvor, governador das Armas da Província de Trás-os-Montes).

Forno do Pradinho



Ficha Técnica

Arqueólogos responsáveis:

Carlos Mendes e António Cravo.



Vista frontal do Forno de telha do Pradinho-Salselas

O forno de cozedura de telha do Pradinho, em laboração plena ainda há cerca de 50 anos, servia de complemento económico sazonal às famílias mais débil da aldeia de Salselas. António Cravo, Sociólogo e poeta, fez parte da 3.ª geração (e última) da sua família que durante anos laborou nesta actividade. Por sua sugestão, decidiu-se integrar a recuperação deste forno, nos trabalhos do projecto “Terras Quentes”, e com a sua ajuda “fundamental” e com arregimentação de populares locais procedeu-se ao desentulhe limpeza, consolidação e salvaguarda deste forno, que dista cerca de 100 m de um outro forno de cozedura cerâmica mas de período romano também intervencionado no projecto terras quentes. António Cravo contribui de forma decisiva neste artigo fazendo um relato com extremo rigor e meticulosidade sobre todas as etapas do fabrico da telha, salvando-se informação de verdadeiro valor etnográfico.

Não fazendo parte do planeamento geral a que está sujeito o Projecto Terras Quentes, por solicitação do Dr. António Cravo, mentor e responsável do Museu Rural de Salselas, decidiu o responsável pelo projecto Dr. Carlos Mendes, entre 18 e 22 de Agosto de 2003, proceder ao desentulhe e limpeza do forno de fabrico de telha, denominado “Forno do Pradinho”. Contando com a arregimentação de pessoal local e a determinante colaboração do Dr. António Cravo.

Localização

O forno de fabrico de telha do Pradinho situa-se no lugar do Pradinho, na freguesia de Salselas e pertence ao domínio público. A cerca de 500m na saída Norte de Salselas para Valdrez pelo caminho público de terra batida e sobranceiro à ribeira de Salselas. As suas coordenadas UTM são 4602620 N e 2965435 W, correspondendo a uma Longitude W (Greenwich) 6°51' 59" e a uma Latitude N de 41°34' 23" na folha 64 da Carta Militar de Portugal escala 1:25.000, estando a uma altitude de 590 m.

História do fabrico da telha (em Salselas)

Solicitámos ao Dr. António Cravo, que colaborasse na feitura de um registo escrito, de alguém que tivesse participado nas várias fases do fabrico da telha. Assim o fez. Trata-se de um registo na primeira pessoa, com alto valor etnográfico e sociológico que passamos a reproduzir.

- “A telha em Salselas era fabricada pelos pobres, no lugar do Pradinho. Aqui haviam campos baldios, concelhios ou públicos como normalmente se designavam.

Os terrenos tinham o tipo dum prado a que lhe chamávamos “eiras” em comparação com as eiras onde se debulhava o trigo.

O Pradinho constituía a ponta final, próximo da aldeia de Salselas, do grande Baldio do fim do século XIX, designado depois pelos “Quinhões”, por onde corre a ribeira de Salselas.

O Pradinho ainda era composto pelos “Poços”, antes das eiras, no sentido de quem vem de Valdreiz. Era ali que se arrancava o barro, a matéria-prima da telha “vermelho e azul”.

Ainda nas eiras, haviam diversos lugares, chamados barreiros. Eram assim designados, por ser ali, naquelas concavidades, que se amassava o barro, depois de ser arrancado naqueles poços.

Eram precisos dois dias a um homem, para arrancar o barro necessário, para uma fornada de telha.

Depois de ser arrancado o suficiente, era levado para o barreiro, num carro de bois, numa distância aproximadamente de 200 metros, entre os poços e os barreiros.

O telheiro era pobre, por isso não tinha bois. Então contratava um lavrador para uma fornada ou mais de telha e neste contrato, que era verbal, o lavrador comprometia-se em apanhar o barro; amassá-lo com os bois ou vacas apenas jungidos, durante um dia e apanhar com o carro a lenha necessária para cozer cada fornada de telha. O telheiro em troca, dava-lhe, por exemplo em 1945, “quatrocentas” telhas em cada fornada, se lhe vendesse também a lenha. Esta custava isoladamente naquela data 200 telhas.

Ainda na fase do barro, o lavrador levava, quase sempre, à tarde do dia combinado, 8 a 9 carros do barro arrancado nos poços, para o barreiro. Este era de forma circular, com um diâmetro mais ou menos de quatro metros e uma profundidade de 20 a 40 cm, onde com enxadas se espalhava o barro lançado regularmente para aquela superfície.

Depois faziam-se poças em linha, por todo o barro espalhado, numa espessura perto de 30 cm. Essas poças eram cheias de água, entrando-se na fase de se “aguar” o barro. Essa água vinha da ribeira que passava a 50-100 metros de distância, transportada em cântaros, remeas, caldeiros ou caldeiras, por todos os membros de cada família, desde a criançada, passando pelos adultos activos até aos velhos, a declinarem-lhe as forças. O familiar mais forte saltava dentro do barreiro, em camisa e cuecas e com uma enxada larga ia revolvendo todo o barro no sentido de baixo para cima, segundo a inclinação da água ou do seu melhor aproveitamento.

A tarefa praticava-se sempre ao cair da tarde e durava até ao pôr-do-sol. Assim o barro bem aguado, passava toda a noite a humedecer melhor, até ao nascer-do-sol do dia seguinte, momento em que o lavrador fazia entrar a sua junta, para pisar o barro aguado, passando-se à fase da amassagem com a “cria”.

O barro assim trabalhado, ao longo de um dia quente de Verão, até por volta das 18h00, tomava o “ponto” ou o seu estado natural de “liga”, massa homogénea, mole, soltando-se bem das mãos, sem se pegar aos dedos. Tinha atingido o ponto ideal.

Neste momento a “cria” saía do barreiro e os “gafanhotos” humanos atacavam o barro, a fim de o juntar, criando a forma de um hemisfério ou de uma tigela de boca voltada para baixo, no centro do barreiro, de um metro de altura e dois metros de diâmetro aproximadamente.

Era sempre o homem mais forte ou mais habilidoso que, com uma pá, ia cortando pedaços de barro, com um certo peso, capaz de ser atirado por um adulto para o centro, no sentido circular e contínuo. Atrás dele, mais dois ou três adultos, ou mesmo apenas um, iam lançando aqueles pedaços de barro manuseáveis, para um círculo que pouco a pouco se transformava no tal hemisfério. Lá dentro do círculo, as crianças de 6 ou 7 anos ou mesmo 10, descalças e de calças arregaçadas pisavam os “bolos” de barro que os adultos distribuíam com lances ritmados. A tarefa terminava ao lusco-fusco, cobrindo aquela meia-bola de barro com colmo de centeio e bem regado de água, para que não endurecesse.

Era uma preocupação constante do telheiro, em regar todos os dias aquele colmo. Assim, conservava o barro mole, como ficara naquela tarde.

No dia seguinte, se fosse útil, começava a verdadeira azáfama da telha. Eram os dias da “talha”, isto é da fabricação propriamente dita das telhas.

Os dias da talha necessários para cada “monte” daquele barro, dependiam da força, da idade e do desembaraço do talhador e do pessoal que o auxiliava. Assim, haviam talhadores que o talhavam em dois dias, outros em três dias e os mais cansados pela idade e pelo trabalho, levavam cinco ou seis dias.

Era um trabalho resultante do esforço de crianças, adultos e velhos, conjugado e distribuído, de acordo com as forças físicas de cada um.

Ao lado do barreiro, construía-se a “chavola”. Era uma cova com cerca de 0,80 m de profundidade, 1,30 m de comprimento e 0,60 m de largura.

Tinha que ter as dimensões necessárias, para que duas pessoas pudessem trabalhar lá dentro: o talhador e o boleiro ou boleira. Como fazia muito calor, pois este era a alma da telha até chegar à terracota, tomava as precauções necessárias e uma delas era proteger o barro, até se transformar em telha e expô-la ao sol na “eira”, assim como as pessoas que estavam lá dentro a trabalhar. Por isso a chavola era coberta de grandes ramos de carvalhos cujas folhas se conservavam presas, mesmo depois de secas. Desta forma, semelhante à de uma barraca tosca, se protegia o barro, a incipiente telha e as pessoas dos raios solares do verão quente e continental de Salselas.

Um velhote ou o talhador com a pá cortava regularmente o barro do hemisfério e junto da chavola, lateralmente na retaguarda, depositava-o amontoando-o num pequeno montão. Lá dentro, normalmente uma adolescente, a boleira, entre os 15 e 20 anos, trabalhava, na rectaguarda da chavola, em frente ao pequeno montão de barro. Aquele seu trabalho consistia em calcular por estimativa o barro necessário para a telha. Enrolava-o entre os dedos num tapete de relva ali colocado para o efeito, dando-lhe uma forma oval e regular, depois de se ter certificado, com os dedos bem penetrados no barro de que este não possuía pequenas pedras no interior.

Após esta operação terminada, colocava aquele bolo do lado esquerdo do talhador, sempre num tapete de relva. A boleira podia estar sentada ou de pé, conforme lhe fosse mais conveniente na execução da sua tarefa.

Ao contrário o talhador, teria que realizar o seu trabalho sempre de pé dentro da chavola, na parte da frente, diante do tabuleiro. Esta era uma peça de madeira com as seguintes medidas; 80 a 85 cm de comprimento, por 30 a 40 cm de largura e 10 cm de espessura, colocado em plano inclinado de forma que a parte superior não ultrapassasse o nível da cintura do talhador. Em frente daquele tabuleiro, na parte inferior, estava um recipiente rectangular cheio de água, por vezes era uma caixa de madeira, aproveitada das que se utilizavam na venda das sardinhas.

Naquele caixote de água mergulhava ou boiava o “raseiro” também de madeira em forma oval, com mais ou menos 4 cm de espessura, na parte mais cheia, 10cm de largura e 40 cm de comprimento.

O talhador era protegido por um avental (feito normalmente dum saco velho de linho) dos “espirros” de água e barro misturado, no acto de estender a telha.

Assim, preparado e com uma grade de ferro forjado de 1 cm de espessura, 25 cm da maior largura e 19 cm da menor, e de 49 a 50 cm de comprimento em cima do tabuleiro, dava as dimensões à telha. Este começava então com o bolo preparado pela boleira, colocado como dissemos ao lado esquerdo do talhador e do lado direito, numa poça escavada na terra tirava o pó, para o tabuleiro. Este pó era especial. Era misturado com resíduos de palha e de folhas que se juntavam nas ruas da aldeia, que, de madrugada as mulheres dos telheiros, filhas ou irmãs apanhavam e crivavam, metendo em sacos de linho e que iam depois depositar naquela poça. Este pó servia para que o barro não se colasse ao tabuleiro.

Assim, com a grade no tabuleiro, deitava uma pequena quantidade daquele pó aldeão, espalhado com a mão direita, por toda a superfície que a grade desenhava, depois com a mão esquerda levava o bolo de barro e colocava-o na parte superior da grade, em plano inclinado do tabuleiro, em seguida, com as duas mãos ia estendendo o barro dentro da grade até metade do seu comprimento, cerca de 25 cm, finalmente com o raseiro bem molhado na água do caixote, em frente, batia o barro com habilidade, três ou quatro vezes e com o cuidado de o manter sempre coeso, sobre o tabuleiro e dentro de todo o espaço da grade.

Para que a telha fosse bem molhada, deveria sobrar sempre barro que coubesse no interior da mão, nem mais, porque se tornava difícil de o estender, nem menos porque podiam ficar vazios na grade.

Com esta operação bem equilibrada e o raseiro num movimento contínuo, bem seguro pelas duas mãos e empurrado com força de maneira a não parar no seu percurso e deixar o barro liso, sem buracos e homogêneo, dentro daquela armação de ferro, chegava-se à parte inferior do tabuleiro, com a telha talhada que ainda não era mais que uma folha de barro mole. De seguida, o talhador limpava com os dedos algum barro que porventura tivesse ficado no raseiro, antes de o mergulhar no caixote da água. Limpava também outros pedaços de barro que se teriam escapado, por excesso, do espaço da grade para as margens exteriores no tabuleiro.

Seguro que nada lhe impedia os movimentos que vão seguir-se, o talhador certifica-se com dois “jeitinhos” que dá para um lado e para o outro, com a telha na grade, mas que não ficasse presa ou pegada ao tabuleiro, graças àquele pó especial, coloca com a sua técnica experimentada a telha sobre o dorso dum galapo que uma criança chamada apanhador(a) havia colocado ao longo do tabuleiro, no momento em que o talhador metera o raseiro na água.

Assim, a telha bem distribuída por aquele pedaço de madeira chamado galapo, com cerca de 56cm de comprimento e um cabo na parte superior, fazendo já a forma de arco perfeito, é transportada à cabeça daquela criança até à eira.

O talhador retomou imediatamente a mesma operação para uma nova telha e outra criança lhe colocou o galapo no momento esperado. O talhador assim continuamente, servido de imediato pela boleira para lhe dar o barro e pelo apanhador para lhe tirar a telha executava a mesma operação num dia sol-a-sol, oitocentas, mil e até duas mil vezes, consoante a coragem e a força do talhador.

Seguindo agora o apanhador que numa fabriqueta destas, contavam-se no mínimo de dois e um máximo de 5 rapazinhos ou meninas de 7 a 12 anos, vamos observar que ele recebe na eira um galapo vazio das mãos dum outro rapaz ou rapariga com a idade compreendida entre os 12 e os 20 anos chamado(a) assentador(a), depois entrega-lhe o galapo suportando a telha acomodada na forma que já descrevemos atrás.

O apanhador depois desta troca, regressa com outro galapo vazio para junto do tabuleiro, esperando a sua vez de “encher” de novo o galapo que o acompanhou. Assim se sucedem os apanhadores uns aos outros num vaivém constante, entre cruzamentos e esperas, durante um dia inteiro interrompido apenas por necessidades de alimentação ou fisiológicas, debaixo de um calor abrasador, entre uma saltitada periódica, um assobio ou uma cançoneta popular, até que as estrelas os acompanhem na sua chegada ao povoado.

A tarefa do assentador, melhor remunerada e de mais responsabilidade, consistia em colocar ou assentar as telhas que lhe iam chegando daquela maneira, na relva já queimada pelo sol, dos espaços reservados àquele fim, designados eiras como dissemos. A sua técnica era tanto mais aperfeiçoada quanto mais fosse capaz de estender as telhas na eira, em carreiras ou colunas de 50, 100 ou 200 bem alinhadinhas, separando-as um intervalo perto de 4 cm e as carreiras com cerca de 10 cm, de maneira a caber o pé de uma pessoa entre as telhas das duas carreiras. Aquele aspecto revelava o sentido da esquadria do assentador. Era o belo que ressaltava do seu trabalho. Porém a parte mais importante da sua tarefa, consistia ainda, em assentar a telha no chão, passando-lhe as mãos três ou quatro vezes, em forma de arco, numa espécie de carícia, de maneira que a telha se fixasse por si, no seu estado ainda de barro mole, sem a necessidade do galapo a suportá-la.

Seria um bom assentador aquele que não deixasse “cair” mais do que cinco telhas por dia, isto é, que só este número não aguentasse a forma que tomou com o galapo, quando lho retirou debaixo. Com a força do calor, a telha ainda em meia-cana ia endurecendo. Consoante o dia estivesse muito ou pouco quente, ao fim de meia, uma ou hora e meia, a telha entrava numa fase que era preciso enformá-la, isto é, o enformador, quase sempre adulto, homem ou mulher, seguia o assentador distanciado por aquele tempo, com a “forma”, um utensílio de madeira da família do galapo, mas em arco abatido.

O galapo, a forma e consequentemente a telha tinham duas cabeças de medidas diferentes resultantes das diferenças que já havia na grade. Era a “cabeça grande” voltada sempre para o trabalhador das suas diversas fases e a “cabeça pequena” que ficava no extremo oposto.

O trabalho do enformador era o que requeria melhor espírito artístico. Com a forma alongada a telha deixada pelo galapo tornava-se mais abatida e rente ao solo, numa proporcionalidade previamente concebida.

Este adulto era acompanhado por um caldeiro meado de água e um pedaço de barro ao lado, em cima do bordo do mesmo caldeiro.

Com uma rodela feita de trapos velhos presa a cada joelho, o enformador todo o dia de joelhos, ia enformando uma a uma as telhas espalhadas na eira, antes do assentador começar nova carreira. Depois de ter metido a forma por baixo da telha, certificava-se se alguma “orelha” ou cantos da telha, estavam bem assentes no chão. De seguida, deitava uma mão cheia de água tirada do caldeiro e com a mesma mão direita, alisava melhor a telha contra a forma de maneira a torná-la direitinha e bem desempenada. Com a mão esquerda segurava a forma durante aquela operação. Regulava a cabeça menor com os dedos e melhor ainda a cabeça maior, ficando lisa, regular e em paralelo com a cabeça da forma.

Uma vez esta técnica terminada e confiante de que a telha não cairia, em virtude do grau de endurecimento do barro, o enformador retirava a forma da primeira telha e introduzia-a na segunda e assim sucessivamente, começava uma hora mais tarde, aproximadamente da que o talhador principiara e ia até ao nascer das estrelas, depois do crepúsculo, passando por todas as telhas da mesma maneira. Por vezes, regava-as com água de um regador, a fim de que se agentassem durante a noite, em estado de serem enformadas logo ao romper do dia. No talhador imperava a força, no enformador reinava a arte. Um era o começo, o outro era o fim até que o sol fizesse o resto; a transformasse em terracota. Em cada telha o enformador deixava a marca do telheiro antes de tirar a forma.

Depois da telha enformada e pela força do calor, às vezes uma ou outra abria fendas. Então a “rachadeira” ou o “rachador” – o apanhador(a) mais velho(a) – devendo dizer-se mais propriamente o “tapador de rachas”, de hora a hora aproximadamente, ia vigiar cada telha, à procura de descobrir alguma racha ou fenda. Transportava na mão uma tigela com água e um pedaço de barro, junto. Então se havia alguma racha, com um pauzinho em forma de espátula, abria-a ainda mais, em profundidade e em largura, deitava-lhe um pouco de água sobre a abertura, punha-lhe um pedacinho de barro até encher a cavidade, com uma certa pressão com os dedos, outra vez, com mais um pouco de água molhava o penso e alisava-o, levemente, com a mão estendida e nos dois sentidos, acompanhava o corpo da telha, cinco centímetros para cada lado da fenda tapada. O bom tapador de rachas devia disfarçar tão bem o penso, até que parecesse que não existia. Esta operação só podia ser feita, enquanto a telha não desse sinal de que começava a secar.

Ao fim de dia e meio, exposta ao sol forte de verão, a telha podia levantar-se. Havia esta preocupação por falta de espaço. Assim, as primeiras que foram “assentadas” na eira, eram as primeiras a serem transportadas para junto do forno, onde cada telheiro as encartava umas nas outras, numa ladeirinha, dando-lhe o nome de “pilha” àquele grupo de telhas. Eram empilhadas naquela inclinação por causa das chuvas que por ventura caíssem, em virtude das trovoadas. Se isto acontecesse cobriam-se com palha e mantas ou telha cozida se por acaso, o forno já tivesse cozido uma fornada, naquele ano.

Quando a telha estava bem seca, podia-se levar em “carrelos” de 8 a 10 telhas que não havia o perigo de se partirem.

Entretanto, outras carreiras, eram “semeadas” pelas eiras até se chegar ao fim da talha duma fornada. Uma fornada era a quantidade de telha que levava o forno em cada cozedura. Podia comportar entre 3.300 a 3.600 telhas, consoante a má ou boa enformadela que deram a cada uma.

Naquela azáfama, chegaram a trabalhar cerca de 12 a 15 telheiros na década de 40 do século passado. Tinham que se revezar para a cozedura da telha. Observava-se quem acabava de talhar em primeiro lugar um barreiro de barro. Sem ninguém assentar a vez de cada um, sabia-se contudo “de cabeça” isto é, de memória aquele que se seguia ao outro, até ao fim da safra da telha.

O primeiro telheiro a preparar, daquele modo, o seu barro, talhada a sua telha e empilhada na pilha perto da boca do forno, deveria preparar-se para a cozedura.

Então, dois adultos ou um adulto e um adolescente iam cortar lenha ao “monte”, durante um dia ou dia e meio, de maneira que a lenha cortada enchesse um carro de bois, durante três vezes, isto é “fazer-se três carros de lenha”. Esta era composta de “toiças” estevas, giestas e “arsenhas” que se deixavam no terreno às “gabelas” a fim de secarem, de forma a poderem arder com facilidade. Aquela lenha, não podia ter uma altura superior a um homem, para melhor entrar no forno.

Ao mesmo tempo, outros membros da família, procediam ao enformamento, ou os mesmos, depois de terem cortado a lenha. Para enformar a telha, mobilizavam-se outra vez os grandes e os pequenos de cada grupo familiar

O forno era um poço rectangular de cerca de 2,5 m*2 m*1,80 m cavado na terra, com uma abertura na base de um dos lados, em forma de corredor trincheirado e nivelado pela base do mesmo forno, onde possuía uma boca: a boca inferior do forno. Desta boca passava-se à fornalha que era a primeira cavidade do forno, em forma de abóbada românica composta por dois cimbres (azimbros) ou secções.



Entre a parede da boca do forno, os azimbros e a parede oposta à da boca, haviam pedras oblongas com cerca de 8 a 10 cm de espessura e 20 cm de comprimento, chamadas “tições”, colocadas em intervalos de 5 em 5 cm aproximadamente. Formavam uma espécie de grelha, com uma superfície plana, na parte superior dos tições e dos azimbros, onde era colocada a telha de pé e encartada uma na outra, cobrindo toda aquela superfície. Era o primeiro leito. O forno comportava 5 leitos, por consequência tinha uma profundidade até aos tições cerca de 2,5 m.

Começava-se a enleitar a telha no forno, por um cordão transversal aos azimbros, com a cabeça menor da telha para baixo, entre a parede do lado da boca do forno e a posterior e encostado à do lado direito, no sentido do corredor. Chegado com o primeiro cordão da telha empilhada daquela maneira, começava-se outro cordão com a cabeça grande para baixo no sentido inverso do primeiro, até chegar à parede do outro extremo.

Assim se empilhava todo o leito, num sentido e no outro, com as telhas de cabeça pequena para baixo e de cabeça grande para cima e vice-versa, bem encostadinhas umas às outras e sempre num bom sentido vertical. O segundo leito tomava os cordões da telha com a mesma técnica, mas todavia em cruzamento com os cordões do leito inferior. Assim se cruzavam os leitos até se chegar ao cimo do forno. Lá dentro só entrava o enforador que pegava em grupos de quatro ou cinco telhas das mãos dos auxiliares que as traziam da pilha do lado, até à boca superior do forno. Durante o enforamento dos dois primeiros leitos, colocava-se um adolescente ou um adulto de intermédio em cima de uma escada pequena.

Esta operação levava perto de 5 horas, se nela trabalhassem cerca de 5 ou 6 pessoas. Às vezes havia menos pessoal e por isso levava mais tempo. Normalmente escolhia-se a manhã ou a tarde para se enforar ou desenforar.

Entretanto, o lavrador naquele dia ou no dia seguinte, acarretava a lenha para junto do forno, amontoando-a à frente do corredor e da boca da fornalha, a fim de facilitar a entrada da lenha para a sua queimada e a cozedura da telha.

Chegado o carro àquele lugar “desapunham-se” os bois ou as vacas jungidos, tocavam-se para longe e quatro ou cinco homens “pinchavam” o carro, descarregando daquele modo, rapidamente toda a lenha. A operação exigia habilidade e força. Assim se despejavam os três carros de lenha ao longo do dia, ou menos ainda, consoante a distância do “monte”.

A cozedura da telha só podia ser feita durante a noite. Ao pôr-do-sol, acendia-se o forno, com a fornalha cheia de lenha miúda e uma mão cheia de palha. Esta tarefa era realizada por três a cinco homens, às vezes só um adolescente e um adulto.

O adolescente “chegava a lenha”, puxando-a do “monte” ou “montão” dos três carros despejados anteriormente, até ao princípio do corredor que nos conduzia à boca inferior do forno. Um homem pegava numa estaca, previamente preparada dum ramo de freixo e com ela ia metendo a lenha na fornalha até ser consumida.

No princípio do fogo saía uma grande fumarada pela boca superior do forno, vomitando como uma chaminé de fábrica. Depois o fumo tornava-se mais branco, até se reduzir a simples chamas e faúlhas encarnadas e de belas línguas de fogo.

Lá em baixo, uma boa dose de lenha queimada, transforma-se num borralho. Um segundo homem, começa então a “ranhar” o forno, um pouco como uma mulher ranha o forno de cozer pão.

Ele pegava num ramo comprido de freixo, bem aparadinho, isto é, limpo de todos os pequenos ramos e nós, de maneira a poder manuseá-lo facilmente sem o perigo de se aleijar. Aqueles ramos agora transformados em varas, tinham entre 3 e 4 m de comprimento. Chamavam-se ranhadouros. Com a falta, cada vez mais, de bons ramos que se roubavam nos freixos dos lavradores ricos, por volta de 1946 um telheiro chamado João Cunha, ou pela sua alcunha o “João Murça” descobriu que se podiam usar ranhadouros mais curtos, com cerca de 2m de comprimento e com mais facilidade de os encontrar, sempre nos freixos dos ricos, pois os pobres como os telheiros, não os possuíam.

O engenho era muito simples. Todavia, ainda ninguém tinha reflectido em concebê-lo. Um dia de manhã, aparece o João Cunha com um desenho e mostrou-o aos outros telheiros jovens e velhos. Ele devia ter por volta de 40 anos. Dois jovens com cerca de 24 anos aderiram imediatamente à ideia: o Horácio Gonçalves e o Daniel Rodrigues, ainda talhadores do António Cravo e do Alípio Rodrigues, pais respectivos de cada um.

O Horácio tinha um pouco de carvão e os três foram à aldeia falar com o ferreiro. Este compreendeu o desenho do João Cunha e deitaram mãos à obra, da qual resultou um objecto com um encabadouro duplo igual ao de uma roçadoira. Assim, no primeiro encabava-se um pau com cerca de dois metros de comprimento; no segundo “encabadouro” oposto ao primeiro, no outro extremo e com a abertura do outro lado encabava-se um pequeno ranhadouro igual ao tamanho ao que se usava no forno do pão.

Este engenho representou a diminuição de grande esforço na cozedura da telha, não só porque o ranhadouro se manuseava com mais ligeireza, mas também porque o seu tamanho se encontrava por todo o lado.

Todos se cotizaram para as despesas do ferro e do trabalho do ferreiro, menos a do carvão que o Horácio ofereceu. O “ferro dos ranhadouros” passou deste modo a ser público, sendo por todos utilizados, durante a vez de cada um, nas cozeduras da telha.

Acabada a operação da ranhadela, um terceiro homem tomava conta da estaca e atacava de novo a fornalha, com outra tanta quantidade de lenha a queimar.

Depois de ter julgado por estimativa que havia queimado lenha suficiente e observando o borralho que havia produzido, um quarto homem recomeçava a acção de ranhar o forno, com um novo ranhadouro, previamente preparado para a sua tarefa. Esta consistia levantar as brasas e tições ainda em chama, no sentido de baixo para cima, da frente para trás, ou ainda para os cantos, onde a lenha não tivesse ardido bem. Assim, com aquela técnica distribuía regularmente o efeito do calor, pela parte inferior dos leitos da fornada.

Aquelas rendições dos cozedores, com aqueles ritmos de cozedura, o grupo humano que se havia reunido naquela noite, uns elementos da família, outros numa entejada, prolongavam-se durante quatro a cinco horas, pela noite fora que iriam até à meia-noite ou uma na manhã.

Durante a cozedura da telha, os homens da estaca e do ranhadouro sofriam muito calor, sobretudo nos braços e no rosto. Por isso mesmo, eram escolhidos os mais jovens e os mais fortes. Lá em cima, junto da boca superior do forno, encontrava-se, quase sempre, o dono da fornada que estava a cozer-se ou o mais ancião dos cozedores ou o mais velho da família, a quem pertencia a mesma fornada. Era o posto do “comando”. Era ali e não em baixo na boca da fornada, que se encontrava o homem da responsabilidade da cozedura ou o da ciência.

A partir daquele posto, aquele “sábio” dava ordens para pôr mais lenha ou “menos fogo” como dizia: para ranhar mais tempo; ranhar com mais força; ou distribuir melhor o brazido. Era aquele homem que daria a última palavra, a fim de se parar “com o fogo”, consultando também o parecer dos mais experientes. Todavia, era ele que em último lugar, assumia a responsabilidade da boa ou má cozedura, duma fornada de telha.

A sua preocupação máxima era que o fogo fosse bem distribuído por toda a base dos leitos e chegasse ao cimo dos mesmos, assim orientado.

Este resultado reconhecia-se no vermelho das telhas em brasa e nas labaredas regulares, entre o vermelho e o azul-escuro, com alturas de 30cm, mais ou menos, por toda a superfície superior do último leito, dos cinco que o forno comportava.

Para que a telha fosse bem cozida e houvesse um bom resultado da orientação daquele “sábio”, ela teria que ficar por igual, num tom vermelho-escuro quase do do vinho maduro, deveria ficar tão direita e desempenada como entrou no forno. O maior perigo consistia em ficar numa cor quase alaranjada que era o sinal mal cozida. Desta forma, aguentava pouca água no telhado e deixava sumá-la, caindo dentro de casa, em gota a gota. A telha não teria muita vida e quebrava-se com facilidade.

O lado oposto desta fraqueza da telha, resultava em ter adquirido fogo demasiado, entrando num estado de fusão nalguns casos, criando-se blocos de telhas, negras e inseparáveis uma das outras. Era um perigo que o “sábio” desejava também evitar. Ambos traduziam-se em grave prejuízo.

Por isso comandava o fogo, de forma a atingir o ideal duma telha bem cozida, que devia ficar, no meio daqueles extremos. A cozedura da telha era quase uma festa para o telheiro. Era um pouco comparada com a malha do centeio na vida do lavrador. Naquela noite da cozedura, comia-se a melhor refeição – a ceia –, como diziam, e bebia-se vinho. Era a ceia dum leitãozinho assado no forno do pão, quando uma porca do telheiro havia dois meses que lhe dera uma ninhada de porquinhos.

Era o melhor momento dos telheiros estudarem as estrelas, a fim de por meio de certas constelações, calcularem também o tempo que o forno estava aceso.

Terminada assim a cozedura duma fornada, no dia seguinte, todos retomavam as tarefas do dia, uns continuavam a talhar as primeiras ou já as segundas fornadas, como se chamava também, ao conjunto do barro a talhar. Outros iriam arrancar mais barro para uma nova fornada; outros ainda iriam roçar o mato para a cozedura duma próxima fornada, etc., etc.,. Em conclusão, no dia seguinte, todo o Pradinho retomava o aspecto dum formigueiro de gente pequena e grande, num vaivém constante, em todas as direcções que as diversas tarefas lhes impunham, sem preguiça nem desalento.

No único forno que existia no Pradinho, a telha ficava entretanto a arrefecer durante dois dias. Pelo terceiro dia, o dono da fornada cozida, desenformava a telha numa operação inversa da enformadela.

Começava-se a tirar as telhas pelo leito superior, logicamente. Ocupavam-se as mesmas pessoas que haviam trabalhado no acto de enformar. As telhas saíam em “carrelos” de dez, postos uns encostados aos outros, em espaço apropriado e em duas carreiras ou colunas paralelas, para cada leito. Cada carreira possuía cerca de 33 a 36 carrelos, contando-se no total, perto de 360 carrelos duma fornada estendida, nos espaços irregulares da eira.

Terminava daquela forma, o círculo da tela, pronta a ser vendida e utilizada.

Este círculo repetia-se duas, três, quatro, cinco o máximo seis vezes em cada telheiro, consoante a vontade, os meios e as forças de cada um. Repetia-se, em cada verão, no conjunto dos telheiros. Cerca de 30 vezes o que significa 30 fornadas de telha, por ano no total. Num ano, chegou-se ao recorde de 35 fornadas de telha em Salselas.

Em 1947 uma telha valia entre 0\$45 a 0\$50, consoante a época do ano e a grande ou pequena produção estival.

Nesta mesma data, as jeiras dos apanhadores andavam entre 5\$00 a 7\$50, as dos assentadores e as dos boleiros cerca de 10\$00, as dos talhadores e as dos enformadores, não eram pagas, porque eram sempre os próprios telheiros e os membros do grupo familiar, mais directamente implicados na fabricação da telha. Contudo, podia-se avaliar pelas jeiras correntes dos serviços do campo. Naquela altura à volta de 20\$00 por dia.

Apesar de tudo, a telha de Salselas, tornava-se um complemento financeiro, para cerca duma dúzia de famílias mais desfavorecidas, na ordem dos 10 a 25% das suas necessidades.

A telha era também a alegria de viver, durante a produção, para um grupo de aldeões Salselenses que se assemelhava a uma pequena aldeia, no Pradinho, durante dois meses de verão”.

Trabalhos de conservação e valorização do espaço envolvente

Após a remoção do entulhe e limpeza, foi efectuada a consolidação das estruturas com Tegovakon.

Solicitou-se à Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, que providenciasse uma cobertura provisória de toda a estrutura com a finalidade de mais tarde se procedesse à elaboração de um projecto do tratamento das envolventes, ideia que fpoi bem acolhida e o trabalho efectuado, havendo já autorização da Direcção da Hidráulica, para se efectuar os trabalhos de consolidação da margem da ribeira de Salselas, para a construção de um muro de suporte das terras, visto haver o perigo de desabamento do forno para a ribeira.

Santuário da Senhora do Campo



Ficha Técnica

Arqueólogo responsável:
Carlos Mendes.

Arqueossítio intervencionado no
ano de 2003.



Sondagem A – visível a estrutura das fundações da anterior ermida

Na sequência da aprovação do projecto Terras Quentes pelo Instituto Português de Arqueologia e, em consonância com o programado, processou-se entre os dias 15 e 20 de Setembro de 2003, a primeira campanha de escavação neste arqueossítio. A acção decorreu no âmbito do protocolo e anexo, estabelecido entre a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, o Instituto Alexandre Herculano da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a Associação para a Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros “Terras Quentes”, a Associação dos Amigos do Museu Rural de Salselas e as Juntas de Freguesia de Ferreira, Cortiços, Edroso, Salselas, Vale da Porca, Lamas e Amendoeira, a quem agradecemos. Participaram nos trabalhos, diversos alunos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e da escola secundária de Macedo de Cavaleiros, assim como sócios da Associação Terras Quentes.

A Capela com orago a Nossa Senhora do Campo, localiza-se num lugar com o topónimo Cabeço do Facho, no cume dum monte com a altitude de 819 m, a Oeste da freguesia de Lamas, Concelho de Macedo de Cavaleiros. As suas coordenadas UTM são 4606901 N e 29670360 W, correspondendo a uma latitude 41° 35' 44" N e a uma Longitude 6° 57' 21" W da folha 64 da Carta Militar de Portugal escala 1:25.000.

O interesse em se investir neste arqueosítio, foi motivado pelo que verteu da bibliografia consultada mas, também, pela interpretação feita à toponímia do lugar, levantando a suspeita da existência no lugar de uma possível Atalaia.

Trata-se de uma capela situada a uma altitude de 819 m construída no século XIV/XV (Pires; 1963) que, segundo a tradição se encontra construída sobre uma antiga ermida.

Interpretação preliminar

O interesse em investir neste sítio arqueológico foi motivado pelo que verteu da bibliografia consultada, mas sobretudo pela interpretação feita à toponímia do lugar (Cabeço do Facho).

Da memória, existe a ideia de ter existido ali uma pequena ermida, sobre a qual se teria construído a actual capela, não sendo despiciente, a provável existência de alguma atalaia, tendo em conta a altitude do lugar (819 m), com um domínio completo da paisagem.

Da bibliografia

Foram consultadas as Inquirições de Afonso III, (meados século XIII) não existindo nenhuma informação relacionada com a existência da Capela de Nossa Senhora do Campo já que o interrogado “Durandus Petri” deu como informação que a paroquia e vila de Santa Maria de Lamas pertenciam ao Mosteiro de Castro de Avelãs “... *quod villa et ecclesia sunt de Monasterio de Crasto de Auellarum*” (Inquisitiones: quarta alçada, 1888-1987, pág. 1312).

Do dicionário Corográfico, extrai-se a seguinte informação sobre Lamas de Podence: Antiga freguesia de Nossa Senhora da Assumpção de Lamas de Podence, era reitor da apresentação o Bispo de Bragança, no termo da dita cidade. Em 1839 aparece na comarca de Bragança; em 1852 aparece na Comarca de Chacim; em 1862 na Comarca de Macedo de Cavaleiros.

“Ao Oeste da povoação há um outeiro pyramidal, sendo a encosta, que olha para a aldeia guarnecida com as cruces da via-sacra. No alto está uma ermida antiquíssima dedicada a Santa Barbara. A Oeste d'este outeiro há um monte ainda muito mais alto, chamado Valle do Monte ou do Facho, tendo no cume uma grande planície. Dizem ali ter existido um facho, tão antigo, que alguns pretendem que fôra já no tempo dos godos.

“Do lado Norte d'este monte, e quasi no alto há uma fonte chamada da Senhora que veio ao fundo formar um ribeiro que rega um bonito prado assombrado por frondosos carvalhos e freixos, que o tornam muito ameno, indo n'elles descançar os romeiros no verão. N'este valle criam-se algumas ervas medicinaes.

O Cume do monte é uma grande planície, e está orlado de grande arvoredo silvestre, formando um sombrio bosque com as suas antigas e gigantescas arvores; d'alli se descobre um vasto horizonte, compreendendo muitas povoações, serras e vales. No centro existia desde tempos remotos uma pequena ermida da invocação de N. Sr.ª do Campo. Segundo a tradição veio aqui pelos fins do século XIV ou princípios do XV um santo barão biscainho ou navarro, que trazia consigo a planta do moderno santuário que existe ali, o qual mandou edificar à sua custa, por lhe agradar a amenidade do sítio. Este santuário foi construído no mesmo sítio onde estava a antiga ermida. Tem na frente um alpendre, sobre columnas, tudo de cantaria. A capella-mór é de abobada e de bonita architectura.

A igreja por causa das grandes ventanias a que está exposta, tem as suas paredes exteriores reforçadas por oito gigantes ou botareos de cantaria. É o templo de tres naves, divididos por arcos de tijolo sustentados por boas columnas de granito. Dizem que nesta igreja há retabulos de oleo de muito merecimento. Tem boa sachristia, e casas de residencia d'um ermitão, junto á igreja; duas imagens de Nossa Senhora, sendo a antiga que está na sachristia, e a moderna está no altar-mór.

Existem duas irmandades, uma composta de clérigos e outra de seculares ambas autorizadas por bullas pontificias (Costa; 1939:269,270).

Da Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira do seu Volume XIV, extraem-se as seguintes informações sobre este arqueossítio; *“A Oeste da povoação (Lamas de Podence) num outeiro há uma antiga ermida dedicada a Santa Bárbara. A Oeste deste Outeiro Há um outro mais alto chamado Facho onde existiu um antiquíssimo Facho”*, referencia também encontrada na obra de Joaquim Maria Neto *“A Leste do Território Bracarense”* (Neto; 1975:237).

Armando Pires, na sua monografia sobre o Concelho de Macedo de Cavaleiros, fornece-nos a seguinte informação relativa à capela de Nossa Senhora do Campo, por informação parcialmente retirada de (Santuário Mariano, v, 578-583). *“Construída no século XIV, segundo a tradição, no local onde se encontrava desde tempos imemoriais, uma pequena capela, consagrada a Nossa Senhora do Campo. O fundador «Santo Varão», teria vindo da Biscaia ou de Navarra, já portador da planta do Templo, que se ergueu à sua custa e sob a sua direcção, num ambiente de milagre.*

A ermida, cercada de carvalhos centenários, perfila-se no alto do Cabeço do Facho, Junto a Lamas de Podence, de onde se descortina um panorama vastíssimo, de extraordinária grandeza «sítio muyto imminente, delle se descobrem muytos horizontes, muytas villas & Lugares.

A fachada principal, virada a poente, com pórtico nitidamente românico, é coberto por um alpendre e culmina no campanário, onde se alberga o sino famoso, a cujas «vozes de desfazem as tempestades». As paredes reforçam-se exteriormente, com cinco botaréus. Interiormente, é uma igreja de três naves dividida por oito colunas, estas e os arcos, bem como o pavimento, construídos em tijolo. A capela-mor, com abóbada artesoada, também em tijolo, de grande beleza, tem um altar de boa talha dourada, com colunas salomónicas e retábulo com quatro quadros a óleo inspirados em motivos religiosos. Dois altares laterais

A festividade de Nossa Senhora do Campo, que se celebra na Encarnação, em 25 de Março, é uma das mais tradicionais e populares da região. Ali se concentram, naquele dia, milhares de romeiros «que vão pedir à Nossa Senhora do Campo» o remédio das suas necessidades.(Pires; 1963:48/49).

Do guia de Portugal (AAV; 1972:885), o que podemos reter sobre a ermida da Senhora do Campo, (não passa de um plágio feito à obra de Armando Pires).”*a ermida cercada de carvalhos centenários, está no alto do Cabeço do Facho (819 m) sobranceiro à velha aldeia de Lamas de Podence, daí se descortina um panorama vastíssimo.*

O templo, de face voltada a Poente, apresenta-se ainda com um portal nitidamente românico. As paredes laterais são reforçados exteriormente, por cinco botaréus. O corpo da igreja reparte-se em três naves, divididas por oito colunas, relacionadas por arcos redondos. Tanto os fustes como os arcos são de tijolo, bem aparelhado e argamassado. A capela-mor, artesoadada, também em tijolo, de patente beleza, tem um altar de boa talha dourada, com colunas salomónicas e retábulo com quatro quadros a óleo”.

Numa pequena brochura, que me foi entregue pelo actual pároco de Lamas, referente a um levantamento histórico/etnográfico sobre a aldeia pode-se ler; com o título LAMAS de ontem. *”Surgiu outro nobre cavaleiro que em acção de graças resolveu mandar construir num Outeiro a Oeste da aldeia, uma ermida em honra de Santa Bárbara, advogada contra o mau tempo e trovoadas.*

Esta ermida, no tempo dos Marianos, foi transferida mais para o alto do monte sendo financiada a sua construção, em cumprimento de uma promessa, por quatro marinheiros naufragados. A esta capela deram o nome de Nossa Senhora do Campo, protectora dos campos e lavradores. Continua no entanto nesta capela a imagem de Santa Bárbara com a qual o antigo ermitão pedia esmola pelas aldeias”.

Estava previsto no “Projecto Terras quentes” somente o período de intervenção, já executado, com a finalidade de saber-se da provável cronologia e passado histórico do local, objectivos que não foram conseguido na sua plenitude, contudo, pensa-se que acervaram motivos de interesse para futuras intervenções, e atendendo às pretensões da Comissão Fabriqueira que administra o santuário, de executar brevemente, obras de pavimentação ao recinto, é provável que nessa emergência seja necessário proceder-se a nova intervenção.

De facto os dados que nos possam levar a uma cronologia apertada do local são escassos, a recolha da moeda de D. Dinis, sem contexto, (e mesmo que fosse encontrada em contexto seria sempre de cronologia relativa e duvidosa), os materiais cerâmicos encontrados, assim como as estruturas encontradas, não nos merecem confiança para avançar com qualquer proposta de periodização por mais alargada que seja. Todavia parece-nos óbvio a existência de uma antiga construção sobre a qual foi edificada a actual capela.

A pedido da Comissão fabriqueira e, aproveitando a presença em Macedo de Cavaleiros, em trabalhos de consolidação do forno de tipologia Romana na Freguesia de Salselas, fizemos deslocar ao local o técnico de restauro do Museu Monográfico de Conímbriga, Dr. Pedro Sales, que procedeu a uma primeira aplicação de “Tegovakon” a fim de consolidar os pilares do interior da Capela, tendo sido fornecida por este técnico formação, e deixado material necessário, para que elementos da própria Comissão fabriqueira, que administra o santuário de Nossa Senhora do Campo, procedessem à aplicação de outras camadas de produto, no sentido de finalizarem o trabalho de consolidação.

Real Filatório de Chacim – Freguesia de Chacim



Ficha Técnica

Arqueólogos responsáveis:

João Tereso, Lúcia Miguel e Helena Barranhão.

Arqueosítio intervencionado no

ano de 2006.



Aspecto da intervenção no Real Filatório

Transcrição do relatório aprovado pela tutela, apresentado pelos arqueólogos citados.

Intervenção no Real Filatório de Chacim efectuada pelos técnicos da Associação Terras Quentes, Lúcia Miguel, João Tereso e Helena Barranhão, no mês de Setembro do ano de 2006, teve como objectivo o salvamento pelo registo dos níveis arqueológicos cuja afetação estava prevista pelo plano das obras de restauro e preparação para aproveitamento turístico deste monumento. Este implicava o nivelamento do solo para a colocação de passadiços que facilitassem a visita ao local.

Por sugestão da tutela, em reunião no local, foi assumido o compromisso de escavar somente o derrube pétreo, com o propósito de nivelar o terreno apenas até à cota da soleira da entrada Este do edifício. Procurou-se, deste modo, salvaguardar os depósitos com os mais relevantes vestígios da utilização do edifício e reservá-los para futuras intervenções de outro âmbito.

O Real Filatório esteve em pleno funcionamento pelo menos até ao ano de 1801, data em que estaria a funcionar apenas com cerca de metade das fornalhas, encontrando-se em estado de decadência tornando-se inativo em 1808 (Mascarenhas e Maia; 2003).

Existem ainda referências relativas ao ano de 1813, que apontam para a perduração da produção do casulo e da seda em rama ou torcida nas instalações do Real Filatório (*idem*).

No ano de 1866, o Real Filatório é vendido, por decreto publicado no “Diário de Lisboa”, ao que parece já em estado de derrocada, como refere Fradesco da Silveira ao escrever sobre o edifício no ano de 1869, já sem telhado, restando apenas as quatro paredes (*idem*).

O Real Filatório de Chacim foi alvo de uma intervenção arqueológica, no ano de 1997, da responsabilidade da Dra. Teresa Maia e da Dra. Ana Mascarenhas. Esta intervenção incidiu principalmente sobre a área central do edifício, tendo deixado a descoberto inúmeros vestígios estruturais, arquitectónicos e arqueológicos. Registaram-se ainda duas paredes interiores, visíveis ao nível do rés-do-chão, uma a Este (no texto é, de forma errónea, mencionada como estando a Norte) e outra a Oeste (no texto referida como Sul). Esta segunda foi interpretada como posterior à utilização da estrutura como fábrica da seda, isto é, mais recente que os restantes vestígios estruturais do edifício, talvez relacionados com a adaptação deste a outras funções, já anteriormente referidas (Maia e Mascarenhas; 2003).

Detectaram-se, de igual modo, diversos “canais de escoamento de águas” (*idem*), bem como uma estrutura de pedra na qual assentaria o moinho piemontês. A partir destas evidências as autoras colocam uma possibilidade de localização de uma roda hidráulica que faria funcionar o mecanismo. Esta deveria estar colocada imediatamente abaixo do moinho (*idem*).

Durante as escavações realizadas no mesmo âmbito, foi ainda identificado um poço junto à parede Sul, talvez relacionado com trabalhos de tinturaria (*idem*).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AAV. (1972) – Guia de Portugal, 3ª edição 5º volume, Trás-os-Montes e Alto Douro II, Lamego, Bragança e Miranda. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

AAV (2016) – Lusitânia Romana, Origem de dois Povos, Catálogo, MNA.

AGROCONSULTORES E COBA (1991) – *Carta dos Solos, Carta do Uso Actual da Terra e Carta de Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal, Memórias e Anexos*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (policopiado).

ALARCÃO, J. e ÉTIENNE, R. (1977) – Fouilles de Conímbriga, Paris, M.A.F.P./M.M.C.

ALARCÃO, J. (1988) – O Domínio Romano em Portugal, Lisboa, Europa América, (Fórum História).

ALVES, F.M. (1975) – Memórias Arqueológicas históricas do Distrito de Bragança: arqueologia etnografia e arte, Porto, Volume 9.

ARAÚJO, T. (2011) – *Caracterização petrográfica e geoquímica das cerâmicas da Sondagem 2 do sítio arqueológico da Fraga dos Corvos (freguesia de Vilar do Monte, concelho de Macedo de Cavaleiros)*. Dissertação de Mestrado em Geoarqueologia apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, policopiado.

ARRUDA, A. M. (1999-2000 [2002]) – *Los fenícios en Portugal: Fenícios y mundo indígena en el Centro y sur de Portugal*. Barcelona, Universidad Pompeu Fabra.

BARBOSA, P. e MIRANDA A. (2006) – *Marcas de Poder, Moedas visigodas em território Português*. Museu de Moeda, Banco de Portugal.

BARRANHÃO, H. e TERESO, J. (2006) – A Terronha de Pinhovelo na civitas zoelarum, primeira síntese. *Cadernos Terras Quentes*. 3, pp. 7-26.

BARROCA, M. (1987) – Sepulturas escavadas na rocha de Entre Douro e Minho, Portugália, nova série, vol. 31-32, porto, pp. 115-182.

BETTENCOURT, A. M. S. (2000) – *O Povoado de São Julião, Vila Verde, Norte de Portugal, nos finais da Idade do Bronze e na Transição para a Idade do Ferro*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. (Cadernos de Arqueologia. Monografias; 10).

CARLAN, C. e FUNARI, P (2012) – Moedas; a numismática e o estudo da história, colecção história e arqueologia em movimento S.P., pág 100.

CARVALHO, P. S.; GOMES; L. F.; FRANCISCO, J. P. e BOTELHO, I. T. (1997) – Os habitats pré-históricos do Alto da Madorra e Urreta de Mós (Macedo de Cavaleiros/Bragança). *Em Busca do Passado, 1994/1997*. Lisboa. Junta Autónoma das Estradas, pp. 92-108.

COSTA, A. (1939) – Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular, Vol. VII, pp. 269/270.

COSTA, H. M. (2006) – Estudo das escórias recolhidas nos povoados da Terronha de Pinhovelo, Cramanchão e Bovinho, *Cadernos Terras Quentes*, n.º 6, pp. 65-69.

CRAVO, A. (2006) – A Cal. *Cadernos Terras Quentes*. 3, pp. 95-100.

DINIS, A.; REDENTOR, A.; CAMPOS, E.– (2017) Inscrição 589. Árula dedicada a Júpiter Ótimo, Máximo Salvador, Zava, Mogadouro, in *Ficheiro epigráfico*, suplemento de *Conímbriga*.

DUARTE, L.M. (1995) – A actividade mineira em Portugal durante a Idade Média, tentativa de síntese. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 12, pp. 75-111.

ENCARNAÇÃO, J. (2009/2010) – A propósito de O povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental, Universidade do Minho, pp 31-55.

FERREIRA, N. A.; MENDES, C. (2007) – Necrópole do Sobreirinho – Comunhas, *Cadernos Terras Quentes*. 4, pág. 73-83.

FIGUEIREDO, E.; SENNA-MARTINEZ, J.C.; SILVA, R.J.C. e ARAÚJO, M.F. (2009) – Orientalizing Artifacts from Fraga dos Corvos Rock Shelter in North Portugal. *Materials and Manufacturing Processes*. Londres. Taylor & Francis. 24. pp. 949-954.

FIGUEIREDO, S.S. (2008) – As gravuras rupestres do concelho de Macedo de Cavaleiros. *Do Paleolítico à Contemporaneidade*. Actas das Sessões do Fórum Valorização e Promoção do Património Regional, volume 3. Porto: Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão.

FIGUEIREDO, S.S. (2007) – As gravuras rupestres da Fraga da Pegada: notícia preliminar. Santa Combinha – Macedo de Cavaleiros. *Cadernos Terras Quentes*. 4, pp. 51-64.

FIGUEIREDO, S. S.; BAPTISTA, A. M. (2009) – As pinturas esquemático-simbólicas do Forno da Velha (Lagoa, Macedo de Cavaleiros): um diálogo entre a arqueologia e a geologia. A. M. S. BETTENCOURT e L. B. ALVES eds. *Dos montes, das pedras e das águas: Formas de interação com o espaço natural da pré-história à actualidade*. CITCEM/APEQ, pp. 11-24.

GALHOFAS, M. (2016) – *Contributo para o conhecimento do povoamento rural romano no concelho de Montemor-o-Novo*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Ambiente. Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, policopiado.

GOMES, S.S.; FIGUEIREDO, E; ARAÚJO, M.F.; LOPES, F. e SENNA-MARTINEZ, J.C. (2013) – Isotopic Lead Characterization of Archaeological Bronzes from Fraga dos Corvos (N Portugal). *International Journal of Conservation Science*. 4 (Special Issue), pp. 661-672.

GOZALO, M. (2006) – El Poblado de Cramanchão, Campanha 2005. *Cadernos Terras Quentes*. 3, pp. 45-52.

GOZALO, M.; MENDES, C. (2007) – O resultado da campanha de 2006 e algumas reflexões sobre o povoado do Cramanchão. *Cadernos Terras Quentes*. 4, pp. 65-72.

GUÉDES, C. (2009) – Um triente de Egica em *Aqua Flaviae*. *Portugália*. NS. Vol. XXIX e XXX, pp.169-177.

GUERRA, A. (1995) – Plínio-o-Velho e a Lusitânia, Lisboa, FLUL, Edições Colibri, pp 127.

HARRIS, E. (1991) – Princípios de estratigrafia arqueológica, Barcelona ed. Al Critica.

LEMONS, P. (1973) – Moedas Visigodas, oficinas monetárias, moedas de Tulgan cunhadas em Braga. *Nvmmus*, X-1 (32), pp. 9-13

LEMONS, S. (1993) – O Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental, Tese de Doutoramento, Braga, UM.

LEMONS, S. (1995) – Zoelas e a civitas Zoelarum; uma unidade étnica no quadro da romanização do Noroeste, In Jorge V.O. Coord – 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto 12-18) Outubro de 1993) Actas, Porto Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

LOURENÇO, F. (2017) Bíblia, Novo Testamento, os quatro evangelhos, volume 1, Quetzal, pág. 131

LOURENÇO, M. (2012) – *Objectos do quotidiano de Bracara Augusta*. Braga, Relatório de Estágio de 2.º Ciclo em Arqueologia. Universidade do Minho.

LUÍS, E. (2010) – *A Primeira Idade do Bronze no Noroeste: o Conjunto Cerâmico da Sondagem 2 do Sítio da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.

LUÍS, E. (2013a) – Cerâmica do 3.º milénio a.C. em Macedo de Cavaleiros – um caso de estudo. *Cadernos Terras Quentes*. 10, pp. 89-99.

LUÍS, E. (2013b) – Dinâmicas de interacção cultural no Bronze Médio – a cerâmica decorada do sítio da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros) como estudo de caso. J.M. Arnaud, A. Martins e C. Neves, Eds. *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 573-579.

LUÍS, E. (2014) – Nunca a Boa Fiandeira Ficou Sem Camisa. Os cossoiros da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros). *Al-madan online*. II.ª série. 19 (1), pp. 105-112.

LUÍS, E. (2016) – *Mudança e transformação. Calcolítico, Bronze Inicial e Bronze Médio em Trás-os-Montes Oriental: reflexões a partir dos recipientes cerâmicos*. Tese de Doutoramento em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.

LUÍS, E.; REPREZAS, J. e SENNA-MARTINEZ, J.C. (2012) – A Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros). A Campanha 9 (2011). Primeira análise comparativa dos Sectores A e M – I Idade do Bronze / Bronze Final? *Cadernos Terras Quentes*. 9, pp. 15-53.

MAIA e COSTA, H. (2009) – Estudo das Escória recolhidas nos povoados de “Terronha”, “Cramanchão” e “Bovinho”. *Cadernos Terras Quentes*. 6, pp. 65-68.

MARQUES, J. (1996) – Contributos para o estudo do Povoamento da Região de Viseu. *Máthesis*. 5, pp. 205-211.

MARTINEZ, G. (1990) – Los Zoelas, Sociedad y antroponímia, Revista Brigantia, Vol XIX n.º ½, Assembleia Distrital de Bragança, pp 17-36.

MARTINEZ, S. (2012) – *O Primeiro Alquimista*. Lisboa. A Esfera dos Livros.

ARNAUT, J.M., MARTINS, A.C. e NEVES, C. (coord.) – *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses.

MARTINS, C. Ed. (2010) – *Mineração e povoamento na antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*. Braga, CITCEM/APEQ.

MATOS, D. (2011) – A Exploração do Quartzo e do Xisto: a indústria lítica do sítio de habitat da 1.ª Idade do Bronze da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros). *Cadernos Terras Quentes*. 8, pp. 47-54.

MENDES, C. (2003) – A necrópole do Sobreirinho, relatório de progresso, Policopiado.

MENDES, C. (2005) – Macedo de Cavaleiros, Cultura, Património e Turismo, contributos para um programa integrado, Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

MENDES, C. (2005b) – Coord. Carta Arqueológica do Concelho de Macedo de Cavaleiros Campanha 1/2004, *Caderno Terras Quentes*. 2, pp. 5-49.

MENDES, C. (2005c) – Povoado do Bovinho. Resultados preliminares da campanha 1/2004, *Cadernos Terras Quentes*. 2, pp. 91-98.

MENDES, C. (2006a) – Traçado da via XVII no Concelho de Macedo de Cavaleiros. *Cadernos Terras Quentes*. 3, pp. 27-38.

MENDES, C. (2006b) – Povoado mineiro do Bovinho, campanha 2-2005. *Cadernos Terras Quentes*. 3, pp. 53-60.

MENDES, C; LUÍS, e REPREZAS, J. (2013) – A Actividade arqueológica no Concelho de Macedo de Cavaleiros, Uma retrospectiva histórica. *Cadernos Terras Quentes*. 10, pp. 61-75.

MOBERG, Carl-Axel. (1986) – Introdução à Arqueologia, Edições 70, Lisboa, pp. 22-65.

MORAIS, R. (2011) – As gemas e os camafeus da antiguidade à época moderna. *Humanitas*. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 63, pp. 373-386.

NETO, J. M. (1975) – A Leste do território Bracarense, Edição do autor, Torres Vedras, pp. 230-245.

PEREIRA, L. e MENDES, C. (2015) – Albino Pereira Lopo, O homem a Obra, o militar, o arqueólogo. *Cadernos Terras Quentes*. 12, pp. 7-32.

PIRES, A. (1963) – O Concelho de Macedo de Cavaleiros, Junta Distrital de Bragança.

PONTE, S. (2004) – Retrospectiva sobre fíbulas proto-históricas e romanas em Portugal. *Conimbriga*. XLIII, pp. 199-213

RAFAEL, L.; PALMA, M. F.; FORTUNA, R.; RODRIGUES, C. (2015) – Os elementos de adorno na necrópole medieval e moderna da Alcáçova do Castelo de Mértola. G. Branco, L. Rocha, C. Duarte, J. Oliveira, P. Bueno Ramírez, *Eds. Arqueologia de Transição – O mundo funerário*. Actas do II Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição. Évora: Centro de História de Arte e Investigação Artística, pp. 258-271.

REBELO, B. (2011) – Os recipientes do sítio do Alto da Madorra. *Cadernos Terras Quentes*. 8, pp. 55-62.

REDENTOR, A. (2002) – Epigrafia Romana na Região de Bragança, Trabalhos de Arqueologia, 24, MC/IPA.

REPREZAS, J. (2013) – Existe uma “Idade do Ferro” em Trás-os-Montes Oriental? O exemplo da Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros). *Cadernos Terras Quentes*, 10, pp. 123-128.

RIBEIRO, J e COIXÃO, A. (2011) – A Tecnologia Têxtil; *Côaviso*. 13, pp. 85-109.

RODRIGUEZ, C. et al (2004) – Miliários e outras Inscricións Viarias Romanas do Noroeste Hispânico (Conventos Bracarense, Lucense e Asturicense, Consello da Cultura Galega, Colección Gran Formato Gráfico-Lugo, España.

SARMENTO, G. (2007) – *O povoamento tardo-romano na localidade de Casais Velhos, Areia*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SANTOS, C. (2011) – *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da quinta do rouxinol*. Lisboa. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SENNA-MARTINEZ, J. C. (2009) – Armas, lugares e homens: Aspectos das práticas simbólicas na Primeira Idade do Bronze. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. Câmara Municipal. 17, pp. 467-488

SENNA-MARTINEZ, J. C. (2011) – La «conexión lusitana»: contactos orientalizantes y búsqueda de estaño y oro en el Centro-Norte portugués. In J.C. Domínguez Pérez (Ed.) *Gadir y el Círculo del Estrecho revisados. Propuestas de la arqueología desde un enfoque social*. Cádiz. Consejería de Innovación, Ciencia y Empresa de la Junta de Andalucía. pp. 285-296.

SENNA-MARTINEZ, J.C. (2013) – Metals, Technique and Society. The Iberian Peninsula between the first Peasant Societies with Metallurgy and the “Urban Revolution”. M.F. GUERRA and I. TISSOT, (Eds.) *A Ourivesaria Pré-Histórica do Ocidente Peninsular Atlântico*. Compreender para Preservar. Lisboa. Projecto AuCORRE. pp. 11-20.

SENNA-MARTINEZ, J.C. e CARDOSO, M (2010) – A horse! A horse! My Kingdom for a horse! *Cadernos Terras Quentes*. 7, pp.41-46.

SENNA-MARTINEZ, J. C.; LUÍS, E.; ARAÚJO, M. F.; SILVA, R.; FIGUEIREDO, E. e VALÉRIO, P. (2011) – First Bronzes of North-West Iberia: the data from Fraga dos Corvos Habitat Site. IN MARTINS, C. B.; BETTENCOURT, A.M.S.; MARTINS, J. I.; CARVALHO, J. (Eds.) *Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental/ Settlement and Mining in the Atlantic Western Europe*. Braga: CITCEM, APEQ, pp.377-390.

SENNA-MARTINEZ, J.C.; REPRESAS, J.; LUÍS, E.; FIGUEIREDO, E.; LOPES, F.; GOMES, S.; ARAÚJO, M.F. e SILVA, R.J. (2012) – Metal Artefacts of Mediterranean Affiliation from Fraga dos Corvos Habitat Site (*Eastern Trás-os-Montes, Portugal*): A First Appraisal. *O Arqueólogo Português*. V. 2, pp. 241-263.

SENNA-MARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M. Q.; CARVALHO, H. A.; ARAÚJO, M. F.; FIGUEIREDO, E. e VALÉRIO, P. (2010) – “Melting the Power” – The Foundry Area of Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros, North-Eastern Portugal). A. M. S. BETTENCOURT, M. J. SANCHES, L. B. ALVES e R. FÁBREGAS VALCARCE (Eds.) *Conceptualising Space and Place. On the role of agency, memory and identity in the construction of space from the Upper Palaeolithic to the Iron Age in Europe*. BAR International Series 2058. Oxford. Archaeopress. pp. 111-117.

SILVA, A.C. et alli, (1982) – A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal, Paços de Ferreira.

SILVA, A. (2007) – A *Terra Sigillata Hispânica* Tardia da Terronha de Pinhovelo: Comércio e Povoamento. *Cadernos Terras Quentes*. 4, pp. 6-50.

TERESO, J. (2009) – Estudo Paleobotânico das estruturas arqueológicas do povoado romano da Terronha de Pinhovelo. *Cadernos Terras Quentes*. 6, pp. 81-90.

VASCONCELLOS, L. (1905) *Religiões da Lusitânia*, volume II, Imprensa Nacional.

VENTURA, J.; CARVALHO, H. e PINHEIRO, P. (2010) – Um habitat Calcolítico em Trás-os-Montes Oriental – O Arqueossítio de Xaires. *Cadernos Terras Quentes*. 7, pp. 7-14.

VENTURA, J.; LUÍS, E.; CARVALHO, H. e PINHEIRO, P. (2013) – Xaires (Macedo de Cavaleiros): uma primeira aproximação artefactual. *Cadernos Terras Quentes*. 10, pp. 101-122.

VENTURA, J.; CARVALHO, H. e PINHEIRO, P. (2011) – Um sítio de habitat Calcolítico em Trás-os-Montes Oriental, campanha 3, 2010 – O Arqueossítio de Xaires. *Cadernos Terras Quentes*. 8, pp. 25-32.

VÍGIL, A. e Guirado, E. (2000) – Cabanas de época visigoda, evidências arqueológicas de Sur de Madrid. *Área, Soc. Coop. Madrid*, pág 1.

